



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

EDUARDO ERNESTO DO RÊGO

COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO: QUESTÕES SOBRE A COAPECAL EM CATURITÉ-PB.



João Pessoa – 13/07/2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

EDUARDO ERNESTO DO RÊGO

**COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO: QUESTÕES
SOBRE A COAPECAL EM CATURITÉ-PB**

**Dissertação apresentada como requisito à obtenção
do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora
Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.**

João Pessoa – 13/07/2009

R343c Rêgo, Eduardo Ernesto do.
Cooperativismo e território: questões sobre a COAPECAL
em Caturité-PB / Eduardo Ernesto do Rêgo.- João Pessoa,
2009.
126f. : il.
Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Cooperativismo. 2. Cooperativa Agropecuária do Cariri
(COAPECAL) – Caturité-PB. 3. Cooperativa de derivados de
leite.

UFPB/BC

CDU: 334(043)

EDUARDO ERNESTO DO RÊGO

**COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO: QUESTÕES SOBRE A
COAPECAL EM CATURITÉ-PB**

Dissertação defendida e aprovada em: ____ / ____ / ____ .

Banca Examinadora:

Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira
Departamento de Geociências - CCEN-UFPB

Professor Dr. Belarmino Mariano Neto
CCH - UEPB

Professora Dra. María Franco García
Departamento de Geociências - CCEN-UFPB

João Pessoa, 13 de Julho de 2009

AGRADECIMENTOS

Afirmo com precisão que essa é a parte mais complicada da pesquisa, uma vez que se fosse para agradecer citando por nome todos os que contribuíram direta ou indiretamente com a minha formação nesta pós-graduação em geografia, as páginas desse trabalho seriam comparadas a simples notas de roda pé. Entretanto vou aqui elencar algumas das pessoas que contribuíram de forma mais marcante para que eu conseguisse chegar à finalização de mais essa etapa de minha vida profissional.

Inicio agradecendo a Deus pela minha existência, e a meus pais amados: Sotero Ernesto do Rego e Maria José do Rego, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e dando aquele incentivo nas horas mais difíceis de minha vida.

Continuo agradecendo a outro personagem muito importante, que admiro como profissional, e pessoa, falo da professora Emilia Moreira, a que tenho a honra de chamar de minha orientadora e amiga, pois, sem os esforços dela eu não teria saído da estaca zero em que me encontrava no início da pesquisa.

Agradeço ainda a Sonia Maria, secretária do PPGG, que sempre procurou nos tratar da melhor forma possível, e que me conquistou com sua atenção e zelo.

Agradeço nesse momento ao meu eterno mestre e ex-orientador da graduação em geografia, Artur Tavares, pois sem ele eu não seria nada o que sou hoje em termos de profissional e ser humano.

Agradeço ainda a minha maninha querida Francisca Melo, pelo seu apoio e por suas palavras amigas nos momentos mais tenebrosos de minha formação acadêmica.

Quero ainda agradecer a meus estimados colegas de mestrado da turma 2007.1, em específico a um grande amigo Ericson Torres, a Andre Silva, a Maria Claudia, a Nirvana e a Paula.

Quero nesse momento agradecer a meus referenciais, são os meus amigos: Alyson Andrade, Glauciene Negreiros, Antonio Nunes, Valdirene Souza, Pedro Aleixo (Roma), José Elielson, Manuel Pereira, Aldo Gonçalves, Juliana Nóbrega, Leuzene Santiago, Fabiano Custódio e a todos os que me acompanham no cotidiano.

Agradeço também aos sócios e funcionários da COAPECAL, que nunca me negaram as informações solicitadas sobre o funcionamento interno e externo da cooperativa, e que sempre foram muito atenciosos para com a minha pesquisa.

Por fim, agradeço e dedico essa dissertação a minha eterna e amada avó Josefa Cordeiro, sei que onde ela estiver está muito feliz por mais essa realização do seu neto.

*“Uma idéia torna-se uma força material quando ganha
as massas organizadas”.*
Karl Marx

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Funcionários diretos da COAPECAL e suas funções.....	92
Quadro 2 - Principais clientes da COAPECAL por cidade e valor mensal da duplicata Mês / Novembro de 2008	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fornecedores de leite para a COAPECAL, por Mesorregião, Microrregião e Município	99
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1: Áreas fornecedoras de leite para a COAPECAL	97
Fluxograma 2: do processo produtivo da COAPECAL	99
Organograma 1: Administrativo de Funcionamento Interno da COAPECAL	94
Foto 1: COAPECAL - Sala de ordenha	18
Foto 2: COAPECAL - Químico da COAPE	91
Foto 3: COAPECAL - Funcionário indireto da COAPECAL (vaqueiro)	93
Foto 4: COAPECAL - Tanques de resfriamento localizado na usina da cooperativa	96
Foto 5: Usina de beneficiamento da COAPECAL	100
Foto 6: Usina de beneficiamento da COAPECAL	100
Foto 7: COAPECAL - Descarregamento do leite na usina de beneficiamento	100
Foto 8: Serviço de atendimento da COAPECAL	103
Foto 9: COAPECAL - Baú refrigerado que transporta os produtos industrializados pela cooperativa	104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização geográfica do município de Caturité – PB	13
Mapa 2: Áreas de alcance da comercialização dos produtos beneficiados pela COAPECAL no território nordestino	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de leite da COAPECAL por Mesorregiões da Paraíba.....	98
--	----

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica interna e externa de uma cooperativa de derivados do leite, a Cooperativa Agropecuária do Cariri (COAPECAL) e sua influência na produção do território do município de Caturité - PB. O referido município encontra-se localizado na Microrregião do Cariri Oriental paraibano, inserida na Mesorregião da Borborema, região de clima semi-árido que apresenta áreas com altos níveis de desertificação. A pesquisa recupera, de modo sucinto, a discussão sobre: a) cooperação, com base em alguns autores como Bogradus (1964), Della Torre (1985) e Pires (2004); b) cooperativismo, no socialismo utópico através da recuperação das principais idéias de dois importantes representantes dessa corrente, Robert Owen e Charles Fourier; no pensamento marxista, com base nas idéias defendidas por Karl Marx, Rosa de Luxemburgo, Karl Kautsky e Trotsky; no pensamento anarquista através das idéias de Proudhon, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin; c) cooperativa com base em Scopinho (2006), Pinho (1966), a OCESC (1991) e Costa (2007). Esta discussão articula-se à abordagem geográfica do conceito de território tomando como suporte os autores: Claude Raffestin (1993), Manuel Correia de Andrade (1994), Milton Santos (1994), Marcelo José Lopes (1995), Paul Claval (1999) e Rogério Haesbaert (2004). Um panorama do cooperativismo no Brasil fornece informações sobre as raízes do cooperativismo no país e as formas por ele assumida ao longo do tempo. O estudo específico da COAPECAL recupera as origens da cooperativa, sua dinâmica e composição atual, o papel do Programa Fome Zero na sua expansão/consolidação e os seus impactos territoriais através da criação de empregos e de geração de renda, da ampliação de sua ação para além do território local e estadual e do melhoramento das práticas pecuárias. Ao término da pesquisa constatou-se que a COAPECAL é responsável por mais de 140 empregos diretos e por aproximadamente 1.300 empregos indiretos contribuindo assim para o crescimento econômico de Caturité. Sua cadeia produtiva inicia-se no campo, através da produção pecuária de bovinos e caprinos impulsionando a dinâmica agrícola em particular a produção pecuária familiar, passa pelo processo de transformação do leite e termina na comercialização, dinamizando e articulando o campo e a cidade e o município de Caturité a outros municípios e estados.

Palavras-Chave: Cooperativismo, Território, COAPECAL.

ABSTRACT

This work aims to study the internal and external dynamics of a cooperative of derivatives of milk, the Agricultural Cooperative of Cariri (COAPECAL) and its influence on production in the territory of the municipality of Caturité - PB. The town is located in the Microregion Cariri Eastern Paraiban, inserted in the Mesoregion of Borborema, region of semi-arid climate that shows areas with high levels of desertification. The search retrieves, so brief, the discussion on: a) cooperation on the basis of some authors as Bogradus (1964), Della Torre (1985) and Smith (2004), b) cooperation in utopian socialism through the recovery of the main ideas of two major representatives of this current, Robert Owen and Charles Fourier, in Marxist thought, based on ideas advocated by Karl Marx, Rosa of Luxembourg, Karl KAUTSKY and Trotsky, in anarchist thought through the ideas of Proudhon, Reclus Elisée and Piotr Kropotkin c) cooperative-based on Scopinho (2006), Pine (1966), the OCESC (1991) and Costa (2007). This discussion is based on the geographical approach to the concept of taking territory to support the authors: Claude Raffestin (1993), Manuel Correia de Andrade (1994), Milton Santos (1994), Marcelo José Lopes (1995), Paul Claval (1999) and Rogério Haesbaert (2004). An overview of cooperative system in Brazil provides information about the roots of the cooperative system in the country and how he assumed over time. The specific study of the COAPECAL recovers the origins of the cooperative society, its current composition and dynamics, the role of the Zero Hunger Program in its expansion / consolidation and its territorial impacts through job creation and income generation, the expansion of its action to beyond the local territory and state and the improvement of farming practices. At the end of the survey it was found that the COAPECAL is responsible for more than 140 direct employs and approximately 1,300 indirect jobs contributing to the economic growth of Caturité. Its production chain starts in the field, through the livestock production of cattle and goats fostering dynamic agricultural livestock production in particular the familiar livestock, through the transformation of the milk and ending in marketing, and dynamic linking the countryside and city and county of Caturité to other municipalities and states.

Keywords: Cooperative, Territory, COAPECAL.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO: BREVE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL	21
1.1 A Cooperação	21
1.2 O Cooperativismo	24
1.2.1 O cooperativismo no pensamento utópico	26
1.2.1.1 Robert Owen e seu ideal de cooperativismo.....	26
1.2.1.2 Fourier e seu modelo utópico de sociedade ideal	28
1.2.2 O cooperativismo no pensamento marxista	30
1.2.2.1 Karl Marx	30
1.2.2.2 Rosa de Luxemburgo e suas críticas ao cooperativismo	34
1.2.2.3 Karl Kautsky e sua visão do cooperativismo	38
1.2.2.4 Trotsky e sua concepção de cooperativismo atrelada à revolução operária.....	41
1.2.2.5 A COAPECAL e o pensamento marxista	41
1.2.3 A contribuição do anarquismo para o desenvolvimento dos princípios cooperativista .	43
1.2.3.1 Proudhon e o seu individualismo social	44
1.2.3.2 Algumas contribuições de Kropotkin para uma sociedade mutualística e federativa..	45
1.2.3.3 Elisée Reclus e sua geografia social de cunho mutualístico	46
1.3 A Cooperativa	48
1.4 Algumas questões finais sobre o pensamento cooperativista	52
1.5 Inserindo o conceito de território na discussão da COAPECAL	53
 CAPÍTULO 2 – PANORAMA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	59
2.1 Das primeiras experiências as experiências regionais	59
2.1.1 O cooperativismo em nível regional	64
2.2 Identidade jurídica e social e tipos de cooperativas existentes no Brasil.....	71
2.2.1 Tipos de cooperativas existentes no Brasil	73
2.3 As cooperativas agropecuárias	77
2.4 Tendências e desafios do Cooperativismo rural no Brasil	81
2.5 Cooperativas: ou corporações a serviço do grande capital	82

CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA ATUAL DA COAPECAL	86
3.1 O programa Fome Zero - articulação com o Estado e mudanças na dinâmica organizativa e produtiva da COAPECAL	86
3.1.1 O Programa Fome Zero e a COAPECAL	88
3.2 Estrutura interna externa da COAPECAL: as redes e os nós	90
3.2.1 Estrutura interna	90
3.2.2 O processo de beneficiamento do leite pela COAPECAL	95
3.2.3 Estrutura externa: rede de articulações à montante e à jusante do processo produtivo.....	97
3.2.3.1 Articulação à montante do processo produtivo	97
3.2.3.2 Articulação à jusante do processo produtivo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXO	116

INTRODUÇÃO

O cooperativismo surgiu no século XIX como uma forma de resposta a exploração do trabalho decorrente do desenvolvimento da atividade industrial resultante da Revolução Industrial. Ele se desenvolveu pelo mundo contrapondo o trabalho associativo ao trabalho assalariado. No Brasil as primeiras experiências de cooperativismo remontam ao século XIX, porém só adquiriram expressão nacional a partir de 1970.

Na Paraíba também podemos constatar o desenvolvimento de algumas cooperativas de beneficiamento do algodão no decorrer da década de 1970. Essas cooperativas eram responsáveis pela transformação do algodão em pluma, matéria-prima que era destinada ao abastecimento das indústrias têxteis tanto do Nordeste, como de outras regiões do país. As cooperativas algodoeiras paraibanas não conseguiam, e nem objetivavam transformar a realidade socioeconômica da população menos abastada do estado, tendo em vista que eram dominadas pelos grandes proprietários de terra que se responsabilizavam pela organização, produção e comercialização dessa matéria-prima para as indústrias têxteis (NOVAES, 1981).

Além das cooperativas de beneficiamento do algodão, outras cooperativas foram criadas na Paraíba entre 1970 e 1980, ligadas ao setor primário, principalmente à pecuária bovina leiteira. A realidade do cooperativismo paraibano não fugiu à regra da realidade nordestina, sendo um cooperativismo caracterizado como um movimento a favor das elites dominantes e latifundiárias da região (NOVAES, 1981).

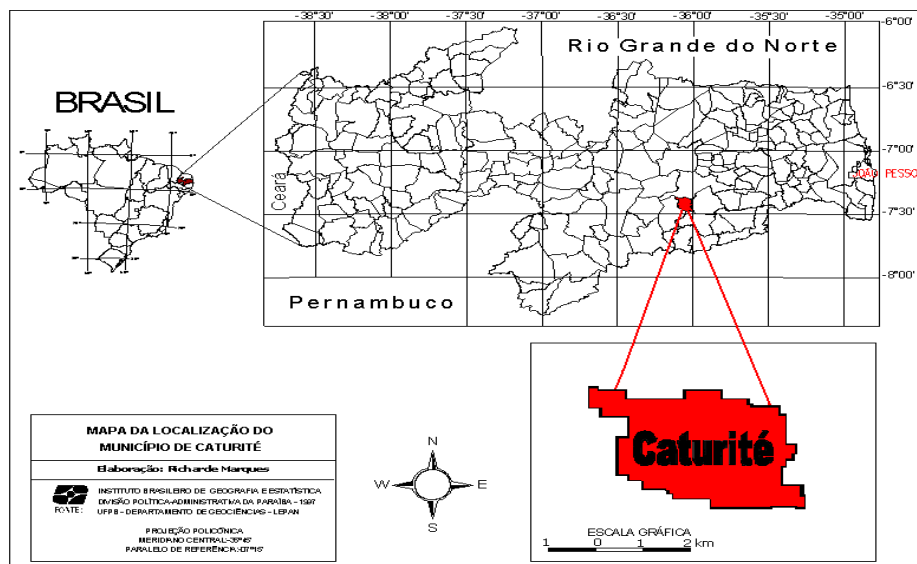
O objetivo deste trabalho é estudar a dinâmica interna e externa de uma cooperativa de derivados do leite, a Cooperativa Agropecuária do Cariri (COAPECAL) e sua influência na produção do território do município de Caturité - PB.

O interesse pelo tema está relacionado a dois motivos principais: primeiro, dar desdobramento a pesquisa iniciada durante a minha monografia de graduação onde estudei as transformações socioeconômicas em Caturité proporcionadas pela criação da COAPECAL; segundo, à importância assumida pela COAPECAL para o território de Caturité - PB e de municípios circunvizinhos com os quais a mesma mantém relações o que faz da temática um importante objeto de estudo para a Geografia, principalmente para o segmento da Geografia Agrária.

A COAPECAL situa-se na zona rural do município de Caturité, que por sua vez está localizado na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Oriental Paraibano, a

uma distância de 160 km da capital do estado e de 30 km da cidade de Campina Grande (v. mapa 1).

Mapa 1: Localização geográfica do município de Caturité – PB.



Fonte: Adaptado do Mapa Político da Paraíba - IBGE

Segundo o IBGE (2007), esse município estende-se por 118 km² e conta com uma população de 4.191 habitantes, dos quais 828 residem na zona urbana (19,8%) e 3.363 (80,2%) residem na zona rural. Em outras palavras, contrariando a tendência da maioria dos municípios paraibanos, cuja população reside predominantemente nas sedes municipais, Caturité destaca-se com uma população eminentemente rural. As suas origens estão relacionadas diretamente ao desmembramento de parte do território de um município vizinho, Boqueirão, ocorrido na segunda metade dos anos de 1990. Assim, para entender o processo de formação do território de Caturité, município sede da COAPECAL, se faz necessário resgatar o processo de produção do território de Boqueirão.

No tocante ao município de Boqueirão sua formação territorial teve início ainda durante o período colonial com a entrada dos bandeirantes pelo interior paraibano para capturar índios refugiados e conquistar novas terras para o desenvolvimento da atividade pecuária. Durante os anos de 1670 e 1730, um grupo de bandeirantes liderados por membros da família Oliveira Ledo e do seu patriarca Antonio de Oliveira Ledo, realizaram várias expedições pelo território paraibano, sendo que após uma dessas expedições eles se fixaram e deram origem a uma pequena aldeia que posteriormente se transformou na cidade de Boqueirão (MELO, 1994).

O principal fator que induziu esses colonizadores a se instalarem no território de Boqueirão foi a presença do Rio Paraíba, ao longo do qual os bandeirantes implantaram fazendas com a atividade pecuária. Segundo Melo (1994: p 244): “Seguindo o Rio Paraíba a bandeira da família Oliveira Ledo, deparou-se com a Serra de Carnoió com o Boqueirão, local ideal par a criação do gado bovino.”

Foi então fundada pelos Oliveira Ledo a Aldeia de Carnoió, que se tornou o primeiro núcleo constituído por casas de brancos naquela região. Antonio de Oliveira Ledo tratou de construir currais para a prática da criação de gado bovino iniciando dessa forma os violentos embates entre os índios nativos da região e os colonizadores.

Até a década de 1940, a Vila de Carnoió contava com uma simples estrutura territorial, sendo a mesma constituída apenas por uma rua principal que ficava às margens do Rio Paraíba, e que recebeu o nome do seu fundador, Antonio de Oliveira Ledo. Além dessa rua principal existiam outras poucas ruas menores, no entorno da igreja onde também se encontrava um inexpressivo comércio local de gêneros primários (MELO, 1994).

O que impulsionou o desenvolvimento de Boqueirão foi a construção do açude Epitácio Pessoa. À construção deste açude acha-se relacionada a política de desenvolvimento do Nordeste conhecida como “solução hidráulica”. As obras de construção da barragem iniciaram em 1940 e interferiram significativamente na dinâmica da Vila de Boqueirão de Cabaceiras que se transformou “num ponto de convergência de milhares de operários e técnicos vindos de muitos lugares” (OLIVEIRA, 2006).

A construção do açude durou cinco anos. A tranquilidade da Vila foi quebrada, os moradores passaram a conviver com novos costumes, linguagens e horários, fatos que provocaram mudanças no seu dia-a-dia. Aumentava a população da vila, conseqüentemente formavam-se novas ruas, desenvolvia-se o comércio e novas profissões passaram a surgir, de acordo com as necessidades dos operários da obra, dando à Vila um aspecto urbano (OLIVEIRA, 2006: p. 51)

Em 1996 o município de Boqueirão contava com 33.685 habitantes dos quais 14.357 (42,6%) residiam na sede municipal e 19.328 (57,4%) habitavam a zona rural.

No tocante a formação do território de Caturité, até 1996 esse município estava relegado à condição de distrito do município de Boqueirão ao qual se encontrava subordinado do ponto de vista político e administrativo. Até 1970 o distrito de Caturité era composto por apenas duas ruas pequenas que ficavam ao redor de uma igreja. Sua base econômica era a

agricultura alimentar voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade e a pecuária bovina leiteira.

Ao crescimento populacional do município de Boqueirão somaram-se fatores de ordem política que culminaram com o desmembramento do distrito de Caturité e a sua elevação à condição de município, em 29 de Abril de 1996.

O novo município surge tendo como base de sua economia a atividade pecuária representada principalmente pelo rebanho bovino e caprino. E é justamente a importância da atividade pecuária que contribuirá para o desenvolvimento da idéia entre alguns pecuaristas, de criação de uma cooperativa de leite.

O processo de construção da COAPECAL

A maior parte dos produtores de gado de Caturité estava empenhada na fabricação de queijo de manteiga que demandava demasiada quantidade de leite para sua produção. Dois problemas tinham que enfrentar: a oferta grande que rebaixava o preço do produto no mercado e a concorrência que levava os produtores a disputarem os mercados. Com isto a margem de lucro era muito pequena o que dificultava a expansão da atividade pecuária. Inconformados com a situação de dificuldade econômica em que se encontravam alguns criadores de gado do município resolveram dar início, no final de 1996, a um projeto de criação de uma cooperativa de leite visando a melhoria das suas condições de vida.

A idéia surgiu em uma reunião realizada na casa de um dos habitantes do município, na localidade do Monte, onde se discutia as formas de atuação para agilizar a eletrificação rural em Caturité. Em um dado momento surgiu, naquela mesma reunião, a idéia apresentada por um dos participantes de se criar uma cooperativa agropecuária que pudesse melhorar a economia municipal. Foi então lançada a semente que germinou e deu origem a COAPECAL - Cooperativa Agropecuária do Cariri.

O processo de criação da cooperativa, porém não foi imediato. Primeiramente foi necessário todo um trabalho de divulgação e de discussão da idéia. Para tanto, 45 reuniões foram realizadas durante várias semanas nas diferentes localidades rurais de Caturité. Daí surgiram as primeiras adesões ao projeto e a formação de um grupo de 20 produtores rurais, que constituíram os primeiros 20 sócios da cooperativa. No mês de agosto de 1997, a Cooperativa foi então registrada, passando a existir juridicamente.

De início a cooperativa não conseguia auferir lucros, apenas muitas dívidas, o que fez cinco sócios dos vinte iniciais desistirem do empreendimento. Além disso, muitas reuniões realizadas no início da implantação da cooperativa foram tumultuadas e conflituosas, uma vez que muitos dos sócios não enxergavam inicialmente possibilidades reais de vantagens ou de lucro do projeto.

O entrevistado Antonio Trovão Sobrinho, um dos sócios da cooperativa comenta:

No inicio foi duro, foi complicado, meu filho. A gente sofreu muito pra chegar ao ponto que tá hoje. Nós rebolou muito, tanto! Sofreu tanto! Tinha vez de baixar o leite da gente. Não, agente essa semana tem que baixar o leite de todo mundo pra poder avançar. Quando ela tava se arrastando foi muito ruim visse, muito ruim e complicado. Ninguém nunca ficou devendo pra ninguém o banco não cedia não, é muito difícil, hoje é melhor mais ainda é difícil o financiamento.

De Janeiro de 1997 a março de 1999 o único produto que a COAPECAL produzia era o queijo de manteiga, pois não se encontrava em condições de se aventurar no campo de beneficiamento de outros produtos lácteos em virtude das restrições orçamentárias que impossibilitavam os investimentos em novas tecnologias. Pensando em reverter essa situação e alocar recursos para investir no processo produtivo, os cooperados tentaram, sem sucesso, financiamentos bancários. Todavia seus projetos não eram aprovados pelos bancos que alegavam ser inviável uma cooperativa na localidade, haja vista tratar-se de uma região semi-árida, com sérios problemas climáticos e socioeconômicos.

Após esse primeiro período de restrição orçamentária observou-se uma considerável melhoria nos lucros da COAPECAL, o que possibilitou a aquisição de uma pequena unidade industrial que se encontrava desativada e que pertencia a um dos sócios. Este ao vender a unidade industrial parcelou a dívida em dois anos, para que a Cooperativa pudesse ter recursos financeiros suficientes para arcar com o débito. Todavia, não foi possível quitar a dívida no prazo estabelecido, o que levou o antigo dono a prorrogar o pagamento por mais um ano.

A cooperativa também passou a investir em novas máquinas e em recursos humanos e técnicos, o que fez com que passasse a produzir novos produtos derivados do leite a exemplo do iogurte, do leite pasteurizado dos tipos B e C, doce de leite de caráter industrial, manteiga industrializada e comum, qualhada, requeijão, entre outros produtos. Esses investimentos levaram a cooperativa a conquistar mercados ao mesmo tempo em que lhes oferecia produtos mais competitivos.

Em se tratando da aquisição dos equipamentos necessários para que a cooperativa pudesse beneficiar outros tipos de produtos derivados do leite, a mesma adquiriu o maquinário inicial de uma empresa do interior de São Paulo. Foi necessário, também, contratar um técnico da área para capacitar os funcionários ensinando-os a manusear adequadamente todas as máquinas para que eles conseguissem realizar todo o processo produtivo. Outro problema relacionado à aquisição dos novos maquinários que precisou ser suplantado foi à questão da infra-estrutura.

A Cooperativa necessitou realizar muitas reformas para adequar-se à nova realidade tecnológica. Como ela não dispunha de uma ampla margem orçamentária todos os custos extras foram divididos entre os sócios, o que fez muitos se preocuparem e chegar ao ponto de pedir para sair do projeto por alegar não dispor de recursos financeiros para cumprir com suas partes nas dívidas contraídas pela cooperativa. Esta, para sobreviver e cobrir os custos de ampliação chegou a solicitar dos sócios que tinham melhores condições financeiras uma contribuição maior do que a solicitada àqueles sócios com condições financeiras mais restritas.

Após ter iniciado a produção de queijo de manteiga, ainda no período de implantação da cooperativa, os pecuaristas sócios se depararam com outra grande dificuldade que é característica das empresas que não dispõem de recursos e nem de caixa: a dificuldade com a circulação dos seus produtos. Para resolver o problema os sócios saíram distribuindo pessoalmente os produtos e realizaram propaganda “boca-a-boca” pelas cidades circunvizinhas buscando consumidores. Eles dividiram de forma espontânea suas tarefas, visto que uns se dedicaram à conquista de mercado consumidor, outros, a de buscar ampliar o número de fornecedores de leite e outros se dedicaram mais à parte administrativa e burocrática, como reconhecimento de firma e marca etc. De início eles não eram remunerados para a realização dessas tarefas, visto que a cooperativa ainda não dispunha de recursos suficientes para realizar o pagamento de salários, uma vez que todo o capital que entrava na mesma era destinado a sua própria manutenção interna.

Os recursos obtidos com a venda da produção inicial foi integralmente reinvestido na cooperativa, de tal sorte que novas tecnologias e novos materiais foram adquiridos. Desta forma, em pouco mais de cinco anos houve uma considerável melhoria nos recursos humanos e técnicos resultando em um bom sistema de redes materializado nos setores de transporte e comunicação.

Até o início de 2003 a cooperativa já dispunha de uma série de bens materiais que facilitavam o funcionamento da mesma, desde a coleta do leite, até a distribuição dos produtos industrializados pelos mais variados estabelecimentos comerciais do território paraibano.

Apesar dos investimentos técnicos efetuados terem sido de grande importância para um melhoramento na produção, outro aspecto precisou ser também melhorado: as condições de manejo dos rebanhos. Era necessário trocar métodos arcaicos por métodos modernos de ordenha (ver na foto 1 a sala de ordenha de um dos fornecedores de leite para a cooperativa), alimentação e habitação dos animais. Para tanto a cooperativa investiu em cursos para os criadores, os quais objetivaram melhorar as condições de higiene e de cuidados especiais dos criadores para com os rebanhos.



Foto 1: COAPECAL - Sala de ordenha. Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

Foi deste modo que a COAPECAL se implantou e se estabeleceu no município de Caturité tornando-se um fator importante no processo de reestruturação do território municipal. Hoje sua atuação, estimulada pela integração ao Programa Fome Zero, extrapola os limites municipais e regionais, estendendo-se por ampla área do território paraibano e já alcançando outros estados do Nordeste. Estes e outros aspectos relativos à dinâmica da COAPECAL e de seus impactos sobre o território serão abordados no trabalho em pauta.

No tocante à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos as seguintes técnicas e procedimentos de pesquisa:

a) a pesquisa bibliográfica e documental

Em um primeiro momento, realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de cooperação, cooperativismo, cooperativa e território. Com base nas leituras efetuadas a partir dessa pesquisa procuramos recuperar de modo sucinto a discussão sobre: i) cooperação, em alguns autores como Bogradus, 1964; Della Torre (1985) e Pires (2004); ii) cooperativismo, no socialismo utópico através da recuperação das principais idéias de dois importantes representantes dessa corrente: Robert Owen e Charles Fourier; no pensamento marxista, com base nas idéias defendidas por Karl Marx, Rosa de Luxemburgo, Karl Kautsky e Trotsky; no pensamento anarquista através das idéias de Proudhon, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin; iii) cooperativa com base em Scopinho (2006), Pinho (1966), a OCESC (1991) e Costa (2007). No que diz respeito a abordagem do conceito de território procuramos fazer uma breve revisão da literatura tomando como suporte os autores: Claude Raffestin (1993), Manuel Correia de Andrade (1994), Milton Santos (1994), Marcelo José Lopes (1995), Paul Claval (1999) e Rogério Haesbaert (2004). A pesquisa bibliográfica nos proporcionou também um conhecimento do panorama do cooperativismo no Brasil desde as suas origens até a atualidade. Além disso, realizamos um amplo levantamento documental referente tanto à criação da COAPECAL, bem como sobre o Programa Fome Zero o que muito contribuiu para reforçar nosso conhecimento sobre a história da cooperativa e sua articulação com o Estado;

b) Levantamento de dados secundários

Na etapa do levantamento e processamento de dados secundários pesquisamos documentos e dados estatísticos junto a instituições como o IBGE, Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Caturité, o INCRA-PB, a OCB , a CONTRAB, a CONCRAB dentre outros;

c) Pesquisa de campo

Com relação ao trabalho de campo, este compreendeu: i) visitas regulares à COAPECAL para observar e estudar o processo produtivo de cada linha de produção; ii) a realização de entrevistas com dirigentes e trabalhadores da cooperativa, com os sócios fundadores, com fornecedores de leite, com representantes de instituições públicas (Secretaria de Agricultura da Prefeitura, técnicos da EMATER, representantes do programa Fome Zero, e outros); por fim também realizamos entrevistas com compradores dos produtos produzidos pela COAPECAL.

d) Cartografia

Com relação à parte cartográfica do nosso estudo, foi realizado um mapeamento do circuito produtivo e distributivo desde a produção do leite até a comercialização dos produtos industrializados, fazendo assim todo um mapeamento dos fluxos a montante e a jusante do processo produtivo.

Por fim partimos para a elaboração do trabalho final que resultou na seguinte estrutura:

Capítulo I: Nesse capítulo buscamos resgatar os conceitos como a discussão em várias vertentes do pensamento sobre cooperação, cooperativismo, cooperativa, e território, visando dessa forma associar esses conceitos ao estudo da COAPECAL e sua importância na produção do território de Caturité – PB.

Capítulo II: No referido capítulo traçamos um panorama do cooperativismo no Brasil, onde abordamos questões como o cooperativismo em nível regional, tipos de cooperativas aqui existentes, identidade jurídica do cooperativismo brasileiro. Buscou-se também enfatizar as cooperativas agropecuárias, bem como suas tendências e desafios na atualidade brasileira.

Capítulo III: Nesse capítulo trabalhamos a dinâmica interna e externa da COAPECAL, onde associamos a teoria discutida nos capítulos anteriores a esse estudo de caso, para que fosse possível chegarmos às nossas considerações finais sobre a influência dessa cooperativa na formação do território de Caturité.

CAPÍTULO 1 - COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO: BREVE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

A abordagem sobre cooperação, cooperativismo e território realizada neste capítulo tem a pretensão de ir além de uma revisão da literatura, na medida em que pretende também contribuir para dar suporte à análise sobre o desenvolvimento da Cooperativa Agropecuária do Cariri (COAPECAL) e os seus impactos sobre o desenvolvimento territorial no município de Caturité - PB.

1.1 A Cooperação

Normalmente a idéia de cooperação acha-se vinculada à de ajuda mútua, onde todos participam, buscando o bem comum. Desse modo ela contribui para que as pessoas fiquem unidas em prol de uma mesma idéia, cujos objetivos traçados devem seguir um mesmo caminho, pautado nos princípios da solidariedade, da integração, da igualdade e da justiça social.

Conforme Pires, a cooperação é compreendida:

[...] como ação conjugada através da qual as pessoas se unem com vistas aos mesmos objetivos, o que pressupõe a sua significância social nas mais diversas formas de associação humana – do matrimônio às relações comerciais. A cooperação tanto pode ter motivações espontâneas, como coercitivas. Intimamente ligada à idéia de cooperação está a idéia de confiança, através da qual se acredita na possibilidade de cumprir as obrigações contratuais dentro da cooperação (2004: p.35-36).

A cooperação permite aos seres humanos elevar de forma coletiva seus meios de desenvolvimento social e econômico. Ela está presente em todas as esferas da vida humana, seja na sua forma mais simples, como, por exemplo, a cooperação encontrada em um núcleo familiar, seja em sua forma mais complexa, em uma indústria de produção, estando assim presente em todas as atividades desempenhadas pelo homem por meio do trabalho praticado em sociedade.

Segundo Della Torre:

[...] cooperação significa atuação, ação em comum, em harmonia. Entende-se por cooperação desde o auxílio mútuo para realizar trabalhos mais simples, como remover uma pilha de tijolos ou arrancar o mato do jardim, até a união de esforços, de alta complexidade, exigindo especialização e conseqüente divisão do trabalho para governar um Estado, elaborar um plano de trabalho para uma grande empresa ou mesmo a conquista da lua (1985: p.72).

A cooperação é calcada num conjunto de princípios éticos que são destinados a orientar não só indivíduos isolados, mas toda a sociedade, podendo dessa forma também ser considerada como uma filosofia de vida que rege os rumos da convivência coletiva social. Consiste assim na união mútua que possibilita aos seres o desenvolvimento de suas atividades de forma coletiva, aumentando a produtividade e os benefícios do grupo cooperado (BOGRADUS, 1964: p 12).

Paralelo à cooperação podemos encontrar a competição que fomenta a cooperação, uma vez que a cooperação é praticada pelos seres que almejam um destaque frente à competição. No entanto quando a competição torna-se aguçada e complexa as bases da cooperação correm o risco de se desestruturar, visto que o individualismo torna-se a tônica do comportamento humano sobressaindo-se perante a ajuda mútua

Asheley Montager (1964, apud EMORY BOGARDUS, 1964), afirma que o princípio da cooperação e do auxílio mútuo foi o grande responsável pelo desenvolvimento dos seres vivos e em específico da raça humana, visto que graças ao princípio da cooperação foi que surgiu e evoluiu toda a vida orgânica. De acordo com o mencionado autor, o melhoramento dos organismos vivos e o fortalecimento das espécies ocorreram em sua forma mais ampla e genérica, anteriores aos seres humanos. Para embasar esse argumento ele desenvolveu uma série de teorias sobre o princípio da cooperação afirmando que, de certa forma, a cooperação teve início entre os animais microscópicos unicelulares, que só eram capazes de sobreviver se ficassem juntos, pois isolados acabavam sendo extintos. O autor ainda distingue o nível de cooperação que ele denomina de cooperação instintiva. Esta seria encontrada em alguns animais como, por exemplo, entre as formigas e as abelhas, não se realizando de forma consciente e planejada como ocorre entre os seres humanos, mais permitindo a perpetuação desses animais sobre a superfície da terra.

Asheley Montager também enfatizou a importância da cooperação para a sobrevivência e organização social dos seres humanos na medida em que num determinado

momento esses perceberam que só a ajuda mútua poderia proporcionar a sobrevivência do grupo fazendo com que conseguisse êxito sobre as intempéries e adversidades naturais (rigores climáticos, limites dos solos, etc.) e sociais (ações praticadas pelos grupos como os saques e as disputas territoriais e outros problemas dessa ordem). A cooperação também foi proporcionando a organização social dos diferentes grupos humanos sobre os variados fragmentos do espaço geográfico. Com a organização dos grupos os seus membros passaram a sentir-se fortalecidos, protegidos e adquiriram traços particulares que os diferenciavam dos demais grupos, tendo sido esses traços o início das formações culturais e da civilização humana.

É importante ressaltar que a cooperação só pode existir se todos os indivíduos pertencentes ao grupo cooperarem de forma livre e espontânea visando o bem comum. Desde que haja algum tipo de coação para que os indivíduos participem no grupo, não se trata mais de uma cooperação, mas, sim, de uma ação opressora que resulta em uma ajuda mútua forçada. (BOGARDUS, 1964: p 19)

Emory Bogardus (1964) chama a atenção para um tipo de cooperação que denomina de altruística e que é por ele considerada como o mais elevado nível de cooperação. Nesse tipo de cooperação, os indivíduos trabalham juntos visando o bem-estar comum numa perspectiva ampla que perpassa por todas as esferas da vida humana e os objetivos variam conforme os interesses do grupo. Tais objetivos podem ir desde a satisfação das necessidades físicas básicas dos indivíduos, tais como alimentação, moradia, vestuário, lazer dentre outros, até a satisfação das necessidades econômicas que por ventura existam. Assim a cooperação altruística substitui o progresso individual pelo êxito coletivo.

O mesmo autor admite que a cooperação pode ser entendida no sentido geral e específico. No sentido mais geral ela é entendida como uma atitude cotidiana que possibilita as relações entre os seres humanos em sua forma simples, ou seja, é uma cooperação praticada pelos homens em sua vivência diária. Já a cooperação específica diz respeito à cooperação que deve existir para que as atividades que os seres humanos desenvolvem possam ser desempenhadas de forma a atingir interesses comuns que o trabalho exija, como no caso de uma equipe que trabalha em uma empresa e faz o possível para que as metas exigidas pela mesma sejam atingidas. Para Bogardus:

No sentido geral, a cooperação é virtualmente comum, pais e filhos cooperam, professores e alunos cooperam; os cidadãos cooperam na comunidade ou no Estado.

Em sentido específico: a cooperação abrange pessoas que trabalham juntas (1964: p. 21).

Nessa perspectiva a cooperação não se restringe apenas aos atos realizados por indivíduos que trabalham em conjunto para atingir as metas estabelecidas por empresas e/ou instituições. Ela deve ser remetida a um contexto ampliado onde deve enfatizar a luta em prol de uma meta ou causa comum que não vise beneficiar indivíduos isolados mais que tenha por objetivo o bem estar de todo o grupo, devendo assim repercutir em todos os segmentos da vivência do homem.

Com base nesses pressupostos verificamos que a COAPECAL surgiu a partir da idéia de ajuda mútua, portanto, de cooperação entre um grupo de produtores rurais visando o fortalecimento da sua atividade produtiva. Esses indivíduos perceberam que a união dos mesmos em prol do aumento da produção do queijo de manteiga lhes traria melhores resultados econômicos do que se continuassem como produtores individuais.

Constatamos que o tipo de cooperação na qual se inseria a idéia de criação inicial da COAPECAL, é aquela denominada de “cooperação específica” mencionada por Bogardus (1964), uma vez que esse tipo de cooperação visa o desenvolvimento por meio da ajuda mútua, de uma atividade específica que possibilite benefícios para todo o grupo. Entretanto ao se implantar a cooperativa, o sentido de cooperação como sinônimo de ajuda mútua foi se perdendo. Isto na medida em que se instalou uma divisão mais rígida e menos espontânea do trabalho, descaracterizando a noção de cooperação.

.

1.2 O Cooperativismo

Uma das questões que emerge no estudo do cooperativismo é a sua compreensão no mais das vezes equivocada na medida em que é confundida com a concepção de cooperação. Klaes (2005), por exemplo, confunde cooperação com cooperativismo quando defende a tese de que o cooperativismo é um movimento que remonta ao início da história da humanidade. Em outras palavras, ele já seria encontrado em sociedades antigas e feudais, portanto se constituiria em algo muito antigo; e também seria algo natural na medida em que é encontrado até entre os animais.

Conforme Klaes (2005: p.32-34):

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se profunda em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo-a paulatinamente, até atingir os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. São conhecidas suas admiráveis organizações de defesa e apoio mútuo, tanto na paz como na guerra. Também entre os pássaros, são freqüentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência. As próprias aves de rapina, antipáticas em seu instinto cruento, têm também pendores acentuados para a vida coletiva. (...) muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida. Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem, como ocupante do mais alto grau da escala dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde os seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos. Dessa forma, conforme o exposto, não há dúvida sobre a tendência do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois assim é, talvez, mais fácil. Por isso, **cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde os seus primórdios** [grifo nosso].

Não se pode negar a existência de experiências cooperativas e associativas em períodos remotos, todavia, não se deve confundir manifestações de sociabilidade próprias do homem enquanto um ser social com o sistema de cooperativa uma vez que o movimento cooperativista é “genuinamente moderno” (COSTA, 2007).

Como bem o diz Costa (2007: p. 58):

O cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às conseqüências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX.

Desse modo, não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Outros autores, embora admitam a existência do cooperativismo antes do século XIX afirmam que sua estruturação acha-se diretamente ligada ao movimento operário. É o caso de Namorando (2005) quando, ao referir-se ao código genético do cooperativismo, considera legítimo buscá-lo “na parte que o radica historicamente no movimento operário”. Nesse sentido ele afirma:

(...) essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes. E deixou-os através dos princípios de Rochdale. (...) Ora, na primeira versão dos princípios cooperativos está bem presente o enraizamento da cooperatividade no movimento operário, o qual, por essa via, continua a ser uma raiz viva da actualidade cooperativa. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda da cooperatividade (NAMORANDO, 2005: p.3-4).

Na verdade o cooperativismo surgiu entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, período marcado pelo agravamento do conflito entre capital e trabalho refletido nas miseráveis condições de vida da classe trabalhadora, em particular, da classe operária na Europa. É nesse momento que personagens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865, Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópica, propuseram “um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa)” (PINHO, 1966 apud COSTA, 2007: p. 5). Buscamos aqui apresentar sucintamente a concepção de cooperativismo presente em duas vertentes teóricas baseadas no socialismo utópico, no anarquismo, e no marxismo visando com isto contribuir na análise da temática proposta.

1.2.1 O cooperativismo no pensamento utópico

O socialismo surge ainda na primeira metade do século XIX como resposta crítica à industrialização e às teorias que buscam justificá-la. Os socialistas utópicos assentavam suas argumentações na defesa do desenvolvimento de uma sociedade igualitária mais na perspectiva da ordem moral dos indivíduos do que na sua esfera econômica, acreditando que dessa forma se poderia romper com o individualismo propagado no modo de produção capitalista. Destacamos aqui as idéias de dois importantes representantes dessa corrente: Robert Owen e Charles Fourier.

1.2.1.1 Robert Owen e seu ideal de cooperativismo

Robert Owen (1771-1858) foi um grande industrial e filantropo que realizou importantes ações no ramo industrial como a redução da jornada de trabalho dos operários

que trabalhavam na sua fábrica e a promoção de uma série de ações que objetivavam a regeneração moral dos indivíduos bem como o aumento da auto-estima dos mesmos enquanto operários. Todas essas iniciativas praticadas por ele nessa empresa o induziram a se converter ao socialismo associacionista e cooperativista que acabou por fomentar o movimento operário para a prática concreta do cooperativismo.

Em 1830, Robert Owen embasado na teoria do valor-do-trabalho de Smith e Ricardo, que defendia o direito do trabalhador ao usufruto do seu trabalho, fundou uma bolsa de trocas onde cada produto tinha o seu valor estabelecido conforme as horas de trabalho necessárias para a sua confecção e onde o dinheiro era substituído por “bônus de trabalho”. Ele objetivava com a fundação dessa bolsa de trocas implantar paralelamente à economia capitalista um sistema que, ao seu ver, continha idéias socialistas. Devido ao fato de Owen não ter conseguido por vários fatores obter muito sucesso com a fundação da bolsa de trocas, o mesmo abraçou o cooperativismo como uma proposta para combater a crise econômica e social que observava.

Owen defendia: a) a substituição de uma sociedade individualista por uma outra sociedade fundada sobre os pilares da associação; b) a liberdade de expressão, que levaria todos os indivíduos a expressar seus sentimentos sem o medo da coação; c) uma sociedade onde a concentração de riquezas e de poder fosse transformada em uma outra onde todos tivessem acesso a saúde, educação, moradia e aos demais meios relacionados à satisfação de suas necessidades. Ele pregou também a substituição das palavras duras e humilhantes que são ditas pelos que estão à frente dos processos produtivos para com os seus subordinados, por uma maneira inovadora de liderar os operários como compreensão e respeito às suas individualidades e pontos de vista; colocou ainda a necessidade de todas as crianças terem acesso a educação no sentido amplo da palavra, tanto no que diz respeito à educação formal como a educação informal; pregou também o acesso de todos a uma habitação digna, a áreas de lazer e a serviços de saúde de melhor qualidade. Owen ainda propunha que nas sociedades coletivas onde a cooperação predominaria, todo o excedente de riquezas deveria ser investido para o bem estar comum e não para beneficiar os poucos donos dos meios de produção.

Robert Owen considerava que o cooperativismo seria capaz de fazer com que os pobres, desempregados e miseráveis, pudessem obter meios de melhorar suas vidas e conseguir se inserir na sociedade como indivíduos dotados de potencialidades. Inclusive ele pois em prática suas idéias dentro de sua própria fábrica¹: a) diminuiu o número de horas de

¹ Robert Owen era sócio de uma grande fábrica têxtil na Inglaterra.

trabalho de 17 para 10 horas por dia; b) aumentou os salários dos operários; c) proibiu o emprego do trabalho de crianças menores de 10 anos e lhes proporcionou ensino gratuito; d) ofereceu moradias baratas e bens necessários ao consumo das famílias dos seus empregados. Essas medidas repercutiram positivamente na atividade econômica da fábrica estimulando seu autor a elaborar um plano de reforma social e a pô-lo em prática. Este consistia na criação de comunidades pautada no princípio da propriedade coletiva que promoveria por seus próprios meios tanto a produção como o consumo. Embora a implementação das comunidades de produção não tenha repetido o êxito alcançado com os operários de sua fábrica, as idéias de Robert Owen influenciaram diretamente o desenvolvimento de confederações sindicais e de cooperativas no movimento operário.

O owenismo foi marcado pela coexistência de diferentes tendências intelectuais dentro do movimento cooperativo que se tornaram mais fortes do que o próprio pensamento original do Robert Owen como afirma Thompson (1987: p.399). Deste modo, segundo Pagotto (2005), ele pôde favorecer a união de racionalistas cristãos, radicais e os politicamente neutros, tais como:

Os artesãos com sonhos de economia de mercado, os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo, a fidalguia filantrópica com seu desejo de uma sociedade racional e planejada, os pobres, com seu sonho de terras, os tecelões, com esperanças de autonomia; e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa (PAGOTTO, 2005: p.5).

É importante destacar que o socialismo proposto pelo owenismo pretendia transformar o capitalismo sem nenhum embate.

1.2.1.2 Fourier e seu modelo utópico de sociedade ideal.

Charles Fourier (1772-1837) foi um teórico da linha utópica francesa que realizou profundas críticas à sociedade industrial do seu período e à sociedade francesa em particular. Segundo ele a harmonia entre os indivíduos só seria possível quando esses fossem libertos de toda moral e censura e quando todas as paixões pudessem ser realizadas livremente, sem nenhuma repressão. Nessa sociedade o trabalho seria livre e os indivíduos tornar-se-iam cooperados de forma espontânea, sendo que cada um buscaria o que lhe satisfizesse e procuraria fazer o possível para ajudar o seu semelhante a se satisfazer. Conforme Pires

(2004, p.84) para Fourier, “o regime salarial, fonte de injustiças, seria substituído pela livre associação e pelo jogo das paixões, base de uma economia do desejo e não mais do lucro”.

A marca maior dessa sociedade idealizada por Fourier era a associação entre as pessoas, onde toda a sociedade seria regida pelos princípios da liberdade e da vida compartilhada. Todos sem nenhuma distinção social deveriam ter acesso à cultura, à educação e às artes.

Segundo Pires (2004), na ótica de Fourier a chave para o sucesso da sociedade seria a vida comunitária, onde todos os indivíduos realizariam suas refeições e atividades culturais em coletividade, o trabalho doméstico e produtivo também seria dividido entre todos os membros do grupo que o realizariam sob a égide da satisfação mútua e da liberdade de expressão e de sentimentos.

Fourier desprezava as idéias coletivistas e considerava que o talento individual poderia ser recompensado segundo um sistema complexo de “elos societários” chamados de falange. O agrupamento de falanges daria origem aos “falanstérios”² ou “edifícios societários com uma arquitetura adequada à diversidade de setores e trabalhos voltados para se produzir em harmonia”, onde “o homem estaria livre de contradições e plenamente integrado com a sociedade” (PAGOTTO, 2005: p. 5).

A adaptação feita nas teorias de Fourier por seus seguidores distorceram profundamente suas idéias como, por exemplo, ao incorporarem os “falanstérios” a uma perspectiva socialista reformista. Especialistas em Fourier, porém, contestam esse entendimento, pois para estes, a relação existente entre seu pensamento e o cooperativismo “ocorre de forma indireta, a partir das tentativas heterodoxas de implantação de “falanstérios” ou fazendas societárias em alguns países, inclusive no Brasil” (PAGOTTO, 2005: p. 5).

Quando a COAPECAL foi instalada, logo nos primeiros meses de 1997, os que estavam à frente da organização idealizaram um conjunto de atividades e uma organização do trabalho eivada de utopia. O pensamento norteador inicial era o de que todos os pecuaristas cooperados e todos os trabalhadores seriam beneficiados por igual, e teriam os mesmos direitos à votação, independente da quantidade de leite que colocassem na cooperativa. Dessa forma a COAPECAL foi idealizada para ser uma organização diferente das empresas da região que também trabalham com a industrialização de produtos laticínios.

Assim, nos primeiros anos de funcionamento a cooperativa colocou em prática os princípios do cooperativismo utópico de igualdade e liberdade, conforme foi possível

² União da palavra falange e monastérios (Konder, 1998:12).

constatar no resgate histórico de sua criação e funcionamento. Porém, à medida em que foi crescendo, a cooperativa foi deixando de lado esse ideal de organização perfeita do ponto de vista igualitário. Simultaneamente ela foi aderindo às estratégias de mercado e passando a ser comandada apenas por alguns sócios que se tornaram os líderes ou gerenciadores do empreendimento, mudando completamente sua forma de estruturação e organização inicial.

1.2.2 O cooperativismo no pensamento marxista

Neste item apresentamos as considerações e críticas ao cooperativismo presentes no pensamento marxista com base nas posições defendidas por Marx, Kautsky, Rosa de Luxemburgo e Trotsky. Não se pretende aqui esgotar a discussão mas tão somente enunciá-la de forma sintética visando contribuir para uma melhor apreensão da temática em estudo.

1.2.2.1 Karl Marx

Karl Marx destacou a importância do movimento cooperativo e da implantação de empresas cooperativas criadas e geridas pelos trabalhadores. Comparando o sistema de cooperativa com as sociedades por ações ele chamou a atenção para o fato desta última, embora negando a antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual, continua “encerrada dentro das barreiras capitalistas; logo, em vez de superar o caráter privado da riqueza, as sociedades por ações dão-lhes apenas uma nova forma”³. (MARTINS, 2000: p. 17). Já no que diz respeito às cooperativas operárias ele afirma que as mesmas:

(...) representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho⁴ (MARTINS, 2000: p. 17-18)

³ Extrato de O Capital, livro III, Cap. XVI, III – A função do crédito na produção capitalista

⁴ Idem.

A importância dada ao cooperativismo também está presente nas “Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores” ocorrido em setembro de 1866 em Genebra. Nelas consta o reconhecimento do movimento cooperativo,

(...) como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de demonstrar na prática que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais (MARTINS, 2000).

No manifesto escrito por Marx e lançado no Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores ele afirma que:

[...] o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes[...]. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1983: p. 11).

Deste modo, Marx enfatiza que o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado eram apenas fases que antecederiam a implantação de uma nova forma de trabalho associado que teria no movimento cooperativista a sua concretização. Entretanto, ele não se posicionava favorável à formação de cooperativas por trabalhadores isolados, visto que ele observava a importância das organizações como uma forma ampliada capaz de emancipar a classe operária e não para beneficiar operários isolados. Ele ainda afirma que o cooperativismo não poderia ser praticado com subsídios do Estado ou de capitalistas particulares, uma vez que as cooperativas deveriam ser originadas e geridas pelos próprios operários com o objetivo de emancipar toda a classe operária. Dessa forma elas se constituíam em um instrumento de transição entre uma economia capitalista e sua transformação em um novo sistema, o socialismo.

Esta visão acha-se presente na crítica feita por Marx ao Programa do Partido Operário Alemão/Programa Gota/1875, que reclamava o estabelecimento de cooperativas de produção

com a ajuda do Estado, mas sob o controle democrático dos trabalhadores na indústria e na agricultura, em número suficiente para que daí resultasse uma organização socialista de todas as atividades. Segundo Marx:

Em vez da luta das classes existentes, propõe-se uma forma de jornalista: a ‘questão social’ de que ‘se prepara a solução’. Em lugar de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, ‘a organização socialista de todas as atividades’ ‘resulta’ da ‘ajuda do Estado’ da ajuda que ele dá às cooperativas de produção que ele mesmo (e não o trabalhador) ‘fez nascer’. (...) Por um resto de pudor, coloca-se a ‘ajuda do estado’ sob o controle democrático do povo ‘trabalhador’. (...) Os operários querem instaurar as condições da produção cooperativa à escala de toda a sociedade e, em primeiro lugar entre eles e a escala nacional. Este fato apenas significa uma coisa: os operários trabalham para a desagregação das condições de produção atuais. Isso nada tem que ver com a criação de sociedades cooperativas com a ajuda do estado. No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelo governo nem pelos burgueses⁵ (MARTINS, 2000: p. 14-15).

Marx observava a formação das primeiras cooperativas como sendo elementos capazes de transformar uma sociedade pautada nos princípios capitalistas em uma sociedade onde uma economia socialista surgisse como alternativa a todo o processo de exploração e exclusão dos operários e da apropriação indevida de sua mão-de-obra excedente. Entretanto ele considerava que esse cooperativismo não poderia ser praticado de forma isolada, ou seja, limitado a exemplos específicos, devendo ser desenvolvido em uma escala cada vez mais ampliada e apoiada na ciência e na produção. Apenas dessa maneira as cooperativas poderiam ser uma importante ação contra o desigual e contraditório sistema capitalista.

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo (MARX, 1983: p.197).

Marx também considerava necessário a existência de uma rede de integração em escala global entre as várias cooperativas seguindo um plano político bem definido e organizado, porém tratando também os aspectos locais de cada nação.

⁵ Extrato da “Crítica do Programa do Partido Operário Alemão”- Programa Gotha, 1875).

Observamos que mesmo tendo enfatizado bastante a prática de um cooperativismo global capaz de substituir o capitalismo, as idéias de Marx no tocante a essas questões não foram difundidas como o foram as suas considerações a cerca do sindicalismo, como forma de ação política que combateria o capitalismo. Atribui-se isso a alguns fatores tais como: a) o fato de muitas experiências de cooperativismo bem sucedidas terem sido abafadas e desarticuladas pela burguesia inglesa, visto que o cooperativismo ia de encontro aos interesses dos capitalistas e que o movimento, se propagado, poderia induzir a ocorrência de crises substanciais para o próprio sistema capitalista; b) a falta de uma discussão mais profícua no âmbito do cooperativismo pelo fato de que se achava difícil a autogestão de uma cooperativa desenvolvida sem a figura de uma autoridade (patrão) que ditasse as regras responsáveis pelo desencadeamento de todo o processo de produção e gestão do empreendimento. Entretanto entendia-se também que caso essa autoridade viesse a existir a cooperativa perderia seus princípios de cooperação mútua e acabaria tornando-se uma empresa capitalista camuflada na ideologia do cooperativismo.

Marx comenta que na economia socialista desapareceria a figura do patrão, visto que em uma cooperativa não existe apenas um dono aos quais os lucros da produção devem ser destinados, mas sim todos os cooperados assumem o papel de donos e por não subjugar o seu trabalho a apenas um dono dos meios de produção, realizam com mais entusiasmo e satisfação suas atividades (MARX, 1983).

A própria divisão social do trabalho e a competição entre as cooperativas por mercado, fazem com que, de certa forma a figura do patrão seja perpetuada, visto que em uma cooperativa deve haver uma divisão produtiva, ou seja, cada operário desempenhará determinada função tendo assim que surgir os líderes que estão a frente da corporação. Porém, conforme Schmit (2005, apud Marx, 1983) há uma diferença entre a figura do patrão e a de gerenciantes de uma cooperativa. Esta última é uma decorrência direta da natureza do próprio processo de produção, sendo as funções de gerenciamento observadas como fruto da necessidade do pleno funcionamento de sistemas complexos de socialização e produção. Já em uma empresa capitalista os patrões se opõem aos trabalhadores não apenas pela necessidade de gerir o funcionamento da empresa, mais pela posição de *status* que ele utiliza para se sobrepôr aos trabalhadores e gerar assim uma relação de exploração da força-de-trabalho dos mesmos. Nesse contexto, Marx considera que a figura do patrão não poderia ser comparada ao papel do gerenciador da produção de uma cooperativa.

Schmit (2005, apud Marx, 1983), considera ainda que o cooperativismo se situaria em uma fase superior ao sindicalismo, visto que esse último, seria caracterizado pelas reivindicações da classe operária junto ao Estado, e que ficaria apenas na esfera da discussão teórica. Em contrapartida o cooperativismo, se desenvolvido em uma rede global, poderia representar uma ação concreta capaz de abranger não só a esfera econômica, mas uma dimensão política no amplo significado teórico - prático, capaz de se lançar a uma jornada de expansão coordenada, que seria capaz de eliminar a divisão social do trabalho que se caracteriza como uma das condições primordiais para a manutenção do capitalismo enquanto sistema econômico.

As resoluções da Primeira Internacional, porém advertem para o fato de que se o sistema cooperativo ficar restrito “às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados” ele se tornaria “impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista.

Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão obtidas nunca sem o emprego das formas organizadas da sociedade. Assim, o poder do estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores ⁶(MARTINS, 2000)

É ainda Marx quem afirma que tanto as sociedades capitalistas por ações quanto as empresas cooperativas nada mais são do que uma forma de transição entre o modo de produção capitalista e o sistema de associação, com uma única diferença: nas primeiras o antagonismo é superado de maneira negativa e, nas segundas, de maneira positiva (MARX, O Capital, vol. III, Cap. XVI)

1.2.2.2. Rosa de Luxemburgo e suas críticas ao cooperativismo

Para Rosa de Luxemburgo, o socialismo defendido por Berstein tem como meta levar os operários a participar da riqueza social, a transformar os pobres em ricos. Para alcançar o socialismo Berstein só vê dois caminhos: pela ação dos sindicatos e pela prática do cooperativismo. Através dos primeiros se suprimiria o lucro industrial e através das cooperativas se suprimiria o lucro comercial.

⁶ Extrato das “Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores”.

Rosa de Luxemburgo discorda de Berstein. Para ela, as cooperativas, principalmente as cooperativas de produção, podem ser consideradas como “instituições de natureza híbrida” inseridas no modo de produção capitalista, uma pequena produção socializada pelos cooperados dentro do complexo sistema de trocas, um ser que mesmo sendo híbrido é constituído por várias nuances contraditórias.

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força-de-trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999: p. 80-81)

Essas contradições têm como ponto inicial o fato de que no capitalismo, onde se estabelece a prática do cooperativismo, o que predomina e determina a produção de uma empresa, seja ela privada ou coletiva é a demanda e necessidades do mercado, ou seja, o mercado tem suas próprias leis que fazem com que uma empresa tenha que adaptar sua produtividade a essas leis.

Nesse contexto eis que surge uma grande contradição envolvendo os ideais cooperativistas, visto que os operários cooperados passam a ter que governar para atender suas necessidades particulares, que são coletivas, uma vez que em uma cooperativa seja de produção ou de outro caráter não devem prevalecer os interesses particulares.

Devido a essa contradição entre produção e mercado esses operários, em especial os que estão à frente da administração da cooperativa (os gerenciadores) vão ter de exercer o papel de um patrão capitalista, na medida em que para aumentar ou diminuir a produtividade eles necessitarão em alguns casos diminuir e em outros elevar a jornada de trabalho dos demais operários e empregar e demitir segundo as necessidades do mercado, dentre outros métodos que uma empresa capitalista utiliza para se sobressair perante as concorrentes (LUXEMBURGO, 1999).

Nessa perspectiva é que se pode considerar que mesmo sendo uma cooperativa uma empresa de caráter coletivo, devido ao fato dessa empresa encontrar-se inserida no sistema capitalista e ser regulada pelas leis mercadológicas, muitas vezes essas cooperativas terão que fazer uso das estratégias que são realizadas pelas corporações capitalistas para conseguir

manter-se em pleno funcionamento, sendo essa uma das principais contradições das cooperativas de produção.

Segundo Rosa de Luxemburgo:

Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força-de-trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-lo na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (1999: p. 81).

Essa contradição citada leva a cooperativa de produção a duas vertentes: em uma vertente podemos verificar que muitas dessas cooperativas acabam por optar forçadamente ou por vontade espontânea pelo retorno a uma empresa capitalista propriamente dita e não mais dispor da denominação de cooperativa; em uma outra vertente observa-se que os operários cooperados por não concordar que a cooperativa pratique as mesmas estratégias das empresas capitalistas acabam optando pela sua dissolução, o que teria sido a causa da dissolução ou transformação de muitas cooperativas de produção em todo o mundo e particularmente na Inglaterra (LUXEMBURGO, 1999).

Conforme a autora, as cooperativas de produção só podem sobreviver no sistema capitalista se conseguir fazer com que as leis de mercado materializadas na importância superior que tem a troca sobre a produção fossem modificadas, ou seja, se os operários não tivessem a produção pautada na sua troca no mercado. Ela ainda comenta que isso só poderia ocorrer se os operários dispusessem de um mercado constante para o qual a sua produção nas cooperativas tivessem mercado assegurado, caso isso não fosse possível os cooperados seriam submetidos às leis de mercado ditadas pelo capitalismo e a cooperativa não teria mais seus princípios legitimados e nem seria um ser híbrido no seio do modo de produção capitalista, o que ou as levaria a dissolução ou a sua transformação em empresas características desse sistema. Nessa perspectiva Rosa de Luxemburgo (1999: p. 82) afirma: “Só tendo um mercado, um círculo constante de consumidores, garantido de antemão, pode ela atingir esse alvo”.

Esta autora ainda deixa claro que as cooperativas de produção só podem ser asseguradas se houver cooperativas de consumo funcionando como um mercado consumidor seguro para o escoamento da produção. Segundo Bernstein, esse seria o fator pelos quais as cooperativas de produção sucumbiam, ou seja, por geralmente funcionarem de forma independente das cooperativas de consumo não conseguiam se manter. Mas para Luxemburgo, esta dependência levaria as cooperativas de produção a se contentar, “na melhor das hipóteses”, com pequenos mercados locais limitados a alguns produtos de primeira necessidade, particularmente os produtos alimentares e deixaria de fora todos os ramos mais importantes da produção capitalista tais como: a indústria têxtil, a de mineração, a metalúrgica, a petrolífera, a de maquinário, de locomotivas e de navios (LUXEMBURGO, 1999). Conclui com base nessa análise que:

É por isso que, mesmo abstraindo de seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem desempenhar a função de uma reforma social geral, uma vez que tal realização geral implica em primeiro lugar a supressão do mercado mundial e a divisão da economia mundial atual em pequenos grupos de produção e de trocas locais: tratar-se-ia, em suma, de um regresso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 1999: p.82-83)

Por todos esses motivos Rosa de Luxemburgo alega que apenas o desenvolvimento das cooperativas de produção não seria suficiente para o surgimento de uma economia socialista em escala global. Nessa perspectiva, mesmo tendo defendido a importância do cooperativismo como um dos meios de implantação do socialismo, ela faz muitas ressalvas ao mesmo. Inclusive reafirma a impossibilidade das cooperativas de produção sobreviverem de forma dissociada das cooperativas de consumo e sem adotar algumas medidas características do modo de produção pautado pelo capital.

Com base nesses pressupostos, ela conclui que:

(...) a reforma socialista baseada no sistema das cooperativas põe de lado a luta contra o capital de produção, quer dizer, contra o ramo principal da economia capitalista e limita-se a dirigir seus golpes contra um capital comercial e mais exatamente contra o pequeno e médio capital comercial; ela apenas atinge os ramos secundários do tronco capitalista (1999: p. 83).

Rosa de Luxemburgo posiciona-se ainda contra uma revolução da classe operária como forma de transformar o modo de produção capitalista em uma sociedade socialista,

tendo em vista que a mesma defendia com base em vários argumentos que apenas as reformas graduais do capitalismo, proporcionadas pela implantação e multiplicação das cooperativas de produção e de consumo, pelo aumento do poder de atuação dos sindicatos e da ampliação de uma democracia parlamentar plena, poderiam fazer emergir no seio da sociedade uma nova conjuntura que abrangeria as esferas socioeconômicas, sociedade essa classificada como socialista.

1.2.2.3. Karl Kautsky e sua visão do cooperativismo

Kautsky (1986) também considera o cooperativismo como uma solução para vários problemas encontrados pelos camponeses. Segundo ele a pequena propriedade agrícola pode ser incrementada pela implantação de cooperativas que passam a impulsionar o desenvolvimento econômico dos camponeses.

Entretanto ele enfatiza que o problema central no tocante a implantação do cooperativismo pelos camponeses diz respeito à resistência que esses têm em trabalhar em conjunto. Kautsky comenta que os camponeses têm internalizada uma visão individualista para a gestão de suas propriedades, visto que historicamente o camponês aprendeu a ser o único administrador de suas terras o que torna difícil o mesmo aceitar a idéia de gerir de forma coletiva essas propriedades por meio do cooperativismo.

Segundo Kautsky:

Não há meio em que as condições prévias para a organização de cooperativas se encontrem mais fracamente desenvolvidas do que entre os camponeses; suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzem ao mínimo o seu horizonte político, e roubam-lhe o tempo livre que a autogestão cooperativa exige (Kautsky, 1986: p.109).

Dessa forma, o que acontece é que o cooperativismo atende de forma ampla e substancial os grupos que conseguem melhor se organizar em sociedade e estes, segundo Kautsky são os grandes proprietários de terras, os quais possuem os mesmos objetivos e interesses. Desse modo, seria mais fácil construir uma ação coletiva voltada a atender os interesses dos grandes proprietários rurais do que os dos pequenos. Neste sentido, afirma Kautsky:

A formação de cooperativas é muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são muito menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais - próprios ou de empréstimo (KAUTSKY, 1980: p. 138).

A superioridade de uma grande propriedade, composta de terras contíguas, superioridade oriunda da divisão do trabalho e da direção de um agrônomo, o que vale dizer, precisamente, a superioridade da grande exploração, isto a cooperação jamais proporciona ao pequeno camponês (KAUTSKY, 1980: p. 142).

Para Kautsky os camponeses só desfrutarão de resultados positivos e efetivos com o cooperativismo no caso das cooperativas de crédito, tendo em vista que estas, na visão de Kautsky, não trazem consigo os problemas que as cooperativas de pequenos agricultores têm demonstrado possuir. Dessa forma ele alega que:

Para os pequenos lavradores, tais instituições valem sobretudo na hipótese do **crédito pessoal**. Elas obtêm o que não obtém o camponês isolado, isto é, o crédito do grande capital urbano nas condições do capitalismo moderno. Se os empréstimos do camponês isolado são pouco vultosos para interessar o grande capital, os de toda uma sociedade exercem papel inteiramente diverso. E se o crédito a um cultivador que lhe é inteiramente desconhecido não oferece garantias a um banqueiro da cidade, o risco se lhe reduz ao mínimo no caso da solidariedade de muitos associados. Assim, graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos da sua exploração que esse empréstimo torna praticáveis. Não há dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, sumamente importantes como veículo de progresso econômico. E não digo progresso no sentido do socialismo, como se alega em diferentes lados, mas progresso no sentido do capitalismo. São progressos de alto valor econômico (KAUTSKY, 1980: p. 138-139).

No que tange às sociedades de venda, formadas por pequenos produtores, a uniformidade seria a condição de obtenção do produto. Segundo Kautsky, seria necessário que os seus membros “produzam de maneira uniforme, segundo um plano uniforme e com meios uniformes” (1980: p. 140).

Chama a atenção ainda para o êxito obtido por algumas associações a exemplo da experiência da propriedade de Ralahine, na Irlanda, as implantadas pelas organizações comunistas da América do Norte nas comunidades de Amana, de Aurora e na colônia de Bishop Hill (KAUTSKY, 1980). Utiliza esses exemplos bem sucedidos de práticas do cooperativismo para afirmar ser esse um instrumento capaz de substituir o individualismo do modo de produção capitalista, por uma sociedade onde a classe camponesa possa também se inserir.

Nesse sentido, afirma Kautsky:

Nem todas as experiências foram bem sucedidas; as que foram, chegaram mesmo a servir de modelo à sociedade socialista. Essas tentativas provaram inegavelmente uma coisa: a produção coletiva é possível, como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social (1986: p.114).

Com essa afirmativa Kautsky quer provar que um modelo de cooperação coletiva pode ser extremamente viável, sendo que para isso é necessário construir os mecanismos apropriados para que ele possa trazer resultados satisfatórios. Nessa premissa a implantação de cooperativas também não pode partir dos proprietários, devendo surgir a idéia e os meios para o desenvolvimento dessas organizações dos próprios camponeses.

Malgrado este raciocínio, Kautsky não acredita que os camponeses não seriam a fração da sociedade agrária que teria maiores interesses no cooperativismo. Até porque,

O camponês ainda está mais preso a sua parcela do que o artesão à sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apegava ao seu pedaço de terra. A América, ele o abandona, ou melhor, abandonava, não há muito tempo, de muito bom grado, quando não lhe rendia bastante, para encaminhar-se para o Oeste, onde havia ainda regiões livres. Na Alemanha e na França, nenhuma privação lhe parece excessiva a fim de conservar a sua pequena gleba, e não há preço que o assuste quando se trata de aumentá-la. Podemos imaginar as dificuldades contrapostas a uma operação tão necessária e benéfica como a reunião, num conjunto contínuo, de terrenos confusamente encravados nas propriedades de outrem (KAUTSKY, 1980: p. 148).

Com base nesses pressupostos Kautsky acreditava que não seria através dos camponeses possuidores de terras, mas dos despossuídos, dos proletários, que se estabeleceriam as condições à constituição da grande produção cooperativa. Ele reitera que:

Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa.

1.2.2.4 Trotsky e sua concepção de cooperativismo atrelada à revolução operária.

Para Trotsky o desenvolvimento das cooperativas só conseguiria constituir-se em uma reação ao sistema capitalista transformando o mesmo em uma sociedade igualitária, se utilizasse como método central a revolução operária. Para ele só uma revolução operária conseguiria tomar o poder nas fábricas capitalistas que seriam fechadas provocando uma crise sem precedentes neste modo de produção. A crise sugeriria o controle administrativo dessas fábricas pelos operários que passariam a elaborar um plano econômico que colocaria o cooperativismo como eixo principal para o novo sistema socialista.

Após os operários tomarem o poder nas indústrias capitalistas as mesmas passariam a ser dirigidas não pensando na primazia da geração dos lucros, mais colocando em destaque principal o bem-estar social de todos os operários engajados no processo de produção. Uma das medidas seria fazer com que os capitalistas não fechassem as fábricas por elas não estarem tendo lucro. Desse modo os operários se revoltariam e tomariam posse do estabelecimento que passaria por sua vez a ser gerido por eles próprios que elegeriam, dentre eles, um gerenciador, não permitindo assim que os trabalhadores fossem demitidos e tivessem o seu bem-estar assegurado.

Trotsky também defende a tese de que todos os segredos industriais deveriam ser desfeitos, desde as correspondências endereçadas à organização que passariam a ser abertas e lidas para todo o público (operários) até a compartilha dos implementos técnicos. Medidas que dessem certo em dada empresa seriam assim propagadas como um modelo a ser seguido pelas outras organizações do mesmo ramo, proporcionando dessa maneira, um benefício não só para a organização que inventou o dispositivo, mas para todos os que operam na mesma área de atuação. Esses e outros fatores fariam com que essas cooperativas não ficassem subordinadas à concorrência e as leis de mercado que regem as corporações capitalistas, onde os segredos industriais são capazes de garantir a predominância de dadas empresas sob as demais, o que lhes permitiria auferir maiores margens de lucros.

1.1.2.2.5 A COAPECAL e o pensamento marxista

Fazendo um paralelo entre COAPECAL e o pensamento marxista sobre cooperativismo, pudemos constatar que nos primeiros anos de seu funcionamento essa

cooperativa, além de ter reproduzido o ideal do cooperativismo utópico de igualdade e sociedade perfeita, também se enquadrou na visão cooperativista defendida por Marx e Kautsky, onde a cooperativa seria um movimento que faria a classe trabalhadora do campo conseguir se inserir na sociedade por meio de um movimento organizado pela sociedade civil. No caso estudado esse processo se daria através da organização de produtores rurais e trabalhadores em torno da produção leiteira e de produtos derivados dessa matéria-prima, visando a redução da exclusão social e dos elevados índices de emigração dos filhos dos produtores rurais do município de Caturité.

No entanto, após alguns anos de desenvolvimento da cooperativa ela deixou de lado grande parte dos princípios que nortearam sua criação e instalação e passou a adotar práticas e políticas típicas do modo de produção capitalista. Dessa forma torna-se interessante observar a discussão feita por Rosa de Luxemburgo, que considera que no sistema capitalista as cooperativas, principalmente as cooperativas de produção, só tem dois caminhos a seguir: o primeiro é se diluir pelo fato dos cooperados não aceitarem transformar a cooperativa em uma empresa capitalista, e o segundo, fazer com que a cooperativa passe por um processo de adaptação a economia de mercado.

No caso da COAPECAL é possível constatar no concreto a percepção que o caminho que vem sendo seguido pela cooperativa foi aquele da adaptação à economia de mercado apontado por Rosa de Luxemburgo, tendo em vista que atualmente o empreendimento tem se configurado como uma organização que adota muitas das estratégias capitalistas para poder ampliar o seu mercado consumidor. Sendo assim mesmo a COAPECAL ainda utilizando a denominação de cooperativa tem se inserido cada vez mais numa lógica mercadológica de produção e distribuição dos produtos laticínios pelo território paraibano e tem reproduzido a lógica de funcionamento de uma empresa gerenciada por sócios que se relacionam com os fornecedores a montante do processo produtivo e com compradores a jusante.

Nessa perspectiva, é que ressaltamos mais uma vez que, mesmo tendo a COAPECAL surgido imbuída pelo ideal utópico e marxista da prática de um cooperativismo, que almejava inserir os trabalhadores rurais no mercado de trabalho, um cooperativismo que seria uma bandeira de luta contra a sociedade excludente, a mesma hoje se configura como uma cooperativa que está cada vez mais inserida na lógica capitalista de produção. Esse fato não é apenas uma característica desta cooperativa, tendo em vista que, se observarmos com um olhar crítico as demais cooperativas existentes na contemporaneidade, poderemos perceber que elas vêm se tornando verdadeiras corporações que se utilizam do termo cooperativo para

conseguir suavizar perante a sociedade civil e perante a lei, a prática de um capitalismo selvagem.

1.2.3 A contribuição do anarquismo para o desenvolvimento dos princípios cooperativistas.

Apesar de por muitas décadas escutarmos por parte de alguns historiadores e estudiosos que os anarquistas pretendiam implantar o caos e a desordem social, hoje podemos afirmar com precisão a contribuição desse movimento para o surgimento dos princípios cooperativista pautados nas idéias mutualísticas e de federações.

Embora tenhamos registros de combates violentos travados entre anarquistas com membros do governo e da elite dominante, sabemos que na sua essência esse movimento têm como princípio uma sociedade regida apenas pelas relações mutualísticas, onde a concordância e o diálogo entre os seres humanos seriam em prol do funcionamento harmônico da sociedade, uma sociedade que não fosse regida pela rigidez das leis e do autoritarismo imposto pelo governo, uma vez que no anarquismo a sociedade seria comandada por decisões tomadas de forma mútua e conforme os interesses de todos os membros do grupo social (WOODCOCK, 1975).

Os anarquistas observavam nos indivíduos uma capacidade infinita de desenvolver suas potencialidades individuais, e de usar essas particularidades em favor de todo o grupo, tendo em vista o fato de que o homem é observado como um ser que por natureza e por evolução da espécie, possui a característica e necessidade de viver em coletividade.

Segundo Costa (1988: p 160):

Todos os anarquistas concordam que o homem possui, por natureza, todos os atributos necessários para viver em liberdade e concordância social. Não acreditam que o homem seja bom por natureza, mas estão convencidos de que o seja por natureza social.

Em linhas gerais, a sociedade defendida pelos anarquistas, diferente dos socialistas utópicos a exemplo de Fourier, não seria necessariamente uma sociedade perfeita, uma vez que para os anarquistas toda sociedade que fosse perfeita deixaria de evoluir. Seria, dessa forma, uma sociedade onde os homens viveriam sem a imposição do Estado e seus conjuntos de leis reguladoras, seria uma sociedade pautada em um bem coletivo onde o homem se

tornaria um produtor natural em sociedade. Os anarquistas também não viam, como os marxistas, a necessidade de uma tomada de poder para a classe operária, até porque almejavam destruir todas as formas de imposição da ordem, para a construção de uma sociedade livre do julgo da imposição, da hierarquia de classe e do poder político materializado na figura do Estado.

Conforme Woodcock (1975: p 27):

Os anarquistas sempre repreendiam a ação política, afirmando que a máquina do estado não deve ser tomada, mais abolida: que a revolução social não deve levar a ditadura de qualquer classe, mesmo do proletariado, mais a abolição de todas as classes.

1.2.3.1 Proudhon e o seu individualismo social

Pierre-Joseph Proudhon (1808-1865), era de origem francesa e atingiu a notoriedade no movimento anarquista por valorizar o indivíduo como um ser que não podia viver isolado dos demais. Uma das características mais marcantes de Proudhon é a valorização por ele defendida da liberdade individual dos seres humanos, sendo essa liberdade um processo natural do desenvolvimento e evolução da sociedade humana pelo espaço geográfico. Ele imaginava que o ser humano para poder ser coletivo necessitava ter sua liberdade garantida, só a partir daí é que ele poderia de fato passar a conviver com os demais membros do seu grupo, sem a opressão e lapidação do seu modo de viver (COSTA, 1988).

Proudhon também se destacou por suas idéias direcionadas para a justiça. Nesse contexto ele afirmava ser um mal a acumulação de riquezas, sendo ele um defensor de uma sociedade igualitária onde os indivíduos não deveriam acumular mais do que o necessário para a sua sobrevivência. Ele afirmava nessa perspectiva que o homem não deveria viver apenas para o trabalho, e que deveria também realizar outras atividades eminentes ao seu ser como, por exemplo, encontrar um amor e praticar uma vida pautada na comunhão e na justiça entre os seres.

Conforme afirma Woodcock (1975: p 25):

A vida humana só atinge sua plenitude quando inclui amor, trabalho e “comunhão social” ou justiça. Preenchidos essas condições, declara Proudhon, a vida é plena: ela é uma festa, uma canção de amor, um perpétuo entusiasmo, um infinito hino de felicidade. E não importa o momento em qual o sinal possa ser

dado, o homem estará pronto, pois ele estará sempre morrendo, o que significa que está sempre vivendo.

Uma sociedade pautada nesse ideal defendido por Proudhon voltaria naturalmente aos processos naturais, materializados em uma vivência harmônica e coletiva anterior a sociedade capitalista contemporânea. Nessa sociedade não existiria a propriedade privada e nem a divisão de classes sociais, seria comandada apenas pelos princípios da união mútua.

No tocante a sociedade planejada por Proudhon, Costa (1988: p. 36) comenta: “Proudhon esboçou uma sociedade onde poderiam florescer juntos, a igualdade, a justiça, a independência e o reconhecimento dos méritos individuais em um mundo de produtores vivendo para um sistema de livres contatos”.

Esse defensor do anarquismo também idealizou a formação de uma associação internacional de produtores, que funcionaria como uma espécie de organização de produtores de bens materiais de todas as partes do mundo, e possibilitaria que esses produtores tivessem a oportunidade de lutar por melhores condições. Essa idéia fez com que os seguidores de Proudhon fundassem em 1864 a I Internacional (COSTA, 1988).

Apesar de não ter sido o fundador do anarquismo, Proudhon é considerado como um dos mais importantes pensadores desse movimento. Suas idéias em torno de uma sociedade pautada na coletividade e na valorização do indivíduo foram de grande importância para o desenvolvimento do anarquismo e para o surgimento de um discurso em torno do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária diferente da que ele observava surgir no século XIX.

1.2.3.2 Algumas contribuições de Kropotkin para uma sociedade mutualística e federativa.

Segundo Costa (1988: p. 51) Piotr Alexeyevich Kropotkin, nasceu na Rússia em 1842 e faleceu em 1921. Participou da aristocracia russa, foi um jovem educado para servir como oficial na Sibéria, onde iniciou seus estudos relacionados à geografia, e onde se posicionou contrário a situação dos indivíduos pobres e miseráveis existentes na época.

Kropotkin idealizou uma sociedade formada por muitas associações que se relacionariam entre si quando necessário, sendo essa a sua idéia de federação. Essas associações seriam desenvolvidas em todas as esferas da vida social, desde a produção até o

consumo. Nessa sociedade idealizada, não haveria a necessidade de um governo, tendo em vista que os conflitos seriam eliminados ou reduzidos ao ponto de não se fazer mais necessário a intervenção estatal na manutenção da ordem social. De acordo com Kropotkin (1969: p 630):

Por outro lado, essa sociedade não será cristalizada em formas imutáveis, mas, ao contrário será um organismo vivo e em evolução. Não se sentirá qualquer necessidade de governo, porque acordos livres e federações o substituirão em todas aquelas funções que os governos atualmente consideram como suas e porque, as causas de conflito sendo reduzidas, os que ainda surgir podem ser submetidas a arbitramento.

Kropotkin também considerou o homem como um ser dotado da capacidade individual de criar e inovar perante as situações adversas, sendo que nessa nova sociedade os indivíduos teriam a total liberdade de desenvolver novas formas de produção, descentralizando a capacidade intelectual, que para ele é inerente a espécie humana.

Segundo Kropotkin os bens materiais não seriam o que de fato proporcionariam a felicidade plena do ser humano, mas sim as atividades prazerosas como lazer, descobertas intelectuais e científicas dentre outras, sendo essa idéia também compartilhada por Proudhon e por vários outros anarquistas. Kropotkin (1969: p. 63) comenta: “Haverá total liberdade para o desenvolvimento de novas formas de produção, invenção e organização; a iniciativa particular será incentivada e a tendência à uniformidade e centralização será desencorajada”.

Para Kropotkin o homem não é só um ser social por natureza, pois afirma que a inclinação para que o homem pudesse viver em sociedade emergiu a partir do momento em que ele evoluiu e se relacionou cada vez mais com os membros do seu grupo se distanciando do mundo animal. Nessa perspectiva, segundo Kropotkin, o homem é um ser social devido ao fato de ter percebido que para sobreviver necessitava de realizar tarefas em conjunto com os demais membros do seu grupo.

1.2.3.3 Elisée Reclus e sua geografia social de cunho mutualístico.

Elisée Reclus, nascido na França em 1830, é considerado como um dos expoentes entre os geógrafos anarquistas, devido ao fato de ter prestado uma grande contribuição para o pensamento geográfico numa perspectiva de libertação da classe operária do sistema

capitalista. Como geógrafo, utilizou as práticas anarquistas para realizar sua leitura da realidade observada na Europa nos fins do século XIX e início do século XX (ANDRADE, 1992).

Reclus viajou por várias partes do mundo, o que lhe possibilitou realizar uma análise consistente dessas áreas do espaço geográfico mundial. Era considerado como um cientista renomado e um militante anarquista. No decorrer de sua vida, Reclus se envolveu em embates principalmente com o governo francês em favor da classe operária. Foi o primeiro geógrafo a observar o caráter social dessa ciência, idealizou uma sociedade onde os indivíduos deveriam ser livres e viver com igualdade social, procurou no anarquismo as soluções para o problema da liberdade dos indivíduos em meio a uma sociedade excludente. Esse autor desenvolveu dessa forma uma leitura crítica ao capitalismo e realizou estudos sobre a precariedade dos camponeses que deixavam de produzir para seu sustento e passavam a produzir para o mercado.

Reclus realizou ainda muitos estudos sobre como se deu o processo de expropriação das terras comunitárias e como os camponeses conseguiam se organizar em associações para poder sobreviver no sistema capitalista, tendo passado a enxergar nessas associações uma forma de resistência dos camponeses no fim do século XIX e início do XX.

Andrade (1985: p. 31) faz uma abordagem do que Reclus escreveu em seu texto: “A propriedade e a exploração da terra” publicado no volume VI de “L’homme et la Terre”. Em suas considerações Andrade conta que Reclus:

Estuda o processo de exploração das terras comunitárias e a situação dos camponeses e de suas formas de associação. Dá atenção às formas de exploração das grandes e das pequenas propriedades, ao problema da circulação da produção, às relações de trabalho, incluindo a parceria, e inclui a miséria a que vai sendo relegado o camponês, quando deixa de produzir para o seu sustento e cai nos mecanismos do mercado.

Ainda nessa perspectiva Reclus atribui ao indivíduo a função de fazer surgir o progresso, porém para que isso pudesse acontecer o indivíduo teria que se aprimorar do ponto de vista social e moral, sendo que no capitalismo isso não seria possível de acontecer tendo em vista a exclusão social que afetava a classe trabalhadora.

O diferencial desse defensor do anarquismo para os demais é que em específico para a geografia ele prestou uma grande contribuição na análise da sociedade como um dos pontos altos dessa ciência, porém em se tratando da discussão voltada para o anarquismo podemos

observar uma culminância entre todos os aqui discutidos, que seria o ideal de liberdade social e individual e de uma substituição do capitalismo por uma sociedade igualitária. Nesse contexto juntamente com Kropotkin esse autor vai fazer uma análise da sociedade pelo viés anarquista de cunho geográfico.

Com base no exposto podemos constatar que o pensamento anarquista não influenciou o surgimento da COAPECAL nem sua dinâmica atual.

1.3. A Cooperativa

Scopinho (2006), com base em Camargo (1960), Rios (1976) e Fleury (1983), definem cooperativa como:

um modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, associação de pessoas de natureza autogestionária, regida por princípios de igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos.

A mesma autora chama a atenção para o fato de que cooperativa e cooperação não podem ser entendidos como um mesmo processo, mas como “processos distintos”. Com base em Camargo (1960) e Bruni (2005) ela define cooperação como:

Ação social articulada e alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é entendida aqui em dois sentidos: a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de organizações cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata.

De acordo com o Congresso do centenário da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, realizado na Inglaterra em 1995:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Apesar dos termos cooperação, cooperativismo e cooperativa derivarem do verbo cooperar, de origem latina (*cum* e *operari* que significa trabalhar com alguém), tratam-se de conceitos distintos. Como foi demonstrado anteriormente, o cooperativismo nasce atrelado ao processo de industrialização desencadeado na Europa responsável por profundas mudanças nas relações e no desempenho do trabalho, o que contribuiu para a propagação dos conflitos entre os tecelões e os capitalistas industriais. Os tecelões revoltaram-se com a situação em que se encontravam, pois competiam de forma desigual com os trabalhos industriais produzidos em menos tempo e em maior quantidade.

A transferência dos indivíduos do campo para as cidades também foi um processo que afetou diretamente a classe trabalhadora. Os migrantes viam nas cidades uma forma de conseguir trabalho nos inúmeros postos gerados pela atividade industrial localizada nos redutos urbanos. O resultado foi a superlotação dessas áreas e um aumento considerável do número de trabalhadores que não conseguiam um posto de trabalho e eram lançados à condição de penúria, ao lado daqueles que embora tivessem um posto de trabalho, eram intensamente explorados, inclusive as crianças. Esse era o panorama geral da classe trabalhadora na Europa do final do século XVIII e início do século XIX.

É nesse contexto que surgem as primeiras experiências cooperativas como uma alternativa de organização popular no seio da sociedade capitalista industrial na Inglaterra, França e Alemanha. As mais antigas também consideradas por Pinho (1966) como pré-cooperativas ou precursoras das cooperativas foram: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros de Woolwinch e Chatan, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769) e a cooperativa de consumo inglesa Oldhan Co-operative Supply Company (1795). A partir de então observou-se a proliferação de cooperativas de consumo sobretudo na Inglaterra e na França porém, todas elas se constituíram em experiências fracassadas.

Pinho (1966) destaca algumas experiências exitosas que surgiram um pouco mais tarde, entre 1844 e 1848. São elas: a cooperativa de consumo de Rochdale na Inglaterra (1844) e as cooperativas de crédito de Schlsse-Delitzsch (1849) e de Raiffeinsen na Alemanha (1847-48). Destas, a experiência mais bem sucedida foi a de Rochdale.

A Cooperativa de Consumo “ Rochdale Cooperative Manufacturing Society” foi constituída em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale, localizada no distrito de Lancashire , Manchester, Inglaterra, por um grupo de 28 operários do setor têxtil, imbuídos

dos ideais socialistas, como alternativa para a melhoria de suas condições de vida. De acordo com a OCESC (1991: p. 12):

Prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal e outras atividades pelas máquinas que haviam sido inventadas, esses trabalhadores tiveram que enfrentar os inconvenientes do desemprego, em virtude da mão-de-obra excedente, sendo levados a se preocuparem com outras alternativas para garantirem o sustento de suas famílias. Discutindo suas dificuldades e buscando soluções para problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, eles ouviram a opinião de um companheiro que fora discípulo de Robert Owen e decidiram pela criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro.

A cooperativa de Rochdale é tida como pioneira enquanto organização com princípios cooperativistas. Após a sua implantação em 1844, foi iniciada uma segunda fase, que se constituiu na colaboração dos sócios para que conseguissem levantar os primeiros fundos necessários para que o projeto pudesse ser implantado e as metas do mesmo tivessem condições de serem concretizadas. Dentre essas metas constavam: a) a implantação de um armazém comunitário destinado á venda de utensílios, roupas etc.; b) a construção ou aquisição de casas que pudessem alojar melhor os cooperados; c) a compra ou o aluguel de terras para que os membros desempregados realizassem a prática da agropecuária; d) a implementação de mudanças no tocante à educação que contribuísse para uma administração democrática e autogestionária do empreendimento. Com um capital inicial de apenas 28 libras, o suficiente para a aquisição de pequena quantidade de farinha de trigo, vela, manteiga e aveia, um ano depois de criada já contava com 80 associados e com um capital de 180 libras e, dez anos depois, já era 5.300 o número de associados e o capital inicial já havia se expandido consideravelmente⁷.

Como pode deduzir-se do exposto, esse projeto de cooperativa não visava apenas uma melhoria econômica para a classe operária engajada no empreendimento, mas uma mudança nos padrões socioeconômicos dos seus cooperados. Por este motivo é que o exemplo citado pode ser considerado como o que norteou o surgimento do cooperativismo contemporâneo e também é o exemplo de cooperativismo mas conhecido em todo o mundo.

Espelhados no pioneirismo da cooperativa de Rochdale, muitas outras organizações desse caráter surgiram por toda a Europa, como a Fundação de Cooperativas de Trabalho na França e da Cooperativa de Crédito na Alemanha e na Itália. O surgimento de cooperativas

⁷ Leia-se a respeito: Vieira, 2005; Pinho (1966 e 1982).

não ficou restrito ao continente europeu, mais se estendeu por todo o mundo totalizando em 1881 mais de 1000 cooperativas, com mais de 550 mil associados.

O conteúdo doutrinário das proposições dos Pioneiros de Rochdale propagou-se mesmo após a sua morte através da chamada Escola de Nimes, que, segundo Pinho (1982), teria surgido na cidade de Nimes, na França, em 1886, onde se reuniam para discutir problemas econômicos, um professor de economia política denominado de Charles Gide, um conhecedor do movimento cooperativista inglês conhecido por Boyve e Fabre, um proprietário de uma pequena fábrica de fiação que conhecia as obras de Fourier.

Gide sistematizou idéias cooperativistas esparsas, tornando-se muito conhecido graças à clareza e elegância de seu estilo e também à influência que a França exercia como centro de difusão cultural e política. Assim é com Gide que o pensamento Rochdaleano encontra realmente seu principal sistematizador. Para se chegar à 'República Cooperativa' dever-se-ia, segundo ele, inicialmente implantar as cooperativas de consumo, depois as de produção industrial e, finalmente, as de produção agrícola. Este programa com base nos consumidores transformaria a sociedade, eliminaria os conflitos e as injustiças sociais, numa solução pacífica, sem expropriação (COSTA, 2007: p. 6).

Até a metade do século XX, grande parte das cooperativas criadas estavam ligadas diretamente à produção agrícola. Porém com o crescimento das cidades e o aparecimento de vários problemas relacionados ao mesmo, as cooperativas passaram a se disseminar pelo meio urbano e a diversificar o seu foco de atuação.

Nesse contexto a COAPECAL se configura como uma cooperativa criada e coordenada pelos próprios pecuaristas de Caturité e que também pode ser considerada como um exemplo pioneiro no Cariri Oriental paraibano. Pode-se dizer que a COAPECAL foi a primeira cooperativa a se desenvolver nessa microrregião da Paraíba devido ao fato da mesma ter sido a primeira que surgiu com base no beneficiamento de produtos laticínios ainda nos anos de 1990, e também pelo fato dela ter conseguido se expandir pelo território paraibano e regional a partir de então. A importância da COAPECAL para Caturité no tocante a geração de emprego e renda é visível, uma vez que ocorreu uma melhoria econômica não só entre os sócios, mas também entre os funcionários diretos e indiretos da organização, o que contribuiu para colocar em destaque o município que hoje já se distingue devido a localização dessa importante bacia leiteira da Paraíba.

Mesmo não tendo a COAPECAL surgido com base nas idéias da cooperativa de Rochdale, sabemos que essa cooperativa inglesa pioneira criada em 1844, foi a grande

influenciadora dos princípios que regem as cooperativas em todo o mundo e que por isso, a COAPECAL, mesmo sem ter noção desse fato, também surgiu reproduzindo os preceitos da pioneira inglesa.

1.4 Algumas questões finais sobre o pensamento cooperativista.

Do exposto alguns aspectos merecem ser realçados. Em primeiro lugar a diferença entre cooperação, cooperativismo e cooperativa. A cooperação como foi demonstrado, pode ser encontrada tanto entre os seres humanos e os animais desde os tempos pretéritos até os dias atuais. O cooperativismo se constitui em um ideal construído a partir da crítica à sociedade capitalista originada com a revolução industrial no final do século XVIII. E a cooperativa seria a execução prática dos princípios do cooperativismo.

Para os socialistas utópicos o cooperativismo se constituía numa alternativa para o enfrentamento das condições de exploração, desemprego e miséria da classe trabalhadora geradas com a revolução industrial e o advento do modo de produção capitalista. Porém, ele se desenvolveria no interior mesmo do sistema capitalista como uma forma de suavizar as condições de vida operária sem, no entanto, transformar a estrutura econômica dominante.

Torna-se interessante ressaltar uma diferença básica observada entre o pensamento utópico, anarquista e marxista sobre o cooperativismo, visto que no pensamento utópico, apesar de muita semelhança com o anarquismo, o cooperativismo era planejado como o desenvolvimento de uma sociedade que funcionaria pautada em regras que manteriam a ordem moral dos indivíduos em sociedade que deveria funcionar de forma coletiva e perfeitamente organizada, mesmo sem o auxílio do governo. Sendo que os anarquistas não almejavam e nem concordavam com o surgimento de uma sociedade que funcionasse em perfeição, tendo em vista que segundo eles uma sociedade perfeita deixaria de evoluir, expressavam assim a ideologia de uma sociedade livre em todos os aspectos da vida humana.

No tocante a diferença conceitual existente entre o anarquismo e o marxismo no contexto do cooperativismo, podemos ressaltar que os marxistas pretendiam a tomada de poder da classe dominante pela classe operária e os anarquistas eram contrários a qualquer forma de poder vigente na sociedade por eles idealizada.

Em se tratando especificamente do movimento anarquista e suas contribuições para os princípios do cooperativismo, podemos considerar que todos os teóricos desse movimento concordavam com a valorização dos indivíduos e com o surgimento de uma sociedade regida

apenas pelos princípios mutualísticos, pontos esses que foram imprescindíveis para o estabelecimento dos princípios do cooperativismo moderno.

1.5 Inserindo o conceito de território na discussão da COAPECAL.

Nesse trabalho o nosso enfoque sobre o território se faz necessário à medida em que estamos estudando como a COAPECAL - Cooperativa Agropecuária do Cariri - exerce influência na formação do território de Caturité e nas áreas onde a mesma desempenha um papel articulado tanto na aquisição da matéria-prima, necessária ao funcionamento do seu circuito produtivo, como na distribuição dos seus produtos laticínios industrializados. Nessa perspectiva aqui buscamos resgatar como o conceito de território se desenvolveu na ciência geográfica desde os períodos mais distantes até a contemporaneidade.

A utilização do termo território não é recente como alguns possam vir a imaginar. Os romanos com o seu sistema jurídico ainda no século VI, já o utilizavam com a conotação de poder desempenhado por agentes dentro de determinados limites político-administrativos. Percebe-se desta forma que apesar de ser um dos principais conceitos utilizados pelas ciências sociais e humanas na sociedade contemporânea, ele não surgiu nessa época. Sua aplicabilidade, contudo, hoje é bem mais multifacetada do que outrora bem mais complexa do que a sua aplicabilidade no século VI com os romanos.

Conforme Rogério Haesbert (2004: p 93):

Etimologicamente a palavra território, “territorium” em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino “terra”, e era utilizado pelo sistema judiciário romano dentro do chamado “jus terrendi” (no “Digeste” do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Di Méo comenta que o “jus terrendi” se confundia como o “direito de aterrorizar” (“terrifier”, em francês).

Hoje o território constitui-se em um dos conceitos centrais das ciências geográficas, estando esse diretamente ligado à noção de poder e influência que é desempenhado por países, grupos sociais, grandes empresas e outras instituições ou poderes instituídos materializados na ação de quem o detêm.

Comumente podemos observar que o conceito de território é utilizado como sinônimo de espaço, entretanto apesar de semelhantes eles são distintos, estando a categoria território

ligada a noção de poder desempenhado por diversos atores sociais contidos no espaço, dessa forma o espaço, contém o território ou os territórios, mais não é um território.

Segundo Andrade (1994: p 213):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado á idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Ainda sobre o conceito de território Raffestin (1993: p 146) afirma que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

A formação de territórios pode ocorrer nas mais diversas escalas, não ficando limitado á idéia de território-nacional, à representação do poder exercido por um Estado-Nação. O território pode ser formado em áreas menores do espaço e por agentes sociais dos mais variados. Como exemplo pode-se citar a ação territorializante de grupos sociais isolados em uma área mais restrita, e a influência que determinado estabelecimento comercial desempenha em uma rua.

O período de duração do poder exercido por determinados agentes sociais que atuam formando territórios pode variar no tempo e no espaço, visto que inúmeros fatores se encontram relacionados à esse poder territorial estabelecido, podendo assim existir territórios que duram permanentemente, e territórios que duram por apenas alguns anos, meses, dias ou até mesmo por algumas horas. Em contrapartida no tocante ao espaço de atuação de um agente social que constitua territórios ao implantar suas ações, pode-se constatar que esses podem abranger áreas imensas e contínuas ou áreas bastante limitadas e descontínuas, dependendo do empreendimento ou da ação do agente que imponha a ação influenciadora.

No caso específico da COAPECAL podemos verificar que essa cooperativa só passou a exercer uma influência territorial mais profunda sobre as áreas que mantém contato, a partir da sua expansão observada no ano de 2003, quando se tornou uma das cooperativas âncoras

no território paraibano atuando no beneficiamento e distribuição de leite para o Programa Fome Zero. Após esse período a cooperativa passou a alocar mais recursos e a expandir seus “tentáculos” pelo território estadual, originando um novo território moldado por sua ação territorializante. Ainda em se tratando do período de duração dessa ação territorializante da COAPECAL pode-se verificar que atualmente a mesma já ultrapassa o domínio das fronteiras da Paraíba, uma vez que já distribui seus produtos para outras regiões do Nordeste a exemplo de Natal-RN e Recife-PE.

Nessa perspectiva da duração de tempo de um território, podemos ainda afirmar que os territórios, mesmo os estabelecidos há bastante tempo podem ser desconstruídos com o passar do tempo. Esse fato pode ser observado principalmente nos dias atuais com os grupos empresariais, onde as corporações sofrem com a concorrência, e em muitos casos observam a sua área de abrangência ser afetada e reduzida pela implantação de empresas concorrentes que apresentam um maior poder de atração junto ao mercado consumidor.

Nesse contexto Sousa (1995: p 81) comenta:

(...) territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Temendo a desconstrução desse território a COAPECAL tem passado a adotar algumas estratégias mercadológicas para poder continuar o seu poder de abrangência territorial, ou sua ação territorializante.

No território também podemos perceber a forte influência desempenhada pelo sentimento de pertencimento que os participantes sentem em comum, visto que o território também forma raízes culturais, sociais, políticas e econômicas dentre os que estão inseridos em uma área de influência.

Conforme Paul Claval (1999: p 16):

(...) Os problemas do território e a questão de identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção dos indivíduos. Uma e outra, essas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente: os dados objetivos permitem, no mesmo quadro, definir outras identidades e outros territórios.

Um dos elementos que mantém uma ligação muito íntima com a formação de territórios é a ação violenta por parte do agente influenciador ao sentir que seu território encontra-se ameaçado por outro agente social, geralmente resultando em violência ou mudanças de estratégias para permitir a manutenção do território. Ao analisarmos as organizações, percebemos que quando uma determinada organização detecta a possibilidade de perder sua área de atuação territorial, passa a desenvolver estratégias para que isso não se concretize. Essa é uma das principais características do sistema capitalista onde as organizações desenvolvem inúmeras estratégias com o objetivo de manter e ampliar sua área de influência.

Nessa perspectiva, Sousa (1999: p 78) afirma:

(...) toda a diminuição de poder é um convite à violência-quando aqueles que detêm o poder o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontram sempre dificuldade em resistir á tentação de substituí-lo pela violência.

No tocante ao poder de expansão e dominação territorial desempenhado principalmente por grandes cooperativas ou outras organizações podemos ressaltar a contribuição das redes. Ou seja, a contribuição dos sistemas de transportes e de comunicações que permitem a manutenção do poder e da área de influência dessas organizações que ao adentrarem em áreas diversas acabam formando territórios construídos por redes fluidas. Dessa forma se não fosse a atuação das redes integrando essas áreas não poderia ocorrer a formação de territórios ou de territórios-redes.

Para reforçar essa idéia, Santos (1994: p 16) comenta:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Um território só consegue ser mantido se tiver uma boa articulação com os pontos nos quais o mesmo mantém ligações socioeconômicas e políticas, visto que os nós ou redes funcionam como um suporte concreto para que a ação territorial possa ser praticada mesmo entre espaços distantes e descontínuos. São esses nós que possibilitam os agentes sociais ou grupos empresariais impor suas ordens, conduzir e distribuir seus produtos, idéias e capital por vários pontos e extrapolar os limites espaciais de onde estejam situados. Dessa forma,

podemos verificar que essa é uma prática que faz na atualidade as organizações empresariais se manterem no mercado competitivo e globalizado, ou seja, a formação de territórios por meio dos sistemas de transportes e de comunicações que os atores sociais dispõem e colocam em prática, sendo importante enfatizar que quanto maior for a mobilidade e a fluidez do território maior será a sua área de atuação e o seu poder de dominação.

Nesse contexto Raffestin (1993: p 51) afirma:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alcançado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios.

Assim, torna-se interessante ressaltar os investimentos constantes que a COAPECAL realiza no tocante à modernização e ampliação dos seus transportes e comunicações para poder se articular com o seu mercado consumidor, tendo em vista a necessidade colocada acima desse desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes para manter uma empresa ou cooperativa funcionando e se expandindo cada vez mais.

Ainda colocando em ênfase a noção de território mantido por redes articuladas, ou seja, a noção de território-rede pode-se afirmar que nesse aspecto o território não é fixo e nem restringe a um único local o seu poder, visto que quem territorializa não o faz apenas em um dado lugar específico, mais territorializa vários pontos com o auxílio dos nós (redes) formando assim territórios fluidos e articulados por nós sob o poder de decisão e comando de um ponto principal, ou um nó principal. Esta característica do território em redes vai de encontro à noção clássica de território onde o agente social territorializa apenas a fração espacial onde se encontra localizado.

Segundo Sousa (1999: p 94):

A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar a outra limitação embutida na concepção de território: a exclusividade de um poder em relação a um dado território.

Nessa perspectiva dos territórios formados por redes, ou nós, podemos constatar que, no tocante a cooperativa em pauta, os pontos de aquisição da matéria-prima e de distribuição dos produtos beneficiados espalhados tanto nas áreas rurais onde existem fornecedores de leite, bem como nas cidades, onde os estabelecimentos comerciais fazem a comercialização

dos produtos, funcionam como nós simbólicos, ou seja, como pontos de apoio que são indispensáveis para a abrangência da COAPECAL nas áreas por ela alcançadas.

O grande diferencial da COAPECAL para uma empresa de laticínios capitalista é o fato de a mesma ser uma organização cooperativista, que surgiu do pensamento empreendedor da comunidade pecuarista de Caturité e que conseguiu se expandir de forma além do que foi imaginado pelos fundadores no início de sua fundação em 1997. Mas, a sua organização no tocante ao desenvolvimento e manutenção de novos territórios tornou-se semelhante à adotada por empresas privadas, até porque ambas necessitam de matéria-prima e mercado consumidor para poder funcionar e na busca por esses dois elementos ocorre a ação territorial desses empreendimentos. A isto se soma sua articulação com o Estado através de programas e políticas públicas a exemplo do Programa Fome Zero. Desse modo pode-se dizer que o Estado é um dos agentes fomentadores da ação territorial da COAPECAL na medida em que ele possibilita seu dinamismo e sua articulação com os produtores na base da cadeia produtiva.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Buscamos nesse capítulo traçar um breve panorama do cooperativismo no Brasil, abordando os antecedentes e as primeiras experiências cooperativistas, as questões ligadas à legislação que rege o cooperativismo no país, as características e particularidades do cooperativismo segundo as grandes regiões, e as tendências e desafios do cooperativismo rural brasileiro na atualidade.

2.1 Das primeiras experiências as experiências regionais

De acordo com a documentação disponível, o sistema cooperativo brasileiro remonta ao século XVII. É atribuído nessa época um importante papel a ordem jesuíta da Companhia de Jesus uma vez que, visando a melhoria da qualidade de vida da população, centrou seu apoio ao trabalho conjunto em forma de “mutirão” pautado nos princípios de cooperação do cristianismo.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro propriamente dito, porém, datam do século XIX, quando surgem como iniciativa privada. São exemplos de pioneirismo: a Colônia Teresa Cristina, inaugurada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, em 1847, no Paraná, sob influência das idéias do socialismo utópico em particular, as difundidas por Charles Fourier; a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, criada em 1891, na cidade de Limeira-SP e; a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe criada no estado de Pernambuco, em 1894 (SILVA et al, 2003; PINHO, 2009).

As primeiras cooperativas de crédito no Brasil só surgiram no início do século XX, nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul, influenciadas pelos modelos *Raiffeisen* (Alemanha) e *Luzzatti* (Itália). De acordo com Pinho (2003), as Caixas Rurais *Raiffeisen* constituem o primeiro modelo de cooperativa de crédito introduzido com sucesso no Brasil por imigrantes alemães em 1902, e que funciona até os dias atuais⁸. Os Bancos Populares *Luzzatti*, influenciados pelo modelo italiano de cooperativas de crédito, foram introduzidos no Rio Grande do Sul também na primeira década do Século XX. Em 1907,

⁸ A influência de *Wilhelm Raiffeisen*, um dos fundadores da cooperação agrícola na Alemanha é responsável pela difusão dos princípios das cooperativas de crédito tendo sido importante esta influência nos estados do Sul do Brasil onde se concentrou o maior número de imigrantes alemães.

foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (SILVA et al, 2003).

Segundo Pinho (1996), a prática do cooperativismo foi retomada no Brasil a partir de 1932, motivada por dois fatores principais: os incentivos do poder público para quem o cooperativismo constituía um instrumento capaz de reestruturar as atividades agrícolas no país; a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro naquele ano, esclarecendo os objetivos e as especificidades desse movimento em relação a outros tipos de associação.

Não se pode perder de vista, segundo Teixeira e Domingo que de 1920 a 1940,

las asociaciones de trabajadores y de los sindicatos urbanos y rurales que siguieron líneas ideológicas socialistas, comunistas o anarquistas, difundieron ideários cooperativos más vinculados a la causa socialista que a la voluntad de crear alternativas económicas y sociales dentro del sistema capitalista vigente, considerado tardío, y con gobiernos autoritários y dictatoriales (2002: p. 209).

Na década de 1940, o sistema cooperativo e associativo agrário foi de fundamental importância para a difusão da lógica capitalista no campo brasileiro através da iniciativa de uma instituição internacional financiada pelos Estados Unidos da América (a Fundação Interamericana-FIA). Esta tinha por meta a redução da pobreza da população rural em economias cujo modo de produção e de reprodução se desenvolvia de forma desigual. A atuação dessa instituição iniciou-se em São Paulo e Minas Gerais com o apoio financeiro e humano dos governos estaduais (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002). Os marcos e referências do processo de formação do sistema cooperativo difundido pela FIA se assemelham ao desenvolvido por Rochdale na medida em que atribuíam uma função importante à filantropia no cooperativismo desprovida totalmente dos interesses de classe e das ideologias (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002).

No ano de 1944, foi realizado em São Paulo o primeiro Congresso Brasileiro do Cooperativismo visando comemorar o centenário da cooperativa pioneira de Rochdale na Inglaterra. Na ocasião procurou-se apresentar as características das cooperativas, reforçando-as como uma doutrina positiva em meio ao atual modo de produção capitalista, contribuindo para fortalecer ainda mais a expansão do cooperativismo brasileiro (SILVA et al, 2003).

Foi também nos anos de 1940 que teve início o movimento das Ligas Camponesas no campo brasileiro que defendia a reforma agrária e questionava o direito da propriedade privada. As ligas buscavam ainda a livre organização na esfera econômica e social tanto no campo como na cidade e defendia a organização dos camponeses em associações e cooperativas de produção e

de distribuição, com a finalidade de melhorar as suas condições de vida. Esse movimento, como se sabe, foi fortemente reprimido desde o início e totalmente destruído pela ação repressora levada a efeito com o golpe militar de 1964.

Durante os anos de 1950 e 1960 com o estímulo financeiro do Estado, proliferaram as cooperativas de produção e de consumo no campo brasileiro.

Analizando o documento resultante da conferência realizada pela OIT, em 1965⁹, no que se refere à sua proposta de sistema cooperativo, Schneider (1978), verificou que para a OIT o cooperativismo deveria se constituir em um instrumento e em uma estratégia para as trocas sociais e culturais podendo assim assegurar a harmonização das dimensões econômicas sociais e culturais no processo de desenvolvimento independentemente das condições concretas e específicas de cada sociedade. Em outras palavras, a idéia era criar um cooperativismo autônomo, sem ideologia, neutro e distanciado das propostas e dos discursos classistas (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002).

Esta línea de acción recomendada por la OIT preside los trabajos que desarrollan los organismos nacionales e internacionales. Tales organizaciones como el BID (Banco Interamericano del Desarrollo) y el Banco Mundial, buscaron garantizar las inversiones en países que sufrieron los impactos económicos generados por la segunda guerra mundial. Otra motivo que justificó las inversiones en sociedades subdesarrolladas por parte de estas instituciones fue la guerra fría y la tentativa de frenar la difusión de las premisas ideológicas del comunismo en países en desarrollo. De acuerdo con esta perspectiva, el sistema cooperativo podría cambiar las condiciones desfavorables generadas por el propio capitalismo, sin provocar rupturas en el sistema y sin convulsionarlo. Se puede confirmar que la propuesta cooperativa en Brasil, al igual que en otras economías subdesarrolladas, no contradijo el modelo concebido y desarrollado por las economías centrales y se cimento con la participación de agentes externos y de instituciones filantrópicas y de fomento al desarrollo. (...) Los Sindicatos, las asociaciones campesinas y las cooperativas de trabajadores brasileños fundadas a partir del ideario libertario y en oposición a los caminos establecidos por las elites, fueron combatidas por políticas represivas y en muchos casos por sistemas de gobiernos dictatoriales. Se les impidió su organización y asociación, a sus directores se les privó de la libertad y se les obligó a quedar en la ilegalidad. Y a pesar de estas limitaciones, el sistema cooperativo se desarrolló junto a los sectores más dinámicos de la economía tanto en el medio rural como en el urbano. El Gobierno de Brasil justificó sus acciones represivas por la necesidad de proteger a la sociedad de la influencia comunista y simultáneamente, utilizó todos los instrumentos a su alcance para propagar la ideología del cooperativismo empresarial en el medio rural brasileño. Así, entró en vigor en la década del 60 un modelo cooperativo que siguió en parte y de forma muy similar a las cooperativas organizadas por Schulze Delitzsch y Raiffeisen (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002: p. 212).

A partir da década de 1970, o sistema cooperativo adquiriu dimensão nacional e se consolidou como uma estrutura que tanto difundia tecnologia e técnicas modernas como formava

⁹ Boletim da OIT.1965/66, seção 49-50.

e qualificava as famílias de produtores rurais. A promulgação da lei número 5.764 em 1971, que traçou de forma mais concreta os objetivos da prática desse movimento pode ser considerada um dos fatores impulsionadores da prática do cooperativismo brasileiro nessa década.

Nesse intervalo de tempo, foi criado um órgão que ficou responsável por representar o movimento cooperativo em nível nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e um órgão representativo em nível regional as Organizações Estaduais de Cooperativismo (OCEs) que passaram a representar o cooperativismo em cada região do país.

O cooperativismo surge no Brasil em meados do século XIX, como iniciativa privada, mas a primeira Lei de regência destas entidades é editada somente em 5 de janeiro de 1.907, o Decreto n. 1.637, com inspiração na Lei Belga de 1.873, filiando as cooperativas ao Direito Societário, como forma particular de mercancia. As leis que se seguiram, o Decreto-Lei n. 22.239 de 1932, o Decreto-Lei n. 59 de 1966 e a atual Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 vieram a dar-lhe forma própria, considerada, no entanto, como sociedade “sui generis”¹⁰.

A verdade é que a experiência cooperativa instituída e desenvolvida no Brasil não constituiu uma alternativa social capaz de modificar a relação de exploração do trabalho defendida pelo pensamento cooperativista do século XIX. Verificou-se mesmo durante toda a década de 1970 e parte da década de 1980, uma forte intervenção do Estado, sobre o cooperativismo brasileiro seja sob a forma de investimentos econômicos impetrados pelos órgãos estatais, seja na forma intervencionista na prática cooperativa. O sistema de financiamento, inclusive, tutelava parte da atividade (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002). Só com a aprovação da Constituição de 1988, foi vetada a intervenção do Estado no cooperativismo brasileiro.

Nos anos de 1980, o desempenho do sistema cooperativo brasileiro, sobretudo das cooperativas que remetiam a produção para o exterior, em função da diminuição das exportações e das políticas protecionistas, sofreu forte retração. Observou-se uma retração das cooperativas empresariais e o crescimento das cooperativas consideradas sociais (TEIXEIRA e DOMINGO, 2002).

Apesar das crises o retorno da democracia no país em 1985, estimulou o ressurgimento do movimento cooperativista e o resgate do pensamento cooperativista enquanto projeto econômico e social. A emergência de movimentos sociais no campo e na cidade envolveu os pequenos produtores rurais com acesso precário à terra, os trabalhadores assalariados rurais,

¹⁰Cf.

<http://74.125.47.132/search?q=cache:v35UITDY1dcJ:www.furlanitraducoes.com.br/material/dir%2520terceiro%2520setor/historico%2520das%2520cooperativas.ppt+historia+do+cooperativismo&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=35&gl=br>

os indígenas, os “sem terra” e os trabalhadores desempregados dos diversos segmentos e atividades. Surgem então diversas orientações em relação à organização das associações e ao sistema cooperativo que serão introduzidas particularmente nas áreas de assentamento rural. Por outro lado, o cooperativismo empresarial buscou saída através da verticalização da produção e da fusão dos capitais nacional com o internacional para sobreviver à crise.

Um aspecto interessante que se observa nos estudos sobre cooperativismo é que existe uma tendência mundial de modificação da legislação cooperativa “como forma de atender às novas expectativas econômico-produtivas, de modo a permitir maior flexibilidade do movimento frente às novas conjunturas de mercado (ZEVI & CAMPOS, 1995; PIRES, 1999, apud SILVA et al, 2003).

No Brasil, observa-se a preocupação com a moralização das práticas cooperativas e a ampliação das formas solidárias de cooperativismo em oposição ao modelo tradicional que se desenvolveu atrelado à lógica do desenvolvimento capitalista e, no caso do campo, ao modelo conservador de modernização agrícola, implantado durante os governos militares que privilegiava a grande propriedade em detrimento da agricultura camponesa ou de base familiar. Além disso, segundo Schneider (1981), o cooperativismo não só no Brasil como em outros países da América Latina foi utilizado “como instrumento de controle social e político”, origem do fracasso de muitos empreendimentos.

De acordo com Silva et al,

(...) no Brasil, os esforços de moralização das práticas cooperativas se inscrevem dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária/ terceiro setor. Estas, aliás, vêm sendo a tônica dos discursos da academia e dos órgãos de representação do cooperativismo. Tal perspectiva se distancia daquela observada nos anos 80 quando a literatura foi pródiga em denunciar o movimento cooperativista do país dentro das diretrizes de uma “modernização conservadora” em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada. Esse modelo de modernização conservadora era acusado de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (2003: p.6).¹¹

Atualmente, o cooperativismo vem crescendo significativamente no Brasil. Entretanto, devido à sua dimensão continental e às diferenças nos processos histórico, econômico e social de organização e de estruturação dos espaços regionais, apresenta diferenças importantes de região para região. Chamam a atenção na atualidade, as diferenças na sua estrutura de representação:

¹¹ A este respeito leia-se: SCHNEIDER, 1981; LOUREIRO (org.) 1981; CORADINI & FREDERICQ, 1982.

“uma está atrelada à estrutura formal de representação, ligada a OCB, outra, de base popular, ligada ao MST, está ligada à Confederação das Cooperativas Brasileiras de Reforma Agrária – CONCRAB” (SILVA et al, 2003: p. 7).

2.1.1 O cooperativismo em nível regional

O desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil somado à grande extensão e à diversidade do território nacional se refletem na forma diferenciada assumida regionalmente pelo cooperativismo. Não se pode perder de vista também a influência, sobretudo no Sul e Sudeste, da imigração européia e japonesa e as experiências por eles trazidas no campo do associativismo que serviram de base para a estruturação do cooperativismo nessas regiões em bases competitivas (SILVA et al., 2003). Em seguida apresentamos de forma sintética alguns aspectos característicos dessa diferenciação regional do cooperativismo no Brasil.

a) O Cooperativismo na região Nordeste

Desde o período colonial, o Nordeste brasileiro desenvolve formas de cooperação, principalmente entre a população rural com pouco poder aquisitivo. A formação de mutirões é classificada como a primeira expressão do cooperativismo nordestino, estabelecido principalmente durante o período citado. Em se tratando desse trabalho coletivo denominado mutirão, Andrade comenta:

Assim, tem grande divulgação no Nordeste o trabalho coletivo denominado mutirão (nome de origem indígena guarani), no qual os vários habitantes de uma comunidade se reúnem para executar determinados trabalhos em favor de um outro membro da mesma comunidade. O beneficiado obriga-se pela tradição, a apresentar a alimentação e a fornecer aguardente aos que vêm trabalhar; executando o trabalho durante o dia, segue-se, geralmente, uma noite de festa com musica, bebidas, cantos, danças e alegria (1974:p. 162).

Ainda sobre os mutirões podemos comentar que os beneficiados ficam na obrigação de participar de outro mutirão que venha a beneficiar algum dos indivíduos que participaram do mutirão no qual o mesmo foi favorecido pela coletividade local, sendo esse um dos exemplos mais fiéis de ajuda mútua desenvolvida no Nordeste brasileiro.

Com relação à tentativa de implantação de cooperativas formalmente instituídas nessa região do país ressaltamos a contribuição de um católico militante conhecido pelo nome de

Carlos Alberto de Menezes que com a colaboração de Antonio Muniz Machado, fundou uma Cooperativa de Consumo em Camaragibe. Em 1900, esta Cooperativa transformou-se na Cooperação Operária de Camaragibe. Ela tinha como objetivo melhorar as condições de vida dos operários de uma indústria de tecidos localizada nessa área do interior de Recife-PE.

A organização cooperativa, fundada por Carlos Alberto, durou um período muito curto de tempo. Sua curta existência é atribuída ao fato do cooperativismo implantado no Nordeste ter sido fortemente norteadado pela realidade e literatura européia que em muito difere da realidade socioeconômica e natural das observadas nessa região. Além desses fatos ainda se constata que o cooperativismo sempre esteve bastante atrelado as forças políticas ou as elites regionais daí ter assumido, na região, um caráter clientelista.

Em 1937, observa-se um retorno aos ideais cooperativistas no Nordeste, sendo esse fenômeno atribuído ao regime ditatorial implantado no Brasil intitulado de Estado Novo. Nessa ocasião tanto o governo federal encabeçado por Getulio Vargas, como os governos estaduais procuraram implantar formas de cooperação orientadas que objetivassem beneficiar não as massas carentes, mas principalmente as elites latifundiárias da região. Essas cooperativas eram orientadas, manipuladas e fiscalizadas pelos Departamentos de Assistência as Cooperativas (DACs), organizados por cada estado da federação (ANDRADE, 1974). Elas eram geralmente mistas e tinham como principal objetivo viabilizar crédito para os proprietários rurais que eram geralmente constituídos por médios e grandes latifundiários. Essa característica dos beneficiados pelas cooperativas fazia com que muitos interesses políticos fossem camuflados nessas organizações, sendo os interesses eleitoreiros um dos mais presentes. Enfim, essas cooperativas estavam mais comprometidas com o favorecimento dos ricos do que com a melhoria socioeconômica dos indivíduos de baixo poder aquisitivo. Segundo Andrade (1974: p 165): “Deu-se, assim, um caso singular no Nordeste, desenvolveu-se um cooperativismo de ricos enquanto estagnava o cooperativismo dos pobres”.

Devido ao fato das cooperativas no Nordeste terem sido desenvolvidas para beneficiar as classes dominantes e a interesses políticos partidários, observamos que ainda nos dias atuais muitos vêem o cooperativismo como uma organização com interesses voltados para os mesmos objetivos de outrora.

Dentre os fatores que contribuíram para que as cooperativas desenvolvidas no Nordeste favorecessem as elites dominantes e atendessem a seus interesses políticos, segundo Andrade (1974), destacam-se: a falta de conhecimento e de oportunidades e o contexto de miséria em que se encontrava parte da população nordestina, principalmente em épocas passadas, uma vez

que essa região sempre foi vítima das severas secas e da irresponsabilidade dos poderes públicos que encontravam principalmente nas áreas carentes do Nordeste um terreno fértil para chegar ao poder com medidas assistencialistas.

Como fatores responsáveis pelo fato das cooperativas desenvolvidas pela classe operária nessa região não terem conseguido destaque, fortalecimento e melhoria da situação social e econômica da população, Andrade (1974)), aponta os seguintes:

- * O baixo nível cultural e técnico dos nordestinos constituídos pelas classes operárias, principalmente em épocas passadas;
- * O receio que os operários tinham em desagradar os grandes e médios proprietários com a implantação de sociedades coletivas que pudessem vir a melhorar suas condições de sobrevivência e prejudicar o comércio dos capitalistas;
- * A falta de espontaneidade do movimento, visto que não surgiu da classe operária, mas da elite dominante;
- * A falta de instrumentos técnicos e a restrição orçamentária fazendo com que essas organizações cooperativas não tivessem como competir com a concorrência dos latifundiários.

Nesse contexto ainda constata-se que no Nordeste é pequeno o número de cooperativas em funcionamento se compararmos com o total da população existente na região, principalmente nas áreas mais interioranas, como é o caso das localidades do interior da Paraíba.

b) O Cooperativismo na região Sul

Segundo Silva et al. (2003), o processo associativo do cooperativismo na região sul do Brasil pode ser traduzido em um movimento que apresenta duas vertentes: uma resultante da ação coletiva, por conseguinte mais plural e outra de origem estatal vinculada a política do governo. Essas vertentes se expressam em três momentos:

a) o da constituição das bases do cooperativismo. Este teve lugar no início do século XX, atrelado à criação das caixas rurais cooperativas e à ação dos imigrantes italianos e alemães particularmente. Nessa fase, o cooperativismo traduziu ações estratégicas individuais e coletivas visando tanto a criação de uma outra ordem social, como “acelerar as mudanças, o movimento, a circulação de capitais, bens, serviços, informações; atuou como substituto do Estado e promotor do desenvolvimento nas áreas rurais” (SILVA et al, 2003: p. 14).

Os anos de emergência do cooperativismo se caracterizaram na região sul principalmente pela existência de articulações plurais nas quais os indivíduos

buscam no coletivo construir estratégias de sobrevivência de um mundo estranho e em transformação. Percebe-se que na afirmação dos princípios cooperativos o "Sujeito Coletivo" construído pelos imigrantes adquiriu um sentido social mais amplo na medida em que transforma uma estratégia de sobrevivência em um movimento social; esse esforço por ser ator não deve ser confundido com um conjunto de experiências orientado por um princípio superior, e sim no desejo que todo indivíduo e/ou grupo social tem de resistir ao seu próprio desmembramento num universo em movimento, sem ordem ou equilíbrio (SILVA et al, 2003: p. 14).

b) os anos de tutela e de controle. Este momento coincide com a fase de pós-guerra tendo se desenvolvido entre 1940 e 1970. Foi marcado pela forte influência do Estado, pela “complexificação” do movimento na emergência de empreendimentos tanto diversificados quanto complementares”. A influência do Estado se estabelece através das políticas do Governo Federal de concessão de isenções tributárias e de facilidades de crédito. Verifica-se então “um crescimento significativo de um cooperativismo passivo que reage apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado” (SILVA et al, 2003: p. 15). É neste momento que surgem as cooperativas habitacionais (1963), que declinam as cooperativas de crédito rural¹² e que “o cooperativismo deixa de ser um espaço plural e democrático para transformar-se num instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agro-exportador” (SILVA et al, 2003: p. 15).

c) o de reafirmação de um espaço plural. Este novo momento tem início na década de 1980, marcado pela influência na economia mundial do desenvolvimento da telemática, da robótica e do sistema informacional. Isto representa, na verdade, uma etapa nova do processo de globalização das relações econômicas mundiais, expressa através da crescente interdependência dessas relações à qual se associa uma re-valorização do liberalismo. Sua repercussão no Brasil foi sentida através de uma crise social profunda refletida através do crescimento do desemprego, da pobreza, das desigualdades sociais e da exclusão social. Na região sul, esses fatos concorreram para um esforço de releitura do movimento cooperativista que tende a acentuar sua pluralidade. Na verdade, segundo Silva et al.,

(...) a realidade do associativismo nesta região se apresenta como uma combinação de *movimento social e do sujeito* aparentemente contraditórios e excludentes, mas que na verdade traduzem um processo social que articula atores diferenciados e introduz a noção mutação no agir cooperativo (2003:p. 15).

¹² Nesta época verifica-se o declínio das cooperativas de crédito rural, motivado pela lei de Reforma Bancária de 1964, causando o desaparecimento de quase todas cooperativas.

É nessa época que se proliferam na região cooperativas educacionais, de saúde, de lazer, turismo, trabalho e de infra-estrutura. A maioria surge nas cidades, o que é também uma característica diferente do início do cooperativismo nessa região, visto que ocorria principalmente nas áreas rurais.

c) O Cooperativismo na região Sudeste

A região Sudeste concentra 42,3% da população brasileira (IBGE, 2007), e mais de 44% do total de cooperativas brasileiras registradas no Sistema convencional - OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). O cooperativismo nessa região surgiu de forma diferenciada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto em São Paulo a formação de cooperativas agrícolas surge atrelada ao capital acumulado com a exploração da atividade cafeeira, no Rio de Janeiro constata-se a prática principalmente do cooperativismo de trabalho. Este teve impulso após os anos de 1980.

De acordo com Silva et al. (2003), porém, se considerarmos o padrão de faturamento e a adoção de práticas capitalistas de gestão e eficiência econômica as cooperativas agropecuárias sobressaem-se particularmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais mas, se levar-se em conta o número de associados este é bem maior no ramo das cooperativas de consumo. Embora o início da prática cooperativa tenha surgido articulada ao segmento agropecuário e relacionada às necessidades de exportação dos produtos dessa atividade, observou-se que após os anos de 1980:

Se, entre as décadas de 1900 e 1970, o cooperativismo agrícola e/ou agropecuário atrelado à exportação foi o ramo de atividade de maior destaque na Região Sudeste, a partir dos anos 1980, o cooperativismo urbano representado, principalmente pelo ramo do Trabalho se fortalece e se torna o mais expressivo na Região. Entretanto, este fenômeno não está apenas relacionado ao Sudeste. Ao nível nacional, também ocorre esta inversão (SILVA et al. , 2003: p. 11).

Teriam possivelmente contribuído para esta inversão: a) a mudança no padrão demográfico nacional determinado pela forte urbanização levada a efeito a partir dos anos de 1970, em decorrência da modernização do campo e da conseqüente intensificação das migrações rural-urbana; b) a crise de acumulação do capital que se estendeu pelas décadas de 1980 e 1990, responsável pelo desemprego estrutural que afetou todos os setores da economia

nacional e; c) o processo de reestruturação produtiva¹³ que teve impactos muito fortes sobre o emprego, expresso através de um crescimento do desemprego como nunca visto no setor operário do Sudeste.

Outro aspecto que merece uma menção neste trabalho é o surgimento no final da década de 1990 do Programa de Extensão Universitária de Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP, desenvolvido pelos coordenadores dos programas de Pós-Graduação do curso de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (COPPE/UFRJ)¹⁴. O trabalho da ITCP-USP,

(...) pauta-se em alguns princípios metodológicos centrais, inspirados principalmente na proposta de educação popular de Paulo Freire. São eles: **autogestão, interdisciplinaridade, aprendizado mútuo e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão**¹⁵.

Esta é uma proposta de implantação de cooperativas voltada para população de baixa renda que tem como objetivo a geração de trabalho e renda, através do cooperativismo popular. A experiência está se disseminando no Brasil e já é adotada por muitas universidades desenvolvendo projetos cooperativistas em vários segmentos da atividade econômica, tais como o setor da agricultura familiar, de moradia, de atividades atômicas, etc. Como as cooperativas encabeçadas pelos ITCPs são autogestionárias, o sistema OCB não dispõe de dados sobre as mesmas.

d) O Cooperativismo na região Centro-Oeste

O desenvolvimento do cooperativismo no Centro-Oeste acha-se em grande parte relacionado à transferência da capital do país para Brasília e ao desenvolvimento regional daí decorrente. Porém só na década de 1980, com a criação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER é que se presenciou o surgimento de cooperativas tanto na área rural como na área urbana. Nessa época, a migração para o Distrito Federal e o conseqüente aumento da população levou ao crescimento da demanda por habitações contribuindo para a expansão de cooperativas habitacionais. O

¹³ Sobre a reestruturação produtiva, leia-se entre outros: ANTUNES, Ricardo (1995; 2000); BUONFIGLIO, Maria Carmela, 1997. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/resistencia.htm>; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de (2001).

¹⁴ Sobre a história, princípios metodológicos e projetos do ITC consulte o site: <http://www.itcp.usp.br/drupal/>

¹⁵ Cf. <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/principios-metodologicos>

processo de desenvolvimento socioeconômico da região fez com que surgissem também algumas cooperativas no segmento da educação e cooperativas agrícolas estimuladas pelas políticas públicas dirigidas à ocupação do cerrado (SESCOOP/GO, 2004). As cooperativas agrícolas foram desenvolvidas na região pela necessidade que os agricultores sentiam em unir-se para conseguir elevar a produção do milho e da soja, e assim conseguir abastecer os mercados brasileiros da região Sul e Sudeste. Segundo Silva et al. (2003), outro fator responsável pela organização dos pequenos produtores da região em cooperativas, inclusive as populações indígenas, foi a ação do Programa e Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO). Os mesmos autores afirmam que em alguns estados do Centro-Oeste, dentre os quais destacam o de Mato Grosso, foram estabelecidas políticas específicas para o cooperativismo e que foi no Distrito Federal onde mais se legislou em prol do estabelecimento de normas legais de apoio ao cooperativismo.

e) O Cooperativismo na região Norte

O cooperativismo na região Norte surgiu no início do século XX, tendo como base o extrativismo da borracha. Todavia, embora a borracha fosse um produto de boa aceitação no mercado internacional, as grandes distâncias, as dificuldades de deslocamento, a insuficiência dos meios de transporte e a escassez de mercados consumidores provocada pelo pouco povoamento da região e pela falta de uma política governamental para o setor, constituíram, segundo Silva et al (2003), fortes empecilhos ao desenvolvimento do cooperativismo relacionado à borracha na região.

O Programa de Integração Nacional, levado a efeito pelos militares na década de 1970 visando integrar a região Norte ao restante do país, contribuiu para a criação de uma infraestrutura e o desenvolvimento de outras atividades econômicas, contribuindo assim para a expansão do sistema cooperativo na região, em particular as de mineração e de trabalho. (SILVA et al., 2003)

Por tratar-se de uma região onde ainda se encontram muitos indígenas, verificou-se a formação de algumas cooperativas por essa população, geralmente fomentadas por organizações não-governamentais que apóiam a causa indígena. Dentre as cooperativas indígenas distinguem-se as voltadas para a extração da borracha, para o artesanato, para a fabricação de instrumentos musicais e para a comercialização de mudas de plantas. Todos

esses produtos são amplamente aceitos no comércio brasileiro e até mesmo no exterior. Referindo-se às cooperativas dos índios surgidas ainda na década de 1980, na região, Silva et al. comentam o seguinte:

Com efeito, surge, neste período, a cooperativa de borracha dos índios seringueiros Kaxinauá (população indígena mais numerosa do Estado), fundada em 1983, como uma iniciativa da Comissão Pró-Índio do Acre juntamente com outras organizações. Em 1989, os índios Ashaninka também foram estimulados a formar uma cooperativa, desta vez voltada para a comercialização de mudas de plantas, óleo de murumuru e copaíba, artesanato e instrumentos musicais, para serem comercializados no mercado brasileiro e no exterior (2003: p. 8).

Esse é um breve panorama do cooperativismo no Norte, um cooperativismo voltado principalmente para o setor primário da economia, tendo em vista as características naturais da região e todas as suas particularidades já discutidas. Sendo ainda um cooperativismo embrionário, mais que apresenta tendência à expansão.

2.2. Identidade jurídica e social e tipos de cooperativas existentes no Brasil

A legislação brasileira que rege o cooperativismo é pautada na lei numero 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conforme essa lei para poder formar uma cooperativa no Brasil é necessário no mínimo de 20 sócios. O cooperativismo brasileiro é representado em âmbito formal pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras e pelas OCEs – Organizações Estaduais de Cooperativas. A OCB representa as cooperativas na esfera nacional e as OCEs em nível regional. Conforme atesta Carneiro (1981: p. 187): A legislação brasileira rege-se pela lei 5.764, de 16/12/1971, e, conforme acentua Valdirio Bulgarelli, é a única lei ‘com forma e natureza jurídica própria e de natureza civil, com o que passou a ser a única sociedade com duas naturezas diferentes’.

O cooperativismo brasileiro surge vinculado às políticas estatais, sendo também fortemente espelhado no modelo rochdaliano. Porém, com a Constituição de 1988, a prática do cooperativismo começa a se desvincular da ação do Estado e passa a dispor de mais autonomia. Em 10 de Novembro de 1999 foi aprovada a lei numero 9.867, que criou e normatizou as cooperativas especiais, esse tipo de cooperativa tem como objetivo prestar auxílio aos indivíduos que apresentam alguma dificuldade física, social, afetiva ou psíquica (CARNEIRO, 1981).

Objetivando dar uma maior flexibilidade ao cooperativismo brasileiro, desde a sua legalização têm sido realizadas algumas ratificações jurídicas com relação à legislação que rege o mesmo. Conforme o Novo Código Civil Brasileiro – NCC, que passou a vigorar a partir do ano de 2003, alguns pontos já foram alterados no tocante ao desenvolvimento desse movimento no país. Podem-se citar como exemplos, a substituição dos estatutos que regiam o funcionamento das cooperativas pela implantação de contratos que só podem ser ratificados conforme a apreciação de todos os sócios. As cooperativas não dispõem mais de um número máximo de sócios, podendo ser compostas de quantos quiser se engajar no movimento. Ocorreu também, que as cooperativas atualmente não necessitam mais constituírem capital social o que as aproxima das associações, estes e outros pontos foram inseridos no cooperativismo brasileiro a partir de 2003 (SILVA et al., 2003).

A BRASCOOP – Fundação Brasileira de cooperativismo é o órgão responsável por prestar assistência técnica, administrativa e educacional ao cooperativismo brasileiro. Foi fundada em 1979, sendo um órgão constituído pelo voto direto das cooperativas que elegem quatro diretores, pela OCB, que elege um e pelas associações com direito a um representante em sua diretoria. Segundo Carneiro (1981: p. 190), a BRASCOOP: “Fundada em 1979, é um órgão no qual o cooperativismo brasileiro deposita suas esperanças, porque nasceu dele próprio e, embora não seja político, pode moldar as futuras lideranças através da educação”.

No Brasil, é cada vez mais crescente o número de cooperativas que surgem desde a década de 1990. De acordo com o Departamento Nacional de Registro Comercial (DNCR), em 1990 existiam 4.666 cooperativas registradas nesse órgão, sendo que, em 2001, já passavam de 20.579 cooperativas registradas, representando um grande salto em termos de registros de empreendimentos dessa natureza em todo o país.

Segundo os dados da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), em 1990 existiam cerca de 3.440 cooperativas afiliadas e 7.026 no ano de 2001, o que expressa o grande aumento do número de cooperativas surgidas no Brasil. O fenômeno do cooperativismo neste país é tão expressivo que a partir de 1996 contabilizou-se uma média de 2.193 cooperativas novas surgidas a cada ano no país. Entretanto, torna-se interessante comentar que o número de cooperativas que foram fechadas de 1990 a 1996 também é bastante expressivo: uma média de 10 cooperativas fechadas em 1990 subiu para 58 em 1996 (OCB, 2002).

O cooperativismo brasileiro, principalmente as cooperativas agrícolas e de crédito, surgiram e foram por muito tempo, basicamente até os anos 80, geradas com o apoio dos

financiamentos estatais, o que as tornavam dependentes do poder governamental. No entanto, devido a vários fatores, em especial, a crise de 1980, os recursos orçamentários de estímulo ao cooperativismo foram reduzidos, o que provocou o endividamento e a falência de inúmeros empreendimentos cooperativistas no Brasil.

Com o objetivo de amenizar os efeitos danosos da crise atravessada por grande parte das cooperativas, em 1990, o governo federal implantou o programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – RECOOP. Este tinha como meta principal reestruturar, do ponto de vista econômico e administrativo, as cooperativas que se encontravam endividadas e fadadas à falência. Porém, apenas as cooperativas situadas nas regiões Sul e Sudeste foram contempladas com os recursos viabilizados por esse programa o que prejudicou de forma intensa a maioria das cooperativas localizadas nas outras regiões do Brasil. Essas, por falta de recursos e infra-estrutura, foram a falência ou adaptaram-se ao sistema capitalista (SILVA et al, 2003).

Nessa perspectiva ressaltamos que ainda nos dias atuais as cooperativas brasileiras são imensamente prejudicadas pela burocratização imposta pelos poderes públicos estatais, e vêm sendo tratadas com os mesmos critérios das empresas privadas no que diz respeito a cobranças de impostos para o seu funcionamento. Esse fato tem induzido muitas cooperativas ao fechamento e desarticulação dos seus associados.

2.2.1 Tipos de cooperativas existentes no Brasil

As organizações cooperativas surgiram para que as pessoas pudessem, por meio da ajuda mútua, atingir seus objetivos comuns ao grupo. Considerando os seus objetivos, gêneros trabalhados e as características dos seus associados, as cooperativas brasileiras em conformidade com a Lei numero 5.764/71, podem ser agrupadas nas seguintes modalidades:

a) Cooperativas de consumo

As cooperativas de consumo são geralmente constituídas por grupos de funcionários ligados ao setor público ou privado e tem por finalidade fazer com que os cooperados tenham meios de adquirir bens de consumo final dos mais variados segmentos, desde alimentos, vestuário, combustível, eletrodoméstico, etc.

Observa-se que essas cooperativas passaram a se disseminar com força a partir principalmente da década de 1950, quando se instalaram no Brasil algumas grandes corporações empresariais o que induziu muitos grupos de trabalhadores a se unir em prol dessas cooperativas de consumo, para que os mesmos tivessem assim um acesso mais amplo aos bens duráveis e não duráveis oferecidos no mercado.

O fato dessas cooperativas estarem ligadas diretamente aos funcionários públicos e privados, faz com que seja observado um maior número delas nas regiões mais dinâmicas do país, sendo a região Sudeste a que apresenta um maior número de cooperativas de consumo. Segundo dados fornecidos pela OCB, em 2002 a região Sudeste concentrava de 54% deste tipo de cooperativas no Brasil (OCB, 2002).

b) Cooperativa de educação

As cooperativas de educação são constituídas por pais, alunos e professores que objetivam através da organização coletiva conquistar melhores condições de ensino a preços mais acessíveis beneficiando, assim, os seus associados.

Na década de 80, o Brasil passou por uma série de transformações na esfera política, econômica e social. Nesse contexto, a criação de escolas cooperativas cresceu bastante graças aos incentivos dos pais de alunos que viram, nessas cooperativas educacionais, um meio para melhorar a qualidade do ensino de seus filhos. Ainda nessa perspectiva, o Governo Federal também estimulou bastante a criação de Escolas Agrotécnicas Federais que funcionam como escolas cooperativas.

Mesmo tendo surgido algumas escolas cooperativas na década de 80, é na década de 90 que elas vão se expandir pelo território brasileiro, principalmente como escolas agrícolas, surgidas por meio da iniciativa dos pais dos alunos e dos próprios alunos dessas escolas. Um dos grandes desafios para a manutenção dessas escolas era conseguir fazer com que os alunos ao terminar o curso técnico agrícola ficassem ainda a elas vinculados visto que grande parte se desvinculava o que gerava um sério problema para a manutenção das mesmas.

No tocante à distribuição geográfica dessas escolas cooperativas pelo país, verifica-se que a região Sudeste (com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais) abarca cerca de 44% do total; já o Nordeste detém 23% das cooperativas educacionais do Brasil, tendo os Estados do Ceará e Piauí as maiores cooperativas de escolas nesse segmento do cooperativismo (SILVA et al. , 2003).

c) Cooperativas de crédito

A primeira cooperativa de crédito surgida no Brasil foi implantada em 1902, no município de Nova Petrópolis, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Essas cooperativas têm como objetivo proporcionar aos associados empréstimos com juros mais baixos que os praticados pelo mercado (OCB, 2002).

A cooperativa de crédito impulsionou o surgimento de outras três ramificações de cooperativas de crédito nesse país, são elas: a) a Luzzati, que corresponde a uma associação de pessoas ligadas a algum tipo de atividade profissional; b) o Crédito rural: compostas por pessoas físicas que desenvolvem alguma atividade ligada à agropecuária; c) o Crédito mútuo: formada por profissionais autônomos e funcionários de uma mesma empresa ou comerciantes de uma mesma atividade profissional.

No que diz respeito à representação desses três tipos de Cooperativas de Crédito, podemos comentar conforme os dados da OCB, 2002, que as cooperativas Luzzati tiveram uma menor expressão neste país, representando apenas 1% das cooperativas nesse segmento. Já as cooperativas de crédito mútuo representavam 66% das cooperativas de crédito, tendo sido o segmento com maior expressão no Brasil. Em se tratando das cooperativas de crédito rural elas representavam cerca de 33% das Cooperativas de Crédito no Brasil (OCB, 2002).

Com relação à distribuição geográfica dessas cooperativas de crédito pelo território brasileiro, podemos verificar que elas são criadas nos estados onde se concentra uma maior quantidade de funcionários públicos e privados, uma vez que essas cooperativas são geradas por cooperados desse setor. Isto faz com que as regiões Sul e Sudeste apresentem a maior percentagem de cooperativas de crédito no Brasil, sendo que a região Sudeste detém aproximadamente 64% das cooperativas de crédito do país e a região Sul 17% (SESCOOP/GO, 2004).

d) Cooperativas de infra-estrutura

Dentre as cooperativas de infra-estrutura que podemos identificar no Brasil, destacam-se as cooperativas de eletrificação estimuladas a partir da década de 1960, por políticas públicas estatais que objetivavam eletrificar principalmente as áreas rurais deste país. Nesse segmento da eletrificação rural as concessionárias de energia elétrica geravam recursos financeiros para que pudessem ampliar cada vez mais suas margens de lucro pelo aumento crescente de usuários de energia na área rural do país.

A partir do ano de 1996, essas cooperativas de infra-estrutura passam a ser estimuladas em sua maioria pelo setor privado, uma vez que ocorreu uma série de privatizações de empresas estatais que eram fornecedoras de energia elétrica em todo o país. Nesse contexto, essas cooperativas também foram obrigadas a ampliar seu leque de atuação, passando a incorporar outros serviços, como por exemplo, de limpeza urbana, e outros.

Essas cooperativas de infra-estrutura possuem oito federações estaduais e duas confederações nacionais. A “INFRACOOOP” congrega seis associados e localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul; outra que é composta por vinte sócios e que se encontra por sua vez situada no Distrito Federal, região Centro-Oeste do Brasil, é conhecida por “CONABRAC”. Observa-se que as regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil são as que possuem as maiores cooperativas de infra-estrutura do país, sendo que cada região detém cerca de 27%, do total de cooperativas de eletrificação (SESCOOP/GO, 2004).

e) Cooperativas de saúde

Em 1967 surgiu na cidade de Santos, interior de São Paulo a primeira cooperativa médica do Brasil, denominada de União dos Médicos. Essa cooperativa surgiu devido à unificação realizada no sistema previdenciário brasileiro ocorrido na década de 1960 e que gerou uma crise nas condições de atendimento à saúde pelos órgãos públicos o que fez muitas empresas do setor privado passarem a atuar na área do atendimento a saúde nesse país. Durante o ano de 1975, surge no Brasil a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas – UNIMED, fato que permitiu o estabelecimento de estratégias de atuação no âmbito nacional.

Devido ao fato das cooperativas médicas terem conseguido êxito no tocante aos ganhos econômicos dos cooperados, muitos outros profissionais da área da saúde a exemplo de psicólogos, odontólogos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros profissionais ligados à área também formaram várias cooperativas e confederações o que fez se propagar pelo país uma grande variedade de cooperativas nesse segmento. Em 1996, essas cooperativas que eram agrupadas no ramo do trabalho, passaram a ser agrupadas no ramo das cooperativas de saúde, dessa forma as cooperativas de médicos, psicólogos e outros profissionais da área passaram a fazer parte de uma única corrente de cooperativas intitulada de cooperativas de saúde (OCB, 2002).

Na atualidade as cooperativas de saúde são encontradas em todas as regiões brasileiras, com destaque para as regiões Sul e Sudeste do país onde observamos a maior quantidade dessas cooperativas. Isto em função ao quantum populacional, ao maior poder

aquisitivo dessa população e a ineficácia do atendimento médico hospitalar gerido pelo poder público para satisfazer a demanda de forma eficaz.

f) Outros tipos de cooperativas desenvolvidas no Brasil

Podemos verificar que, desde a década de 1990, tem surgido no Brasil uma série de novas cooperativas que trabalham com a prestação de serviços e que estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. São exemplos as cooperativas de turismo e de transporte que surgem, a partir de 2002, como dois novos ramos do cooperativismo brasileiro. Ambas surgem, principalmente, no setor urbano e visam proporcionar tanto lazer e entretenimento, como uma melhoria na qualidade de vida dos moradores materializados na oferta de transporte ou na realização de atividades turísticas fomentadas pela ânsia de uma sociedade cada vez mais disposta a sair da rotina cotidiana. Dessa forma, essas cooperativas começam a ocupar um papel de destaque na economia atual e no próprio movimento do cooperativismo brasileiro.

2.3 As cooperativas agropecuárias

As cooperativas agropecuárias são constituídas por agricultores e pecuaristas dos mais variados portes, que buscam aperfeiçoar o processo de produção agropecuária, obtendo melhores preços para suas produções, e promover a compra comum de insumos com maiores vantagens do que se adquirissem isoladamente.

Em se tratando especificamente das cooperativas agropecuárias brasileiras, podemos constatar que, principalmente após a primeira metade do século XX, elas têm sido classificadas como de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do país. A importância desse segmento do cooperativismo no Brasil é tão expressiva que, caso ocorra uma crise nesse setor, toda a economia sofre impactos negativos, gerando também um desabastecimento de alimentos principalmente nos grandes centros urbanos, não só do Brasil, mas também dos países que importam a produção agropecuária que se realiza aqui. Conforme Nunes,

Este é o segmento mais importante do cooperativismo brasileiro, tanto na prestação de serviços de apoio técnico, quanto no beneficiamento primário, na industrialização e na comercialização da produção silvo pastoril. Em 1989, esse setor era constituído por 1438 cooperativas, que representavam mais de 40% do total das cooperativas

brasileiras. A hegemonia das cooperativas agropecuárias é tão importante que, se ocorrer um colapso no sistema cooperativo, haverá graves consequências no abastecimento alimentar dos grandes centros. (1993: p 23).

No que tange aos produtos explorados e comercializados pelas Cooperativas Agropecuárias brasileiras podemos encontrar Cooperativas Agropecuárias tradicionais ligadas à exportação, em todas as regiões do país. São exemplos as cooperativas do açúcar, no Nordeste e do café, na região Sudeste. Essas cooperativas, de início eram, em sua maioria, constituídas apenas por grandes latifundiários brasileiros. Com o passar do tempo esse quadro tem se alterado e hoje, no Brasil, além das culturas tradicionais citadas acima já existe uma grande variedade de produtos comercializados pelas Cooperativas Agropecuárias. Observa-se, ainda, que vem ocorrendo uma brusca mudança no que diz respeito aos cooperados, já que estes também são trabalhadores rurais destituídos de poder econômico relevante e de grandes propriedades de terra, vendo esses no trabalho cooperado uma forma de se sobressair no atual sistema capitalista cada vez mais opressor. Conforme Coradini,

De maneira geral, o cooperativismo agrícola no Brasil pode ser alinhado nos grandes moldes em que se dá o desenvolvimento da agricultura brasileira. Desse modo, numa primeira caracterização encontramos as cooperativas ligadas aos produtos tradicionais de exportação (açúcar no Nordeste, café em São Paulo) que se caracteriza por ser altamente comercial, formado, em termos de quadro social, basicamente por grandes proprietários rurais e que nas últimas décadas de certa forma tendeu ao enfraquecimento, visto que seus sócios conseguem com certa facilidade acesso direto aos incentivos oficiais e à política de exportação (1982: p. 53).

No tocante ao desenvolvimento das cooperativas agropecuárias brasileiras, pode-se também verificar uma incorporação tecnológica nas suas unidades de produção como reflexo da mudança na qual todo país encontra-se inserido no que diz respeito à implantação de tecnologia em todos os seus setores. Essas cooperativas ao se modernizarem ganham mais força e poder de abrangência no território brasileiro, o que as tornam verdadeiros empreendimentos agropecuários com grandes margens de lucros que são repartidos de forma equitativa entre os cooperados.

Dentre os principais objetivos das Cooperativas Agropecuárias pode-se citar a comercialização e o fornecimento de insumos. O número de cooperativas que oferecem o serviço de armazenamento é menor que o número de cooperativas que colocam apenas a produção no mercado. Esse fenômeno pode ser observado no caso brasileiro, uma vez que as

Cooperativas Agropecuárias em sua grande parte ainda não dispõem de infra-estrutura adequada que permita obter uma capacidade própria de armazenagem principalmente no que diz respeito a grandes quantidades de produtos (NUNES, 1993).

Nesse contexto, o foco mais importante do modelo de cooperativas agropecuárias no Brasil é a organização e a execução de serviços econômicos e a prestação de assistência técnica aos cooperados. Desta forma, as cooperativas prestam uma grande contribuição aos cooperados em se tratando da orientação técnica dos mesmos conforme o tipo de produção que a Cooperativa Agropecuária esteja trabalhando.

Segundo Nunes (1993: p 24):

O modelo cooperativista agropecuário brasileiro está voltado para a organização de cooperativas do tipo prestação de serviços. Basicamente, essas cooperativas têm o objetivo de organizar e executar os serviços econômicos e assistenciais de interesse de seus associados, integrando e orientando suas atividades, para facilitar a utilização recíproca dos serviços.

Essas cooperativas necessitam investir de forma contínua não só na produção agropecuária, mas também na distribuição e transporte das mercadorias, formando assim um escoamento produtivo que possa fazer com que o mercado consumidor esteja sempre abastecido o que vai gerar capital que deve ser reinvestido nesse circuito de produção que é constituído pela produção, distribuição e comercialização de produtos agropecuários. Ainda nessa perspectiva, é interessante que as Cooperativas Agropecuárias invistam na estocagem de seus produtos, pois abre a possibilidade de realizar vendas diretas a grandes compradores e de melhorar maior barganha na comercialização de seus produtos. Desse modo, a cooperativa poderá atender com maior presteza os seus consumidores, concretizando, dessa forma, os compromissos comerciais com o mercado consumidor.

Dentre as funções de uma Cooperativa Agropecuária, Nunes (1993: p. 24-25) nos apresenta, a seguir, as principais:

- Vender os produtos agrossilvopastoris entregues por seus associados, podendo proceder ainda a classificação, a padronização, o depósito, o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização daqueles produtos recebidos;
- Distribuir aos associados bens de produção e utilidades necessários às suas atividades agropecuárias e abastecê-los com produtos de uso e consumo pessoal ou da família;
- Proporcionar serviços de interesse comum dos associados, para incremento e defesa de sua produção agrícola, como assistência administrativa, técnica e social;
- Fomentar o cooperativismo no meio rural;
- Abrir canais confiáveis de comercialização;

- Aumentar o poder de barganha dos produtos na venda de produtos e na compra de insumos;
- Reduzir margens entre os preços dos produtos agrícolas no mercado final e os preços recebidos pelos cooperados;
- Reduzir margem existente entre o preço de compra dos insumos aos agricultores no varejo;
- Proporcionar ganhos de escala aos cooperados na prestação de serviços, tais como: transporte de produtos, assistência técnica;
- Classificar e selecionar embalagens;
- Fazer propaganda dos seus produtos em regiões onde possam ser rapidamente distribuídos;
- Padronizar termos de venda no mercado, uniformizar cotações, levantar informações de mercado etc.

Todas essas são funções atribuídas a uma cooperativa agropecuária. A prática coerente dessas funções faz com que essas cooperativas consigam de forma crescente se expandir pelo território brasileiro e mundial, impulsionando o desenvolvimento econômico brasileiro conforme as suas diferentes unidades federativas e ampliando consideravelmente o poder econômico dos seus cooperados. Praticando essas funções também compreendemos que o papel das cooperativas não fica restrito apenas à comercialização de produtos no mercado, e que, dessa forma, abrange todo um conjunto de ações que vão desde a produção até a orientação técnica junto aos cooperados. Sendo assim as cooperativas constituem indiscutivelmente um elemento de grande valia em todo o processo de desenvolvimento das atividades ligadas ao meio rural e a melhoria no tocante a qualidade de vida do homem do campo. Nesse contexto, afirma Farias (1986: p 12): “as cooperativas agrícolas prestam, portanto, grandes serviços aos associados, não só na faixa da produção e comercialização, como na parte social. Na parte econômica, aumentam suas rendas, permitindo-lhes maior nível de vida”.

Dessa forma, o cooperativismo agropecuário perpassa por todas as esferas da vida do homem do campo, não ficando restrita apenas às transformações econômicas, mas impactando na estrutura social, política e cultural dos indivíduos que residem nas áreas rurais.

Utilizando os dados da OCB, do ano de 2002, podemos considerar que os principais ramos de atuação das Cooperativas Agropecuárias no Brasil eram compostas pelos seguintes produtos: açúcar, café, soja, carne e leite. Dentre a exportação desses produtos pode-se considerar ainda que essas cooperativas viabilizam grandes demandas econômicas para os empreendimentos cooperativistas e para os seus cooperados. Com relação ao número de associados das cooperativas nesse segmento, em 2001, era de 822.292 cooperados, sendo também que essas cooperativas forneciam aproximadamente 108.272 empregos diretos. No entanto, torna-se pertinente comentar que a maior parte desses empregos viabilizados pelas

Cooperativas Agropecuárias ainda ficam concentrados nas regiões Sul e Sudeste pelas grandes cooperativas situadas nessas regiões do Brasil.

2.4 Tendências e desafios do Cooperativismo rural no Brasil

O cooperativismo representa para o homem do campo, não só um meio de auferir ganhos econômicos, mais uma forma de inserção dos agricultores na sociedade atual, representando a busca dos cidadãos pela autonomia social e econômica materializada na ajuda mútua e no trabalho realizado de forma coletiva.

Dessa forma, o cooperativismo brasileiro, em específico o cooperativismo rural, assume a responsabilidade de buscar ser um movimento que não fique apenas nas discussões acadêmicas, assumindo assim a tendência de um movimento ativo frente aos desafios do mundo globalizado altamente excludente e contraditório. Nessa perspectiva, o cooperativismo brasileiro atual também vem se configurando em um movimento preocupado com a adoção de novas práticas que contribuam para uma melhor qualidade de vida dos cooperados e para a implantação de uma sociedade mais aprimorada do ponto de vista democrático. Dessa maneira, os associados poderão desfrutar de uma participação mais efetiva na tomada de decisões tanto na cooperativa, como na própria sociedade na qual se encontram inseridos.

Em sua forma genérica o cooperativismo brasileiro assume ainda a tendência de ser um elemento capaz de promover a modernização estrutural nas áreas rurais deste país e provocar a inclusão dos trabalhadores rurais no mercado global, mas também os imbuindo dos ideais cooperativistas pautados na solidariedade e ajuda mútua. De acordo com Novaes (1981: p 41):

Em termos de Brasil, ainda que possamos perceber a tendência geral do cooperativismo enquanto mecanismo de “modernização”, há diferenças importantes que devem ser consideradas. É necessário um estudo concreto que procure dar conta das diferentes formas de expressão das relações que permitem a reprodução e o desenvolvimento do capitalismo.

Na conjuntura atual do sistema capitalista um dos maiores desafios do cooperativismo brasileiro, em específico do cooperativismo rural, diz respeito à utilização racional dos recursos naturais. Tratando-se de um movimento que objetiva uma mudança socioeconômica da parcela da sociedade que se encontra excluída, ou seja, apesar do cunho humanístico que

caracteriza o cooperativismo, podemos observar que as cooperativas são empresas que funcionam a partir da utilização dos recursos naturais em escala cada vez maior.

Nesse contexto, torna-se indiscutível a importância da implantação de projetos de sustentabilidade, com o objetivo de garantir as gerações futuras a utilização desses recursos que utilizamos na atualidade e de sensibilizar a sociedade para uma utilização racional da natureza, principalmente dos recursos não-renováveis que encontram-se em fase de escassez na atualidade, até porque a falta desses recursos causará um desequilíbrio no tocante ao funcionamento tanto para as empresas capitalistas, como para as cooperativas.

Outro grande desafio do cooperativismo atual é procurar desenvolver estratégias que possam incluir a população mais carente nesse movimento, proporcionando dessa forma, uma diminuição da pobreza que assola o mundo capitalista. Nesse ínterim, o cooperativismo não pode ser um movimento que vise apenas o beneficiamento da classe mais abastada ou de pequenos trabalhadores rurais, devendo ser um elemento que possa causar toda uma reestruturação das classes mais excluídas, induzindo uma complexa e eficaz mudança social no Brasil e no mundo.

A base para a construção de um sistema cooperativo, no longo prazo, deve estar fundado na justiça social, na solidariedade, como centro da economia voltada para o ser humano e não apenas para o mercado. Nas cooperativas a democracia e a inclusão social têm que ser a base para a gestão econômica. (SILVA et al., 2003: p 50)

Ainda podemos comentar que outro desafio do cooperativismo brasileiro, trata-se da necessidade de integrar as cooperativas em âmbito nacional e mundial, tornando o movimento forte e unificado em uma escala planetária. Só a partir desse momento o cooperativismo conseguirá atingir suas metas em se tratando a inclusão e mudança social tanto nas áreas rurais, como nas áreas urbanas do Brasil e dos demais países do mundo.

2.5 Cooperativas: ou corporações a serviço do grande capital?

Na atual conjuntura da acumulação capitalista pode-se observar que muitas cooperativas, principalmente as que se encontram ligadas ao fornecimento de produtos para grandes empresas capitalistas, localizadas em sua maioria na região Centro-Sul do Brasil, tem se comportado do ponto de vista prático como verdadeiras corporações capitalistas. Esse processo ocorre devido ao fato dessas cooperativas encontrarem-se inseridas em uma

realidade de mercado onde as leis inerentes a esse sistema são fatores determinantes para o funcionamento de qualquer organização associativa ou privada.

Dessa forma como um processo natural, muitas cooperativas, principalmente as que não seguem uma orientação de determinados movimentos sociais como o MST e outros que possuem uma ideologia socialista em torno do desenvolvimento de suas cooperativas, têm se utilizado de todas as estratégias capitalistas, a exemplo do investimento em *marketing* e da modernização tecnológica como o objetivo de conquistar uma crescente fatia de mercado consumidor e assim expandir-se por vários territórios.

De acordo com Coradini (1982: p 133):

A evolução dessas cooperativas é caracterizada por sua tentativa de melhorar, cada vez mais, sua capacidade competitiva, num comportamento que corresponde ao de qualquer empresa capitalista. Para sobreviver e crescer, tiveram de se adaptar à estrutura econômica vigente como entidades empresariais: disputando o mercado com poderosas empresas estrangeiras, as cooperativas começam a produzir os mesmos produtos sofisticados que precisam de tecnologia importada e se lançam em grande projetos de propaganda e marketing.

Nesse contexto, enfatizamos que na contemporaneidade muitas cooperativas concorrem em um mesmo nível empreendedor com grandes empresas privados, são cooperativas que estão cada vez mais servindo a interesses de apenas alguns sócios, ao Estado, e a grupos políticos, uma vez que essas têm se distanciado notoriamente do ideal de transição social e da substituição de um sistema capitalista para uma ideologia socialista.

Esse fenômeno se observa principalmente entre as cooperativas agroexportadoras que existem no campo brasileiro. Nessas, é possível verificar a reprodução do trabalho assalariado, sendo que, ao invés de tornar esses trabalhadores membros atuante nas decisões da cooperativa, os transformam apenas em trabalhadores que dispõem unicamente da sua mão-de-obra que trocam pelo salário mensal. Tornam-se assim empresas que se utilizam da denominação de cooperativa, mas que na realidade não praticam os seus preceitos.

Um dos grandes problemas constatado em meio a essas cooperativas que assumem um caráter de corporações capitalista é a identificação dos cooperados como sócios integrantes que possuem seus direitos participativos na organização. Esse também tem sido um dos fatores que faz muitos produtores (sócios) se desvincularem dessas cooperativas, tendo em vista que não se identificam mais como cooperados, mas apenas como indivíduos integrantes de uma organização que não atende seus interesses verdadeiros, como pessoas

subordinadas ao grande capital, que ao invés de ser combatido por essas cooperativas, é estimulado.

Ainda conforme Coradini (1982: p 135);

A necessidade de se adaptar as exigências de um mercado liderado por corporações de capital altamente concentrado e a conseqüente escolha, pelas cooperativas, de um esquema fortemente empresarial, entra em choque com a difusão da ideologia cooperativista entre seus cooperados: se o fortalecimento do sistema de cooperativas se faz por sua transformação em capitalistas cada vez mais concentrados, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua conseqüente participação associativa.

No Brasil é possível observar principalmente entre as cooperativas rurais, muitas que se encontram totalmente subordinadas a empresas multinacionais, ou seja, são cooperativas que funcionam como intermediadoras entre o mercado produtor e a empresa. Como exemplo, podemos citar algumas cooperativas de transporte que fazem o recolhimento do leite no curral dos produtores e levam até a fábrica das empresas capitalistas para ser beneficiado. De forma indireta esse tipo de cooperativa encontra-se inserida em um grupo de interesses das empresas capitalistas e não se pautam na ideologia do cooperativismo clássico.

As cooperativas que funcionam como corporações empresariais dispõem de algumas vantagens, uma vez que são amparadas do ponto de vista legal para dispor de isenções fiscais frente ao Estado. Além do mercado consumidor, desatrelado da organização, a mesma ainda dispõe dos seus consumidores fixos, compostos pelos cooperados que recebem estímulos e vantagens dessas cooperativas, os induzindo, e até mesmo os pressionando indiretamente, a comprar a produção das mesmas. Por todos os fatores citados, essas cooperativas não assumem o risco que as corporações capitalistas assumem para o desenvolvimento de seu processo produtivo, sendo essas umas das principais causas que levam as cooperativas a se expandirem e fixarem territórios até mesmo mais rápido do que algumas empresas privadas.

Nessa perspectiva, Loureiro (1981: p 150) comenta:

A cooperativa, além de usufruir benefícios políticos atribuídos pelo estado, além de ter, do ponto de vista econômico, clientes cativos dos quais recebe produtos agrícolas e clientes preferenciais para quem vende insumos, não corre os riscos do processo de comercialização, como um capitalista comercial comum. Isso

evidentemente sem assumir tampouco os riscos do processo de produção, que ocorre juntamente com os da comercialização por conta do cooperado.

Diante de tudo o que foi colocado, podemos também observar que, no Brasil, muitos indivíduos se unem com o objetivo de formar cooperativas de fachadas, que funcionam a favor da reprodução do grande capital e em benefício apenas de seus sócios e não da classe trabalhadora marginalizada pelo sistema capitalista.

CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA ATUAL DA COAPECAL.

Neste capítulo damos atenção especial à COAPECAL - Cooperativa Agropecuária do Cariri, buscando entender sua articulação com o Estado através do Programa Fome Zero, sua dinâmica interna e externa (redes e nós) e seus impactos sobre o território de Caturité.

3.1 O programa Fome Zero - articulação com o Estado e mudanças na dinâmica organizativa e produtiva da COAPECAL.

O projeto que fez surgir o Programa Fome Zero no Brasil teve origem em 2001 e tinha como objetivo central erradicar os problemas sociais relacionados à pobreza, à fome e à exclusão social no país. Esta era uma das principais promessas de campanha do governo do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. O programa só veio a ser oficializado em 30 de janeiro de 2003. Para auxiliá-lo foi criado o Ministério Extraordinário para a Segurança Alimentar e o combate a Fome – MESA, tendo como Ministro José Graziano da Silva, que foi o elaborador do projeto (FREITAS, 2007).

O Programa Fome Zero no seu contexto geral é um projeto inovador que conta com a participação de várias esferas do Governo Federal e combina suas ações com as políticas públicas dos estados e municípios da federação brasileira. Apesar das muitas críticas em torno desse programa do governo, devido ao fato de, na prática, ele não conseguir transformar as bases socioeconômicas do Brasil, tornando-se, nessa perspectiva, mais uma medida paliativa e, até certo ponto, assistencialista de combate a pobreza, é inegável a existência de algumas mudanças positivas, ou seja, de resultados animadores no tocante ao seu ideal que é diminuir a fome e gerar mais renda entre a população de baixa renda.

Segundo Yazabek (2003: p. 10):

O Programa Fome Zero tem sido apresentado como um Programa de todo o Governo. Por isso envolve todos os Ministérios e conta com a estrutura do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Sua proposta é combinar políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais, mas, no momento, sua visibilidade pública vem se efetivando, sobretudo pelo Programa Cartão Alimentação.

O programa Fome Zero passou a ser colocado em prática de forma diferenciada e de acordo com o contexto de cada estado da federação. Na Paraíba, esse programa funciona a partir de uma parceria firmada entre o Governo Federal e o Governo do Estado e tem como objetivo principal estimular o desenvolvimento da agricultura familiar através da aquisição do leite que é produzido pelos rebanhos dos pequenos produtores paraibanos. Esse leite é comprado, beneficiado e distribuído entre indivíduos que apresentam carência no tocante a segurança alimentar.

Segundo Duque (2007: p. 24):

O Programa do leite possui, portanto, dois focos principais: os pequenos produtores familiares e as famílias vulneráveis que recebem gratuitamente o leite comprado aos primeiros.

Na Paraíba esse programa funciona da seguinte maneira para os produtores rurais e para a usina de beneficiamento: o Governo Federal financia 80% do projeto e o Governo do Estado contribui com 20% dos custos previstos no orçamento. Com relação aos custos para a aquisição de cada litro de leite, o programa se utiliza do seguinte critério: para cada litro de leite de vaca que é adquirido, o custo previsto é de R\$ 1,15 sendo pago R\$ 0,70 diretamente ao produtor e R\$ 0,45 é destinado para a indústria de beneficiamento desse leite. Com relação ao leite de cabra os custos por cada litro de leite é de R\$ 1,40, sendo que, R\$ 1,00 vai para o produtor e R\$ 0,40 para a usina de beneficiamento (Ghislaine Duque, 2007).

Nesse contexto, a COAPECAL como usina parceira do programa, entra apenas com a parte do recolhimento de todo o leite que é produzido pelos rebanhos dos produtores engajados no programa, com o beneficiamento desse leite, com os equipamentos de sua unidade industrial, e com a distribuição do produto industrializado para os postos onde serão repassados para as famílias carentes cadastradas no programa.

Segundo Ghislaine Duque (2007), em se tratando das famílias beneficiadas com o recebimento do leite, estima-se que o número seja superior a 120.000 famílias, dos mais variados recantos desse estado. Já no tocante aos produtores que fornecem o leite para o programa, o número é em torno de 2.500 produtores de leite de vaca e 400 de leite de cabra. Para ter acesso ao recebimento de 1 litro de leite por dia as famílias necessitam possuir uma renda que não ultrapasse o valor de meio salário mínimo por pessoa e ter entre os seus membros pessoas gestantes, mães que amamentem, idosos, entre outros casos. Sendo que,

dependendo da situação específica na qual a família se encontre a mesma pode chegar a receber até 2 litros de leite/dia.

No que tange ao processo de inserção dos produtores no programa, esses devem ter uma produção de 30 até 100 litros de leite por dia, tendo em vista que o programa do leite busca incentivar a agricultura familiar e estimular, não apenas o consumo, mas, também, a produção de leite. Esses produtores cadastrados também são estimulados a melhorar a qualidade genética do seu rebanho e as instalações de criação e ordenha, visando ampliar a produtividade e melhorar as qualidades físicas e higiênicas do leite produzido.

3.1.1 O Programa Fome Zero e a COAPECAL.

Desde a sua fundação em 1997, a COAPECAL vinha apresentando um bom desenvolvimento com relação à produção de produtos laticínios industrializados, produtos esses que já estavam sendo bem aceitos pelos consumidores paraibanos. No entanto, o que fez a cooperativa atingir um elevado padrão de desenvolvimento estrutural e econômico, dando assim um salto qualitativo considerável, foi o advento do Programa Fome Zero (através do programa do leite), do governo Federal, em parceria com o governo estadual, em dezembro de 2003. O que nos traz a constatação de que a cooperativa só conseguiu se expandir com mais dinamismo pelo território a partir do seu envolvimento com essa política pública estatal.

O programa do leite, como ficou mais conhecido, tinha como proposta na Paraíba a aquisição de 120 mil litros de leite de pequenos produtores pecuaristas de caráter familiar. Devido ao fato da COAPECAL ser uma cooperativa constituída por pequenos criadores pecuaristas e possuir uma estrutura interessante e adequada ao programa, haja vista que já se encontrava em funcionamento desde 1997, já dispondo de um aparato técnico e humano necessário para fazer com que a proposta do Programa governamental pudesse ser colocado em prática, ela foi considerada como uma das usinas âncora de beneficiamento do leite para o Programa Fome Zero. Assim, a escolha da COAPECAL como uma das principais cooperativas fornecedoras do leite para a distribuição pelo Fome Zero, não se deve a favorecimentos ou ligações políticas, mas sim, ao fato da cooperativa possuir uma estrutura montada que se adequava à proposta do Programa.

A partir dessa parceria, a cooperativa pôde dar uma alavancada na comercialização do leite pasteurizado pelo território paraibano, o que influenciou diretamente seu desenvolvimento e expansão. Com isto, ela beneficiou os que faziam parte direta e indireta do

projeto cooperativista, desde os pequenos pecuaristas de base familiar aos novos empregados que a empresa necessitou contratar, além de ter contribuído para a criação de novos empregos indiretos.

Com relação à importância do Programa Fome Zero e a parceria firmada com a COAPECAL para a expansão da mesma, Vicente Eulálio Cordeiro um dos sócios fundadores da Cooperativa comenta:

O leite do Fome Zero que a gente industrializava tinha um ganho né, porque aí deu pra aumentar bastante e ajudou pra gente aumentar o comércio. Hoje a gente tá praticamente só quase no comércio, e a gente hoje se deixar o leite do Fome Zero, mais o Fome zero ajudou bastante a gente.

Após essa parceria formada, a COAPECAL passou a abranger um número bem maior de fornecedores de leite, chegando em dezembro de 2003 a contar com 150 produtores fornecedores do leite para beneficiamento.

Com o desenvolvimento da cooperativa a partir da sua inserção no Programa Fome Zero, ela adquiriu crédito junto às concessionárias de veículos, a exemplo da Wokswagen, e pôde financiar alguns veículos para auxiliar tanto no transporte da matéria-prima como na distribuição dos produtos laticínios. Com isto, a COAPECAL avançou em termos de diferencial de mercado em relação às demais usinas de beneficiamento. Isto porque, diferente da maioria das outras cooperativas, ela própria passou a distribuir os seus produtos sem a necessidade do comprador ter que transportar as mercadorias adquiridas por conta própria, e sem a necessidade da cooperativa fretar transportes para fazer suas entregas.

No início da parceria com o Estado, a cooperativa, embora tenha conseguido se expandir e ampliar de modo significativo o seu poder econômico, também se tornou muito dependente do poder público, visto que o maior comprador do leite que a cooperativa beneficiava era o Programa Fome Zero, chegando ao ponto de que, para cada litro de leite que era colocado no mercado, três litros eram destinados ao programa.

Com o decorrer dos anos a cooperativa foi ampliando ainda mais o seu poder de atuação e, conseqüentemente, inserindo mais produtores no seu circuito de produção, visando, dessa forma, atender às necessidades crescentes do mercado e do Programa Fome Zero. Em 2005, a COAPECAL chegou a colocar 31 mil litros de leite para esse programa o que fez a mesma ter que investir na compra de mais cinco baús de distribuição e vinte baús refrigerados para serem utilizados na coleta do leite.

Esses baús refrigerados, que foram comprados através de financiamentos feitos pela cooperativa, tinham por objetivo substituir a figura do carreteiro¹⁶. Eles contribuem para uma melhor qualidade do leite coletado, uma vez que o transporte é feito em temperatura adequada. A utilização dos baús é uma exigência do Ministério da Agricultura. Segundo o mesmo, toda usina de beneficiamento de produtos laticínios devem, obrigatoriamente, realizar a coleta da matéria-prima nesses tanques de resfriamento.

A estabilidade econômica que o programa Fome Zero viabilizou para a cooperativa não imobilizou os sócios da COAPECAL. Estes aproveitaram o momento de crescimento para conquistar novas fatias do mercado, independente do programa. Visam, com isto, garantir a sobrevivência da cooperativa independente das políticas públicas no caso de uma descontinuidade ou mesmo da interrupção das mesmas. Assim, caso o Programa Fome Zero venha a se extinguir, a cooperativa não será muito afetada do ponto de vista econômico, técnico, estrutural e tampouco prejudicará a mão-de-obra e os fornecedores de leite que estejam inseridos na mesma.

3.2 Estrutura interna externa da COAPECAL: as redes e os nós

3.2.1 Estrutura interna

A Cooperativa Agropecuária do Cariri, além de ter conseguido atingir o seu objetivo principal que era melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares de leite do município de Caturité, proporcionou também uma série de modificações metodológicas com relação à prática da atividade pecuária. Esta antes era realizada sem muitas preocupações com medidas de higiene, nem com a melhoria do rebanho e, muito menos, com a inserção de práticas mais amigas da natureza. Por outro lado, o crescimento da cooperativa contribuiu também para a efetivação de mudanças sociais e para impulsionar a economia do município de Caturité na medida em que tornou-se um relevante instrumento gerador de empregos diretos e indiretos, no campo e na cidade. Sua influência extrapolou os limites municipais e alcançou vários outros municípios situados próximos a Caturité e que fornecem leite ou comercializam os produtos fabricados na COAPECAL.

¹⁶ Pessoa que utilizava os seus próprios transportes para recolher o leite nos currais dos produtores e transportá-lo para a usina de beneficiamento o que resultava na perda da qualidade necessária do produto que seria industrializado.

Segundo Andrade:

A pecuária, uma das principais atividades econômicas do Nordeste, ocupa grandes proporções da área regional, empregando grande parte da população para o abastecimento de alimentos às populações urbanas e rurais e ainda têm grande participação na renda regional (1987, p.98).

Com relação aos empregos diretos, a COAPECAL, emprega formalmente aproximadamente 130 funcionários, que realizam atividades das mais diferenciadas. Entre elas, pode-se citar os funcionários que trabalham na indústria, executando tarefas como: operador de pasteurizador; acondicionador de laticínio; auxiliar de escritório; auxiliar de pasteurização; promotor de vendas; queijeiro; auxiliar de serviços gerais; secretário; veterinário; doceiro; químico; recepcionista de plataforma; carregador de caminhão; dentre outras variadas profissões (v. quadro 1) .



Foto 2: COAPECAL - Químico da COAPECAL. Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

Outro segmento que gera emprego no âmbito da cooperativa é a distribuição e o *marketing* dos produtos, sendo esses ligados ao escritório central da COAPECAL, situado no Município de Campina Grande. Com relação à distribuição dos produtos, a empresa dispõe de vários motoristas contratados para essa função que a realizam constantemente, percorrendo os lugares mais longínquos deste estado, com o objetivo de distribuir os produtos no comércio. O pessoal responsável pelo *marketing* oferece os produtos da cooperativa que receberam a denominação de “Cariri” nos mais variados estabelecimentos comerciais, a exemplo de supermercados, padarias, lanchonetes e outros.

Quadro 1- Funcionários diretos da COAPECAL e suas funções

Função	Quantidade de funcionários
Sócio gerente	01
Sócio gerente industrial	01
Sócio presidente	01
Sócio gerente de produção	01
Operador de pasteurizador	03
Carregador de caminhão	06
Marketing	01
Acondicionador de laticínios	09
Auxiliar de escritório	03
Auxiliar de pasteurização	07
Veterinário	01
Monitor S.S. usuário	02
Promotor de vendas	06
Doceiro	01
Auxiliar de laboratório	01
Motorista	07
Queijeiro	02
Mantigueiro	03
Vendedor	07
Assistente administrativo	10
Vigilante	04
Auxiliar de serviços gerais	10
Office boy	03
Trab. Na fabrica de laticínio	01
Calderista	01
Químico	01
Químico industrial	01
Auxiliar de queijeiro	03
Recepcionista de leite	03
Secretária	02
Mecânico	01
Almoxarife	01
Acondicionador de alimentos	01
Envasador de garrafas	01
Sócio- setor de compras	01

Servente	02
Envasador de bebida Láctea	01
Rotulador	02
Auxiliar de manutenção	02
Reclicador de lixo	01
Químico	01
Motorista tanque rodoviário	03
Total de funcionários	124

Fonte: COAPECAL, dezembro de 2008.

Em se tratando dos empregos indiretos, também se constata forte expansão principalmente na zona rural do município de Caturité, que concentra como já foi demonstrado, 70% da população municipal. Esses empregos são criados pelos produtores familiares que fornecem o leite dos seus rebanhos para a cooperativa. Devido ao aumento da produção, eles contratam mais trabalhadores para ajudar no processo de ordenha e no tratamento e manejo dos animais. Esses são empregados indiretos, conhecidos pelo nome de vaqueiros (ver foto 3). Só neste segmento de geração de empregos indiretos a cooperativa contabiliza cerca de 1.300 empregados. Este número, segundo os entrevistados, vem crescendo muito rapidamente e tende a aumentar, cada vez mais, devido à crescente expansão da comercialização dos produtos da COAPECAL por outros estados do Nordeste.

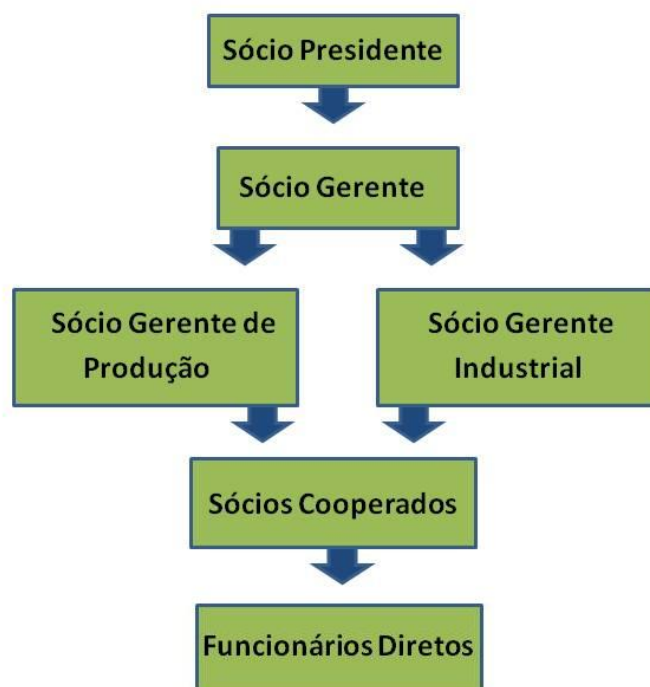


Foto 3: COAPECAL - Funcionário indireto da COAPECAL (vaqueiro). Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

Nessa perspectiva, a cooperativa hoje tem contribuído bastante para inserir parcela da população de Caturité e dos municípios que se integram à sua cadeia produtiva, no mercado de trabalho. Assim, tem colaborado para recuperar a auto-estima dessas famílias, na medida em que possibilita a melhoria de sua situação social e econômica. Não se pode negar a importância do Programa Fome Zero nesse processo, pois, foi a partir da inserção da COAPECAL neste programa que se deu seu crescimento efetivo e a consequente ampliação do emprego direto e indireto de mão-de-obra no seu processo produtivo.

No que diz respeito à organização administrativa da estrutura interna da COAPECAL, a mesma possui uma hierarquia de funções, ou divisão social do trabalho conforme pode ser observado no organograma abaixo.

Organograma Administrativo de Funcionamento Interno da COAPECAL



Essa hierarquia que reproduz o esquema das empresas capitalistas é responsável pela tomada de decisões na cooperativa, sendo também de extrema importância para o seu funcionamento. Dois fatores diferenciam a divisão social do trabalho da cooperativa, da

divisão de tarefas de uma empresa capitalista quais sejam: a) a distribuição dos lucros que, no caso da cooperativa, são distribuídos com todos os sócios que participam do empreendimento, ao contrário da empresa capitalista, cujo lucro fica nas mãos de um proprietário capitalista, ou de um pequeno grupo de acionários; b) o direito dos sócios de opinar no processo produtivo da cooperativa, independente do poder aquisitivo de cada um, o que torna a cooperativa pelo menos do ponto de vista teórico, um empreendimento que, na visão da dinâmica estrutural interna se diferencia da organização de uma empresa capitalista.

3.2.2 O processo de beneficiamento do leite pela COAPECAL.

O leite é captado em propriedades rurais, sendo armazenado temporariamente em tanques de resfriamento, (ver foto 4) a uma temperatura de 5° C. Antes de ser transportado até a cooperativa, são realizadas as análises do leite e, aquele que apresentar resultados corretos da análise, é transportado nos tanques já mencionados, a uma temperatura de 5° C.

Após chegar à plataforma de recepção são realizadas as seguintes análises do leite: gordura, acidez, extrato seco total, extrato seco desengordurado e densidade. O leite que é aprovado pelo laboratório de físico-química, é filtrado e depositado no tanque de armazenamento isotérmico. Em seguida, é encaminhado para o tanque de equilíbrio do pasteurizador, marca MEC-TRONIC, com capacidade de 3.000 L/h, passando por filtros de limpeza.

Posteriormente, o leite passa pelas placas do pasteurizador, onde é aquecido a uma temperatura em torno de 75° C. Em seguida, é encaminhado para o retardador, onde é testado o aquecimento. O leite, que chega ao retardador com uma temperatura inadequada retorna ao início do circuito através do aquecimento da válvula de reversão de fluxo. Depois que atinge a temperatura programada, o leite segue imediatamente para a padronizadora que reduz o teor de gordura para 3,1 %. Em seguida, é passado imediatamente para a seção de resfriamento, sendo sua temperatura rebaixada bruscamente para 5° C.

O leite pasteurizado é depositado temporariamente em um tanque pulmão a 5°C, sendo em seguida bombeado para as envasadoras¹⁷ para, finalmente, ser envasado em película de polietileno. O leite envasado é armazenado em câmara fria a uma temperatura em torno de 5° C até o momento de sua distribuição para o mercado ou para o Programa Fome-Zero.

¹⁷As envasadoras podem ser consideradas como um sistema composto por inúmeras mangueiras que são responsáveis pelo empacotamento do leite nas embalagens para em fim ser destinados ao mercado.



Foto 4: COAPECAL - Tanques de resfriamento localizado na usina da cooperativa. Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

As análises para testar a qualidade físico-química do leite, realizadas no laboratório da COAPECAL, são feitas tanto para o leite que será usado na pasteurização como para o já pasteurizado, bem como para o leite usado na fabricação dos derivados. No caso do leite pasteurizado, estas análises são realizadas diariamente no início do processo de pasteurização, na metade e no final do processo. Também são realizados testes de pesagem e de vazamentos dos sacos de leite de amostras logo após o envase.

A empresa dispõe ainda de um laboratório de microbiologia onde são realizadas análises do leite e derivados. No laboratório de microbiologia, são feitas análises de coliformes totais, coliformes fecais, bactérias mesófilas, bolores e leveduras. Mensalmente também são realizadas análises microbiológicas do leite em laboratório terceirizado.

Além disso, são feitas análises organolépticas (sabor, cheiro e consistência) de todos os produtos da empresa diariamente, também são feitos controles diários de pesagem e verificação da aparência, assim como das condições de envase. Além disso, são realizados diariamente a higienização dos equipamentos e utensílios utilizados durante o processo de beneficiamento do leite, visando uma excelência na qualidade do produto final.

Fluxograma do processo produtivo da COAPECAL



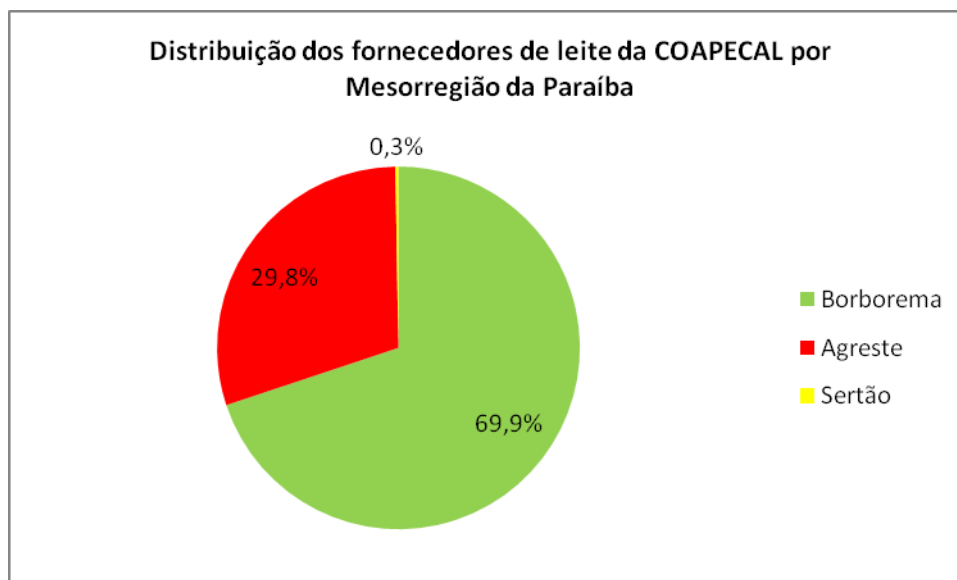
3.2.3 Estrutura externa: rede de articulações à montante e à jusante do processo produtivo.

3.2.3.1 Articulação à montante do processo produtivo.

Atualmente a cooperativa abrange cerca de 734 produtores de leite e beneficia 40 mil litros de leite por dia, sendo 11 mil para o Programa Fome Zero e 12 mil para o mercado, o que revela uma diminuição da dependência da cooperativa do programa (em 2003, a maior parte do leite industrializado era destinada ao mesmo). Desses 40 mil litros de leite que chegam até a cooperativa por dia 10 mil litros é destinado para o beneficiamento de bebida láctea e 7 mil para os demais produtos, o que corresponde ao processamento de 17 mil litros de leite para os produtos laticínios, além dos 23 mil litros de leite para o beneficiamento de leite pasteurizado.

Dos 734 fornecedores de leite da cooperativa, 69,9% são oriundos da Mesorregião da Borborema, 29,8% do Agreste Paraibano e apenas 0,3% do Sertão Paraibano. (v. gráfico 1 e tabela 1).

Gráfico 1



Fonte: COAPECAL, novembro de 2008.

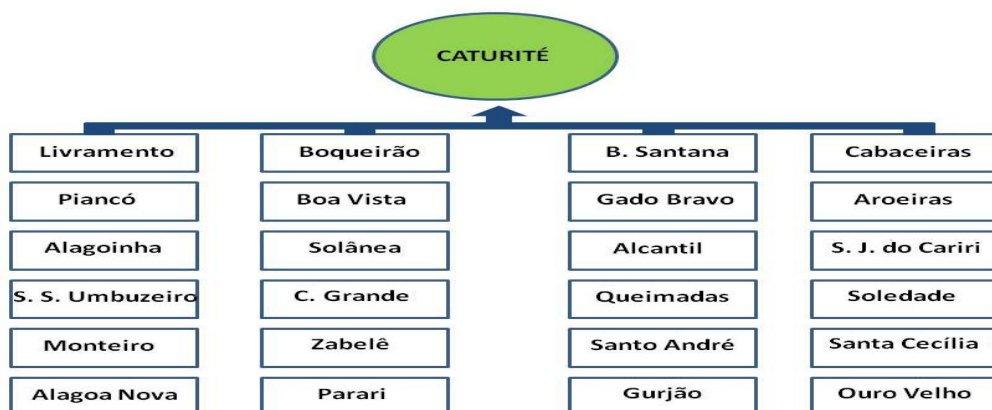
Constata-se uma concentração dos fornecedores na própria Mesorregião de localização da COAPECAL, em particular na microrregião onde se situa o município de Caturité, a Microrregião do Cariri Oriental, com quase 55% do total dos fornecedores da mesorregião (v. Tab. 1 e fluxograma 1). Por outro lado, verifica-se também a extrapolação da área de influência da COAPECAL, uma vez que mais de 40% dos fornecedores de leite estão inseridos na Mesorregião do Agreste Paraibano, em municípios das microrregiões de Umbuzeiro, Campina Grande, Curimataú Oriental, Brejo Paraibano e Guarabira. Por conseguinte, pode-se falar na formação de uma rede formada por produtores rurais à montante do processo produtivo e articulada à Cooperativa.

Tabela 1 - Fornecedores de leite para a COAPECAL, por Mesorregião, Microrregião e Município

Mesorregião	Microrregião	Município	Total de Fornecedores	%
Borborema	Cariri Oriental	Caturité	62	8,4
Borborema	Cariri Oriental	Boqueirão	97	13,2
Borborema	Cariri Oriental	Boa Vista	9	1,2
Borborema	Cariri Oriental	Barra de Santana	120	16,3
Borborema	Cariri Ocidental	Ouro Velho	31	4,2
Borborema	Cariri Oriental	Gurjão	31	4,2
Borborema	Cariri Ocidental	Pararí	28	3,8
Borborema	Cariri Oriental	Cabaceiras	2	0,3
Borborema	Cariri Oriental	São João do Cariri	27	3,7
Agreste Paraibano	Brejo Paraibano	Alagoa Nova	7	1,0
Borborema	Cariri Oriental	Alcantil	41	5,6
Agreste Paraibano	Umbuzeiro	Aroeiras	2	0,3
Agreste Paraibano	Umbuzeiro	Gado Bravo	103	14,0
Agreste Paraibano	Campina Grande	Queimadas	29	4,0
Agreste Paraibano	Curimataú Ocidental	Soledade	38	5,2
Agreste Paraibano	Umbuzeiro	Santa Cecília	23	3,1
Borborema	Cariri Oriental	Santo André	12	1,6
Borborema	Cariri Ocidental	Zabelê	37	5,0
Borborema	Cariri Ocidental	Monteiro	1	0,1
Agreste Paraibano	Campina Grande	Campina Grande	14	1,9
Borborema	Cariri Ocidental	São Sebastião do Umbuzeiro	14	1,9
Agreste Paraibano	Curimataú Oriental	Solânea	2	0,3
Agreste Paraibano	Guarabira	Alagoinha	1	0,1
Sertão Paraibano	Piancó	Piancó	2	0,3
Borborema	Cariri Ocidental	Livramento	1	0,1
Total de Fornecedores			734	100,0

Fonte: COAPECAL, Novembro de 2008

Fluxograma 2: Áreas fornecedoras de leite para a COAPECAL



Todo o leite fornecido é levado para o beneficiamento na usina de beneficiamento da cooperativa que se localiza numa localidade da zona rural de Caturité, conhecida como Bodopitá (v. foto 5 e 6).



Foto 5: Usina de beneficiamento da COAPECAL
Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.



Foto 6: Usina de beneficiamento da COAPECAL.

Até o início de 2005, todo o leite era transportado por vários meios de transportes a exemplo de camionetas, carros de boi e até mesmo bicicletas, conforme a produção do pecuarista. Atualmente, a cooperativa envia um carreteiro¹⁸ que se encarrega de pegar o leite no curral dos produtores e de levar para os postos de coleta dotados de uma unidade de armazenamento e resfriamento do leite. Após finalizada a fase do descarregamento do leite nesses postos, o mesmo é levado em caminhões isotérmicos (ver foto 7) para a usina de beneficiamento.



Foto 7: COAPECAL - Descarregamento do leite na usina de beneficiamento. Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

¹⁸Os carreteiros são os funcionários da Cooperativa que realizam o transporte do leite dos rebanhos dos produtores desde o Curral até a usina de beneficiamento.

Em se tratando das formas de pagamento realizadas pela COAPECAL e pelo Programa Fome Zero ao produtor rural, constatamos o seguinte: a) a cooperativa paga R\$0,70 por cada litro de leite ao produtor¹⁹; o pagamento é realizado em espécie e por quinzena, na própria unidade industrial da cooperativa, localizada na zona rural de Caturité; b) o Programa Fome Zero paga por cada litro de leite adquirido, um valor de R\$1,15 dos quais, como foi mencionado acima, R\$ 0,70 é repassado ao produtor rural, ficando R\$ 0,45 para a cooperativa.

Todo o repasse do dinheiro ao produtor rural fornecedor de leite é realizado por meio das associações dos produtores rurais aos quais estes estão associados. Assim, o sistema funciona em cadeia: o total dos recursos é repassado pelo Governo Federal para a cooperativa, que repassa para as associações, através de seus presidentes, que repassam ao produtor rural, conforme a quantidade de leite fornecido

Verifica-se, deste modo, uma articulação em rede, tanto no processo produtivo como na forma de pagamento.

3.2.3.2 Articulação à jusante do processo produtivo.

Após o processo de industrialização do leite, este e os produtos derivados passam para o setor de empacotamento que é feito de forma mecânica na unidade industrial. Em seguida, tanto o leite destinado ao Programa Fome Zero como o que será comercializado pela cooperativa por fora do programa, juntamente com os produtos derivados do leite que a COAPECAL produz (queijo, manteiga, doce de leite, qualhada, bebida láctea, requeijão, leite pasteurizado tipo B e C), são colocados em caminhões baús com sistema de resfriamento e são levados diretamente ao destino.

No tocante às localidades atendidas pelo Programa Fome Zero, esses produtos são levados para um posto de distribuição situado no município de Campina Grande e de lá são distribuídos entre as famílias cadastradas nos mais diversos bairros desse município. Com relação ao mercado aberto, esses produtos são levados até o local onde se encontram os compradores, com base na orientação que é fornecida pelos sócios gestores da unidade industrial e pelo escritório da COAPECAL, situado em Campina Grande.

Os produtos industrializados pela COAPECAL são distribuídos por quase todo o território paraibano, desde os grandes até os pequenos municípios do estado.

¹⁹ Valor pago em dezembro de 2008, sem nenhum reajuste até a presente data(julho de 2009)

Objetivando a busca de novos mercados, no final de 2004 e início de 2005, a cooperativa adquiriu um galpão na cidade de João Pessoa, onde também se instalou e passou a comercializar seus produtos. Já no início de 2006, a COAPECAL alcançou os mercados dos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Atualmente, a cooperativa possui centros ramificados de distribuição dos seus produtos, equipados com uma boa estrutura de câmaras frias nas cidades de Campina Grande-PB, estando também, nessa cidade, situada a sua sede administrativa, também possui um centro de distribuição em João Pessoa-PB, Natal-RN e Recife-PE. Os centros de distribuição das cidades de Natal e Recife ainda são prédios locados pela cooperativa, mas que possuem estruturas próprias de câmara fria.

Mapa 2: Áreas de alcance da comercialização dos produtos beneficiados pela COAPECAL no território nordestino.



Fonte: http://www.adimapas.com.br/detalhe_empresas.asp?ProdCod=159

Em novembro de 2008, a COAPECAL já possuía uma grande quantidade de clientes das mais variadas cidades paraibanas e de algumas outras cidades da região Nordeste. No quadro 2 em anexo, elencamos alguns dos principais clientes da cooperativa, por cidade e o valor mensal de suas duplicatas para a aquisição dos produtos Cariri. Da análise desses dados apreende-se que as cidades de Recife (PE) e Campina Grande (PB) concentram o maior

número de clientes dos produtos da COAPECAL (248 clientes), seguidas de João Pessoa (PB) e Natal (RN). No que se refere ao valor obtido com a comercialização, considerando as duplicatas relativas ao mês de novembro de 2008, Campina Grande continua na liderança, com R\$188.993,71, que representam 56,61% da arrecadação com a comercialização dos produtos nos quatro municípios analisados, seguida de João Pessoa com 74.583,96 (22,34%), Recife com 58.616,38 (17,56%) e Natal com 11.674,74 (3,5%) (v. quadro 2 em anexo). Os supermercados e mercadinhos são os clientes mais numerosos, porém, os produtos são também adquiridos por hotéis, hospitais, padarias, restaurantes e lojas varejistas de alimentos (v. quadro 2 em anexo).

A utilização da *internet* e de outros meios de comunicação, a exemplo da telefonia fixa e móvel, são indispensáveis no dia-a-dia da cooperativa. Através deles é possível garantir a manutenção dos contatos diários e em tempo real com clientes de todas as cidades que formam a rede situada à jusante do processo produtivo (ver foto 8).



Foto 8: Serviço de atendimento da COAPECAL. Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

Pode-se afirmar, com base no que foi exposto, que a COAPECAL está inserida na atual fase técnico-científica informacional do mundo globalizado, onde não basta apenas produzir, sendo de extrema importância preocupar-se com a circulação dos produtos.

Conforme Santos (1997: p 214):

Como, no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a exportação de uma determinada situação.

Como o transporte dos produtos comercializados pela COAPECAL são, como foi demonstrado anteriormente, realizados em transportes adquiridos com os recursos próprios da cooperativa (ver foto 9) e por meio de financiamentos bancários, ela não necessita terceirizar este serviço. Desse modo, a cooperativa tem conseguido aumentar a oferta de emprego na própria localidade. De fato, grande parte dos motoristas que prestam serviço à COAPECAL reside no município de Caturité, onde ela encontra-se inserida.

Considerando as articulações para trás e para frente do processo produtivo da COAPECAL, pode-se também afirmar que ela construiu um sistema de redes que integra o território de Caturité internamente, através da ligação que promove entre o campo e a cidade, e externamente, através da ligação que realiza com os municípios do Cariri, do Agreste e Sertão Paraibanos e ainda com municípios de outros estados do Nordeste a exemplo de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.



Foto 9: COAPECAL - Baú refrigerado que transporta os produtos industrializados pela cooperativa.

Arquivo: Eduardo Ernesto do Rego, Caturité, 2009.

Ainda em se tratando da discussão sobre redes e nós associadas ao estudo da COAPECAL podemos considerar que o principal objetivo das redes é conectar os pontos (nós), diminuindo assim as distâncias entre as nações, corporações e indivíduos, nesse sentido a principal função das redes é viabilizar a comunicação e circulação de pessoas, idéias e mercadorias, proporcionando assim a construção de uma “ponte” entre as áreas, mesmo entre as mais longínquas do espaço geográfico.

Conforme Castelles (1999: p. 566), “Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta.”

No período atual, é possível verificar que o grande objetivo das organizações é aumentar a fluidez, ou seja, ampliar a sua capacidade técnica de expandir idéias, informações, e mercadorias para áreas cada vez mais distantes de sua dinâmica reticular, contribuindo, dessa forma, para formar instituições solidificadas frente ao mercado competitivo e globalizado, onde, o isolamento produtivo resulta na falência dessas organizações.

Nessa perspectiva, afirma Santos (1997: p. 218):

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagem, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade.

Mesmo estando inserida em todas as áreas, as redes técnicas são altamente seletivas, ou seja, nem todos os territórios dispõem das mesmas capacidades técnicas. Nessa perspectiva, afirma-se que as redes são heterogêneas e adentram nos territórios conforme a capacidade dos mesmos em atrair e manter as mesmas, dessa forma as áreas que não dispõem de uma infraestrutura atraente e são desprovidas de vantagens locacionais, não se constituem em áreas convidativas para a inserção e desenvolvimento das técnicas.

Conforme Santos (1997 p 213), “(...) o espaço permanece diferenciado e esta é uma das razões pelas quais as redes que nele se instalam são igualmente heterogêneas”.

Torna-se interessante reafirmar ainda sobre as redes, que as mesmas são representadas como um suporte para a gestão plena dos territórios, das organizações e dos atores sociais que necessitam manter o seu domínio e poder de atuação e expansão. Nesse contexto, a COAPECAL insere-se como uma cooperativa que utiliza de forma coerente e intensiva as redes para se expandir pelo território paraibano e por outros estados, seja na aquisição de matéria prima necessária para a fabricação dos produtos, seja para a distribuição e comercialização dos mesmos, o que possibilita essa organização a manutenção de sua abrangência territorial na atualidade.

Ainda nessa perspectiva, os nós são considerados como as áreas que funcionam como pontos de apoio para o funcionamento de todo o processo produtivo e comercial desenvolvido por essa cooperativa, a não funcionalidade dessas redes e a não existência desses nós impossibilita o funcionamento da mesma, tendo em vista que na atualidade as redes vêm se constituindo em uma importante estratégia para fazer com que os atores sociais e as organizações possam manter o seu poder de atuação e inserção em novos territórios, dessa

forma só os empreendimentos que investem constantemente em seus sistemas de transportes e comunicações conseguem se destacar e auferir uma maior margem de lucros com a circulação de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa foi possível constatar que os termos cooperação e cooperativismo, embora utilizados rotineiramente como sinônimos, são diferentes, uma vez que a cooperação é algo inerente à socialização humana no decorrer do seu processo de desenvolvimento histórico; já o cooperativismo é um movimento que surgiu com os ideais socialistas no final do século XIX, na Europa, e que tinha como meta principal possibilitar à classe operária uma sobrevivência mais digna em meio às desigualdades sociais proporcionadas pelo sistema capitalista.

O cooperativismo foi abordado em diferentes perspectivas, desde o socialismo utópico passando pelo pensamento marxista, e também através do pensamento anarquista. Este resgate nos proporcionou um conhecimento maior das diferentes visões sobre o sentido do cooperativismo nos permitindo assim entender as contradições presentes no sistema cooperativo implantado no interior de formações sociais capitalistas como a nossa.

No contexto do cooperativismo desenvolvido no Brasil ressaltamos a contribuição das experiências trazidas para esse país pelos imigrantes alemães e italianos que colocaram em prática os ideais cooperativistas que viram despertar nos seus países de origem e no restante da Europa. É interessante destacar que o cooperativismo brasileiro sempre esteve atrelado e manipulado pelo poder estatal, principalmente até a década de 1980, quando este movimento passa a ser praticado com uma menor influência do poder governamental. Na década de 1980 também vemos surgir no país várias cooperativas de caráter popular constituídas por trabalhadores rurais e urbanos. Todas as cooperativas surgidas durante esse período já vão ser norteadas pela lei numero 5.764 implantada na década de 1970 e que traça os parâmetros do cooperativismo brasileiro.

No tocante ao cooperativismo desenvolvido em cada região do país observa-se um desenvolvimento diferenciado das práticas cooperativistas, sendo as regiões Sul e Sudeste as que apresentam um maior número de cooperativas e de sócios cooperados e as regiões Norte e Nordeste as que apresentam um menor número. O cooperativismo nordestino distingue-se pela forte ligação com as forças políticas e com as elites dominantes, o que o caracteriza como um cooperativismo que tem como meta principal favorecer as classes mais abastadas e não a de realizar uma mudança nos pilares sócio-econômicos da classe trabalhadora rural e urbana.

Verifica-se também que na atualidade o Brasil apresenta uma grande diversidade de cooperativas em seu território, desde as cooperativas de consumo, educação, crédito e saúde, até as novas modalidades de cooperativas pautadas na atividade do turismo e de transportes, o que é demonstrativo da grande dimensão alcançada por este movimento no Brasil.

Um último elemento que observamos é a necessidade de um cooperativismo integrado onde todas as cooperativas possam se unir em prol de seu objetivo maior que é melhorar a qualidade de vida dos que se inserem nessas organizações, só dessa forma é que o cooperativismo terá como substituir a realidade excludente proporcionada pelo sistema capitalista por uma sociedade mais igualitária. Isto não significa que o cooperativismo em si seja capaz de quebrar o modelo de desenvolvimento vigente no país.

Com relação à discussão sobre o cooperativismo e as corporações pudemos constatar que na atualidade muitas cooperativas vêm se configurando como verdadeiras corporações a serviço do grande capital, tendo em vista que são organizações que não seguem os princípios do cooperativismo e se utilizam das estratégias adotadas pelas grandes empresas privadas para poder se sobressair no mundo atual e conseguir se manter frente as concorrentes.

No que diz respeito a discussão realizada em torno da formação de território pela COAPECAL em Caturité- PB foi possível desvendarmos várias questões. Uma primeira refere-se à contribuição dada pelo cooperativismo materializado nessa cooperativa agropecuária para que o território de Caturité se sobreponha e se reproduza em outros territórios deste estado. Nessa perspectiva, essa territorialização, *a priori*, se dá através da aquisição do leite oriundo dos mais variados municípios paraibanos para a usina de beneficiamento da COAPECAL, e na distribuição dos produtos industrializados pelos vários estabelecimentos comerciais localizados em grande parte dos municípios que comercializam os produtos Cariri.

Em ambos os casos citados a COAPECAL vem atuando como uma organização que extrapola as suas dimensões territoriais e se insere em outras áreas, independente das fronteiras impostas do ponto de vista político- administrativo. Esse fenômeno é comum no atual modo de produção capitalista onde o capital consegue monopolizar territórios sem respeitar fronteiras e moldá-los para o atendimento de suas necessidades.

A territorialização da COAPECAL também é sentida através do poder por ela exercido através do seu circuito produtivo que articula o campo e a cidade.

Diante de tudo o que foi posto entende-se que de fato o conceito de território se materializa através da expansão da COAPECAL e da rede que ela construiu unindo pontos de produção-transformação-circulação-comercialização.

Outro aspecto que também foi possível constatar com o desenvolvimento desse trabalho refere-se à importância da cooperativa para o dinamismo do território de Caturité, principalmente para a zona rural do município, tendo em vista que a COAPECAL é considerada a organização que mais empreende e dinamiza essa localidade no tocante a circulação de renda, ao aumento do poder de compra dos cooperados e funcionários diretos e indiretos da cooperativa, e a oferta de empregos na esfera municipal. Ainda nesse contexto, é importante ressaltar que essa cooperativa vem contribuindo para uma maior valorização da prática da pecuária leiteira em Caturité e para a ascensão econômica dos produtores familiares que para ela vendem sua produção leiteira. A COAPECAL também vem desempenhando papel importante para a transformação nas práticas e métodos da atividade pecuária, a exemplo dos métodos inovadores de ordenha, alimentação balanceada para os rebanhos leiteiros, e campanhas de vacinação contra doenças que afetam esse gado na região.

Faz-se interessante enfatizar o empenho dos sócios fundadores da COAPECAL para que a mesma conseguisse se manter em funcionamento no início do empreendimento. Sendo que além do esforço desses sócios cooperados, constatou-se com essa pesquisa outro elemento que resultou na expansão dessa cooperativa e na sua territorialização. Trata-se da implantação do Programa Fome Zero em 2003, sendo esse programa o grande influenciador para que a cooperativa conseguisse alocar recursos e investir dessa forma em seu processo produtivo com a modernização de seus equipamentos e ampliação do poder de alcance territorial. Dessa forma, é constatado o importante papel de uma política pública estatal para que essa cooperativa conseguisse ganhar força de expansão no território paraibano.

Também ficou evidente a que, devido à grande expansão dessa cooperativa, ela vem adotando muitas das estratégias capitalistas, o que tem contribuído para descaracterizar a mesma do ponto de vista da adoção dos princípios do cooperativismo os quais resgatamos entre os teóricos clássicos e contemporâneos no primeiro capítulo.

Entretanto, mesmo com a descaracterização da cooperativa nos moldes de uma cooperativa que adota todos os princípios do cooperativismo, é possível observar algumas diferenças marcantes dessa organização com as empresas privadas da região. Isto porque a COAPECAL depende da organização de um conjunto de sócios e dispõe da ideologia de transformação da realidade rural dos produtores familiares pecuaristas de Caturité. Ideal esse

que vem conseguindo ser posto em prática tendo em vista que constatamos uma melhoria significativa na qualidade de vida dos produtores rurais da localidade e a ampliação da geração de emprego e renda com esse empreendimento.

Em linhas gerais essas foram as questões principais que conseguimos desvendar com o desenvolvimento dessa pesquisa. Muitas outras questões relacionadas a esse objeto de estudo poderão ser respondidas em um futuro trabalho de doutorado que pretendemos desenvolver e que, devido a nossa delimitação temática e temporal, não foram analisadas de forma aprofundada nessa dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José B. de.; MASCAREÑO, Raquel M. P.; MAIA, Wema D'gma do O' Lucena. *Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo*. Artigo aceito para publicação na Revista Psicologia e Sociedade.

Disponível em : http://www.cchla.ufpb.br/pospsi/drvs/producao_artigos/1999-ConsidNOrtodoxasSobreCooperativasECOoperativismo.pdf

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez / Unicamp, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre e afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo, Ed. Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. **Geografia Econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Geografia, Ciência da Sociedade: Uma introdução á análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1990.

BICALHO, Luís. *Reestruturação Produtiva*. Texto 4 . 8a. Plenária da CUT, 1996.

BUONFIGLIO, Maria Carmela. *Reestruturação produtiva e o renascimento da resistência dos trabalhadores nos anos 90*. **Política e Trabalho 13 - Setembro / 1997** - pp. 19-54. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/resistencia.htm>

BOGARDUS, Emory. **Cooperação: Princípios**. São Paulo: Editora Lidor, 1964.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Reestruturação produtiva e condições sociais Salvador: Caderno CRH*, Colección CRH, n. 35, p. 123-149, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://sala.clacso.edu.ar/gsd1252/cgi-bin/library?e=d-000-00---0crh--00-0-0--0prompt-10---4---0-11--1-es-50---20-about---00031-001-1-OutfZz-8-00&cl=CL2&d=HASH5066bb1577198d50dbfc78.1>=1>

CASTRO, Ana Célia. **Nonas Tendências do Agribusiness Internacional**. In: CASTRO, Iná Elias (org). **Redescobrimo o Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da Pós-Modernidade** (Universidade de Paris-Sorbonne). Tradução e revisão: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rógerio Haesbaert. *Géographies et culture*, No 20, L'Harmattan: Paris, 1996.

CORADINI, Odacir Luiz. & FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura. Cooperativa e multinacionais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Co-operativismo: O princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho.** 1ª ed. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

CASTELLES, Manuel. **A sociedade em rede.** 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORADINI, Odacir Luiz & FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais.** Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1992.

COSTA, Luciano de Souza. *O cooperativismo: uma breve reflexão teórica.* **Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11 : 55-64 2º sem. 2007. Disponível em:

<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%20E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%20E3o%20te%20F3rica.pdf>

COSTA, Caio Túlio. **O que é o anarquismo.** 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELLA TORRE, Maria Benedita Lima. **O homem e a sociedade: uma introdução a sociologia.** 13ª ed. São Paulo: Nacional, 1985.

DUQUE, Ghislaine. **O Programa do leite:** agricultura familiar, segurança alimentar e controle social. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

FARIAS, João Araújo. **Programa de Educação Cooperativa para Técnicos em Agropecuária.** 2ª ed. Campina Grande – PB: Publicação do Departamento de Educação Cooperativista da ASTECOOP, 1986.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Revista Katálysis vol.10 no. 1 Florianópolis Jan./Jun 2007

HESBAERT, Rógerio. **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, Domingos, SPOSITO, Elisieu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2002.** Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Contagem da População 2007.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo, Cortez / Autores associados, 1981 (*Coleção Teoria e Práticas sociais*).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTINS, Adalberto (org). *O cooperativismo no pensamento marxista.* (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao) São Paulo: CONCRAB, **Caderno das Experiências Históricas de Cooperação** No. 2., junho 2000.

MARX, K. & ENGLER, F. **Obras escolhidas.** Tomo II. Lisboa: Edição Avante, 1983.

MELO, José Octávio de Arruda. **Historia da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: União Editora, 1994.

MONZON CAMPOS, J.L. *Las cooperativas de trabajo asociado en la literatura económica y en los hechos*. Colección **Tesis** Doctorales. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. Valencia, 1989.

NAMORANDO, R. *Cooperativismo – um horizonte possível*. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>. Acesso: 15 de dezembro de 2008.

NOVAES, José Roberto P. **Cooperativismo: Acumulação e mudança social**. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

NUNES, Lúcia Bucar. **Sociedades cooperativas**: Como funcionam essas empresas facilitadoras de negócios, cooperativas de crédito mútuo e rural, cooperativas de produção agropecuária. Brasília: SEBRAE/N, 1993.

OCB. **Anuário do Cooperativismo 2002**. Brasília: OCB, 2002

OCESC. **O cooperativismo catarinense**. 2ª Ed. Florianópolis: Organização das Cooperativas do estado de Santa Catarina (OCESC). Coleção História do Cooperativismo, 1991.

OLIVEIRA, F. C. A Decadência da agricultura irrigada em Boqueirão: O caso da tomaticultura. In: II SEMAGEO, 2005, João Pessoa. II SEMAGEO. João Pessoa: UFPB, 2006. v. 1. p. 14-27.

PAGOTTO, Claudete. *COOPERAÇÃO: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista*. **Revista Espaço Acadêmico** No. 45, Fev. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm>

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente Solidária**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18ª Ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente Solidária*. Disponível em: http://www.divabenevidespinho.ecn.br/novo2/artigos_detalhe.asp?id_artigo=38. Acesso em: 15/04/2009.

PINHO, Diva B. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira, Manual de Cooperativismo**, v. 3. São Paulo: CNPq, 1996.

PIRES, Maria L. L. e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana Editora, 2004.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **A questão agrária**. 3ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980

KLAES, L. S. *Cooperativismo e Ensino à Distância*. Florianópolis, UFSC, 2005. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção.

KROPOTKIN, Peter. **Uma nova sociedade**. In: SELIGMAN, E. R. A. et al. **Economia e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Redes Associativas. **Praticando o Associativismo**. Brasília: Edição SEBRAE, 2001.

Rede de Universidades das Américas para estudos cooperativos e associativos – Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

REGO, Carlinda Ernesto. **A importância do açude Epitácio pessoa e suas implicações sociais e ambientais para a cidade de Boqueirão**. (Especialização em análise ambiental no ensino de geografia). Campina Grande – PB: UEPB, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton (org). **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCOPINHO, R. A. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais*. **Psicologia & Sociedade** v.19, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, João Elmo. *O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro*. In LOUREIRO, Ma. R.. São Paulo, Cortez/Autores Associados, p. 11-40, 1981.

Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo SESCOOP/GO. **Cooperativismo passo a passo**. 7ª. Ed. Goiânia, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território**: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da.; CORRÊA. R. Lobato (orgs.). **Geografia Conceitos e temas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TEIXEIRA, Tania Cristina e DOMINGO, Amparo Soler. *La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencias y desafíos en el Siglo XXI*. In CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, nº 43, extraordinario, noviembre 2002, pp. 205-226.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão**. Saúde sociedade vol.12 no. 1, São Paulo, Jan./Jun. 2003

WOODCOCK, George. **Anarquismo**: Uma história das idéias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM Editora Ltda, 1975.

Outros sites consultados:

<http://www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/2a.htm>

<http://www.marxisismovivo.org/cecilia7port.html>.

<http://economiasocialistads.blogspot.com/2007/08/marx-e-economia-socialista-o-centro-do.html>

<http://www.espaçoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm>

<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/principios-metodologicos>

http://www.adimapas.com.br/detalhe_empresas.asp?ProdCod=159

ANEXO

Anexo

**Quadro 2 - Principais clientes da COAPECAL por cidade e valor mensal da duplicata
Mês / Novembro de 2008.**

Cidade	Cliente	Valor mensal da duplicata / Novembro de 2008 – em reais
CAMPINA GRANDE		
1	Panificadora Pão Nosso	1.495, 75
2	Rede mais Supermercado - Centro	347, 60
3	Rede Compras Loja 3	4.615, 90
4	Rede Compras Loja I	8.940, 76
5	Rede Compras loja I	8.940, 76
6	Supermercados Ideal - Canal	13.129, 00
7	Supermercados Ideal - Feira	5.597, 80
8	Fundação Assistencial da Paraíba - FAP	1.786, 30
9	Bom Preço Supermercados do Nordeste-B20	3.417, 39
10	Bom Preço Supermercados do Nordeste-B29	2.148, 39
11	O Baratão	1.917, 20
12	Supermercados Tropeiros	3.557, 39
13	Carrefour - Torre	2.736, 40
14	Rede Bairro	2.736, 40
15	Extra Bom	4 2.900,00
16	Bom Preço Supermercados do Nordeste-B28	458, 00
17	Seminário S. João Maria Vianney	438, 00
18	Hospital Antonio Targino	252, 00
19	La-Suissa	3.135, 00
20	Vitória – São José da Mata	1.511, 90
21	ONIGRAT- Hotel	225, 00
22	Supermercado Belo Preço	258, 20
23	Verdão Tropical LTDA	98, 40
24	Mercadinho São João	207, 00

25	B.J.KD. Mercadinho LTDA	394, 00
26	Varejão J.P. LTDA	490, 00
27	Mercadinho Santa Rosa	698, 00
28	Mercadinho Central G.F. LTDA	884, 10
29	R. A . Vieira	350, 80
30	M.B. Aguiar Mercadinho	97, 50
31	Mercalopes LTDA	398, 00
32	J.E.E. Alimentos	247, 20
33	Avenida Comércio	616, 20
34	Tribuna Comércio	275, 00
35	Caetés Comércio	392, 40
36	Varejão Paulista	667, 00
37	TURCA	154, 00
38	Supermercados Bom Demais	486, 00
39	Mercadinho Paulo Sergio	523, 10
40	Hiper Barato	112, 00
41	Varejão Estivas Brasil	159, 20
42	G.S. Fonseca Mini mercadinho	423, 60
43	Super Mais	330, 00
44	Supermercado Fenix	183, 60
45	Mercadinho Beira Rio LTDA	163, 20
46	Grande Supermercado LTDA	1.065, 80
47	Supermercado Só Viver	626, 30
48	Leve Mais	2.440, 40
49	O Barateiro	100, 80
50	Compre Mais Cruzeiro	599, 00
51	Mercadinho Iguaçu	84, 00
52	Mercadinho Pinheiros LTDA	454, 20
53	M.A . L. P. Comercio Varejista LTDA	731, 00
54	Veneza Supermercado	278, 40
55	Djalma Melo- Supermercado	806, 40
56	Mercadinho Dois Irmãos II	660, 00

57	Casa do Varejista LTDA	2.007, 20
58	Supermercado Soberano	2.368, 70
59	S & S Supermercado LTDA	711, 00
60	Mercadinho Dois Irmãos I	627, 00
61	Supermercado STTYLLO	254, 60
62	Diniz Barros LTDA	136, 80
63	Pão e Leite	1.161, 40
64	Mercadinho Expedito	1.729, 80
65	ENOCIL	1.120, 60
66	Divi Divi Plaza Hotel	244, 15
67	Hotel Monza	1.060, 27
68	Supermercado Boa Compra	254, 60
69	Paulo F. Mercadinho	280, 00
70	Mercadinho Máximo LTDA	157, 60
71	Supermercado Suassuna	135, 80
72	Posto de Serviços da Fonte LTDA	295, 20
73	Panificadora Santiago LTDA	141, 00
74	R.B. Aguiar Mercadinho	140, 00
75	Panificadora A . Selma	254, 60
76	Panificadora Mercadinho ME	146, 05
77	Panificadora Brasília LTDA	507, 80
78	J.P.A . A . Comercio Varejista e de Alimentos	425, 80
79	Supermercado Popular	399, 80
80	Panificadora Panorama	509, 70
81	Gomes Silva Panificadora e Mercadinho	240, 20
82	Mercadinho Pães e Filhos	301, 40
83	Supermercado Rio Grandense	1.441, 65
84	Mercadinho Beira Rio	433, 60
85	Supermercado IBS	159, 00
86	Conval Comércio de Alimentos	615, 70
87	Severina Iraci - Mercadinho	119, 00

88	Padaria Miria Cabral LTDA	168, 80
89	ACF dos Santos Souza Comercial	175, 30
90	Mercadinho Mais você	542, 60
91	E.F. da Silva Alimentos	199, 00
92	JR do Nascimento	289, 00
93	Supermercado Camila	715, 50
94	Praia Mar Hotel	952, 00
95	Panificadora Camila LTDA	169, 80
96	Supermercado Maria LTDA	529, 80
97	Mercadinho- Rui Roberto Pereira	658, 50
98	Panificadora Ipiranga	480, 80
99	Orlando Lima e Silva	170, 40
100	Mercadinho Leite e Amorin LTDA	84, 00
101	Mercadinho Castanhal	662, 40
102	A . Melo da Silva - Mercadinho	123, 60
103	S & F Mercadinho LTDA	116, 40
104	B.J.K.D. Mercadinho LTDA	341, 00
105	Makro - Campina	11.345, 80
106	Supermercado Viver LTDA	297, 20
107	Supermercado Super Mais Loja II	1.182, 30
108	Supermercado Super Mais Loja I	300, 40
109	Supre Mais Loja II	289, 10
110	Ki Preço LTDA	268, 50
111	G. Mais L. IV	149, 20
112	Mercadinho Agreste LTDA	141, 50
113	Mercadinho Santo Expedito	123, 00
114	Mercadinho Tavares LTDA	412, 80
115	Mercadinho Santiago	2.139, 00
116	Poupe Mais	1.958, 90
117	Mercadinho E. C. LTDA	639, 40
118	Supermercado La Minha LTDA	524, 00
119	Varejão 7 Mares LTDA	378, 40

120	Supermercado X6 LTDA	593, 40
121	M.M. Borba Mercadinho LTDA	68, 80
122	Mercadinho Vencedor	1.035, 50
123	Mercadinho Extra	224, 20
124	Varejão Cavaleiro	262, 50
125	Mercadinho Terra Verde LTDA	409, 90
126	Comercial Silva Estivas	110, 30
127	IDEL Mercadinho	56, 90
128	JB Santana Mercadinho	240, 00
129	Mercadinho Econômico	1.631, 90
130	Motel Executivo	101, 25
131	Farias Alimentos LTDA	160, 80
132	Beira Mar Alimentos LTDA	558, 40
133	Makro Atacadista	9.516, 80
134	Panificadora Conceição	491, 20
135	JM Oliveira de Souza	167, 90
136	F.H. Soares Minimercadinho	184, 80
137	Mercadinho Fonseca I	467, 00
138	Mercadinho Fonseca II	300,80
139	E.C. Silva Supermercado	292, 40
140	Comercial Estivas LTDA	468, 80
TOTAL		188.993,71
JOÃO PESSOA		
1	Netuanah	1.169,70
2	BEM MAIS – RS	9.666,46
3	BEM MAIS - Bancários	7.212,20
4	BEM MAIS – Mangabeira I	4.980,20
5	KI – Preço - Tibirí	777,80
6	BEM MAIS – Mangabeira 4	3. 315,55
7	KI- Preço - Bayeux	512,40
8	KI- Preço – Varsea Nova	374,60
9	KI – Preço – Cruz das Armas	1.152,20

10	AMBAÇADOR	1.929,82
11	Magia do Trigo	1.296,71
12	Super Box Brasil	1.971,00
13	Menor Preço – Bairro dos Estados	1.971,00
14	Menor Preço – Bairro dos Estados	1.290,00
15	Flor do Trigo	2.090,31
16	Flor das Neves	854,00
17	Seminário	854,00
18	UNIMED	7.385,80
19	Hotel Tambaú	3.084,00
20	Pão de Açúcar - Miramar	917,35
21	Pão de açúcar - Bessa	839,85
22	Carrefour	8.355,22
23	Memorial São Francisco	157,50
24	MEM MAIS – Cruz das Armas	2.560,85
25	Pronto Socorro	294,00
26	Hospital Laureano	3.374,00
27	Picuf Praia	147,00
28	Xenius	1.109,86
29	Marinas	1.575,40
30	Ouro Branco Praia Hotel	3.282,00
31	BEM MAIS – Jose Américo	3.393,00
32	Salute	434,00
33	Saranga	196,00
34	Santiago	525,00
35	Pousada Bela Praia	524,60
36	Extra - JP	1.476,55
37	KI – Preço – Oitizero	111,60
38	BEM MAIS - Oitizero	2.013,05
39	BORA BORA	140,00
40	Mercadinho João Pessoa	437,25
41	Panificadora Vasconcelos	875,52

42	Panificadora Pan-America	532,96
43	Hotel Faraó	1.642,50
44	Adega do Hotel	441,50
45	Nobre Sabor	336,00
46	Tabua de Carne	987,00
TOTAL		74.583,96
NATAL – RN		
1	Bira Alimentos	780,00
2	Pão e Leite	1.212,10
3	Expedido Mercadinho	2.176,50
4	ENOCIL	2.103,50
5	Divi Divi Plaza Hotel	180,00
6	Hotel Monza	1.716,24
7	Baratão	316,00
8	Mercadinho Pinheiro	143,80
9	Supermercado do Rio Grandense	2.407,60
10	Praia Mar Hotel	196,00
11	Castanhal loja I	200,00
12	Castanhal loja II	189,00
13	Motel Executivo	54,00
TOTAL		11.674,74
RECIFE – PE		
1	Carrefour - Torre	4.390, 00
2	Carrefour - Ibiribeira	4.250,00
3	Supermercado Belo Preço	297,30
4	Verdão Tropical LTDA	110,00
5	Mercadinho São João	353,30
6	B.J.K.D. Mercadinho LTDA	847,10
7	Varejão J.P. LTDA	521,60
8	Panificadora Karla LTDA	509,60
9	Mercadinho Santa Rosa	818,40
10	Mercadinho Central C.F. LTDA	927,20
11	Supermercado Astral	362,80

12	Mercadinho Nova Aliança LTDA	316,80
13	R.A. Vieira	160,00
14	M.B. Aguiar Mercadinho	269,20
15	Mercadinho Lopes LTDA	514,40
16	J. E. E Alimentos	477,60
17	Avenida Comércio	697,80
18	Paulista JN Alimentos	105,40
19	Tribuna Comércio	327,80
20	Caetés Comércio	334,40
21	Varejão Paulista	679,80
22	Supermercado Bom Demais	857,00
23	Paulo Sergio - Mercadinho	345,00
24	Supermercado do Lar	376,00
25	Hiper Barato	293,40
26	Varejão Estivas Brasil	172,70
27	Super Mais	386,20
28	Supermercado do Fenix	279,60
29	Mercadinho Granja Soberana	380,20
30	IBIS Supermercado	148,55
31	Mercadinho Beira Rio LTDA	247,20
32	Grande Supermercado LTDA	1.885,60
34	Supermercado Só Viver	1.202,80
35	Panificadora e Mercadinho Farias Cabral	263,00
36	Leve Mais	4.602,80
37	O Barateiro	117,60
38	Mercadinho Pinheiros LTDA	468,60
39	M.A.L.P. Comercio LTDA	1.102,80
40	Panificadora Karol I	280,80
41	Veneza Supermercado LTDA	362,00
42	Djalma Melo de Sá	885,60
43	Mercadinho dois irmãos	1.303,60
44	Casa do varejista LTDA	2.997,60

45	Supermercado Soberano	1.124,00
46	Mercadinho Dois Irmãos II	800,60
47	Mercadinho Rio Branco	610,00
48	Supermercado STTYLLO	612,00
49	Supermercado Boa Compra	233,20
50	Paulo F. Mercadinho	319,40
51	Supermercado Suassuna	151,80
52	Recife JN Alimentos	148,00
53	Panificadora Santiago LTDA	416,60
54	R.B. Aguiar Mercadinho	134,40
55	Luxos Supermercado LTDA	137,20
56	Supermercado Viver	349,30
57	Panificadora A Selma	122,40
58	Panificadora e Mercadinho LTDA	709,00
59	Panificadora Brasília LTDA	750,00
60	Panificadora Canto do Mar	850,00
61	Supermercado Soberano	172,00
62	Supermercado Popular	1.293,40
63	J.P.A .A . Comercio Varejista	172,80
64	Panificadora Panorama	800,00
65	Gomes panificadora e Mercadinho	460,20
67	Mercadinho Pães e Filhos	397,64
68	Supermercado IBS	204,80
69	NVAL Comércio de Alimentos	731,80
70	Padaria Miria Cabral LTDA	278,00
71	ACF dos Santos S. Comercial	227,80
72	Mercadinho Mais Você	710,80
73	E. F. da Silva Alimentos	141,40
74	J.R. do Nascimento	139,20
75	Supermercado Camila	289,00
76	Supermercado Cidade LTDA	381,60
77	Supermercado Maria LTDA	420,00

78	Rui Roberto Mercadinho	380,00
79	Panificadora Ipiranga LTDA	569,93
80	ISAC Silva Pereira Estivas	133,20
81	B.J.K.D. Mercadinho LTDA II	172,40
82	Supermercado Viver LTDA	375,60
83	Supermercado Big Big	140,00
84	Supre mais Loja II	193,10
85	Supre Mais Loja I	108,80
86	Supre Mais Loja III	110,20
87	Ki Preço LTDA	460,00
88	Mercadinho Agreste LTDA	123,75
89	Mercadinho Santo Expedito	443,40
90	Mercadinho Tavares LTDA	668,40
91	A . de Oliveira Souza	226,50
92	Mercadinho EC LTDA	519,20
93	Varejão 7 Mares LTDA	483,64
94	Supermercado X6 LTDA	671,60
95	M. M. Borba Mercadinho LTDA	166,53
96	Mercadinho Extra	310,66
97	Mercadinho Terra Verde LTDA	97,60
98	Padaria e Pastelaria LTDA	182,40
99	Panificadora Vitória	194,80
100	PAN JÚ	334,00
101	Comercial II Silva Estivas LTDA	4 393,60
102	IDEL Mercadinho	124,40
103	Aurileide de Melo Silva	349,84
104	Mercadinho Colibri LTDA	320,00
105	JB Santana Minimercadinho	293,60
106	Comercial A . M. de Alimentos LTDA I	1.201,20
107	Comercial A . M. de Alimentos LTDA II	1.117,80
108	Barnabé Florentino da Silva - Mercadinho	2.016,34
TOTAL		58.616,38

Fonte: COAPECAL, dezembro de 2008.

